

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**

PAULO VINÍCIUS MENEZES DE MEDEIROS

**Capitalismo Ibérico e especialização produtiva:
uma análise da reprimarização e da maquilização no Brasil e no México**

BRASÍLIA – DF

2022



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**

PAULO VINÍCIUS MENEZES DE MEDEIROS

**Capitalismo Ibérico e especialização produtiva:
uma análise da reprimarização e da maquilização no Brasil e no México**

Tese submetida ao Curso de Doutorado do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-Americanos, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, da Universidade de Brasília.

Orientador Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira

BRASÍLIA – DF

2022

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**

**Capitalismo Ibérico e especialização produtiva:
uma análise da reprimarização e da maquilização no Brasil e no México**

BANCA EXAMINADORA

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2022

Luiz Guilherme de Oliveira
Orientador

Moisés Villamil Balestro
Examinador

Maria Cristina Cacciamali
Examinadora

Anita Kon
Examinadora

FICHA CATALOGRÁFICA

MENEZES DE MEDEIROS, Paulo Vinícius

Capitalismo Ibérico e especialização produtiva: uma análise da reprimarização e da maquilização no Brasil e no México / PAULO VINÍCIUS MENEZES DE MEDEIROS; orientador Luiz Guilherme de Oliveira. -- Brasília, 2022.

135 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2022.

1. capitalismo ibérico. 2. Institucionalismo. 3. Especialização produtiva. 4. Reprimarização. 5. Maquilização.

I. de Oliveira, Luiz Guilherme, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse momento tão importante na vida de um acadêmico é, sem sombra de dúvidas, um divisor de águas. Haverá o antes e o depois. O depois fica ao gozo do senhor tempo. O antes confessa a nossa trajetória marcada de delícias e dores, de erros e acertos, e de muito apoio de pessoas que foram essenciais e importantes para essa virada de página.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Dona Joelina. Uma professora daquelas engajadas que amou ao que se dedicou em toda sua vida, ensinando, educando e aconselhando a todos que precisassem. Ela é o motivo de maior orgulho, que sem seu apoio sincero e integral, talvez eu tivesse aqui uma outra história para contar.

Agradeço também ao meu pai e aos meus irmãos que, mesmo distantes fisicamente, nunca deixaram de compreender e dar suporte as minhas escolhas. Obrigado por todo amor e amizade que vocês me dão.

Sou grato a todos os professores e secretariado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas. Ali encontrei meu espaço, parte de minha morada. Sempre cordiais, solícitos e atentos, todo o corpo docente me fez aprender e seguir aprendendo a importância do senso crítico, do questionamento, da criatividade e da responsabilidade que assumimos como agente da transformação social. Meus sinceros agradecimentos.

É também necessário fazer dois agradecimentos especiais: Profa. Dra. Rebecca e Prof. Dr. Moisés. Ambos me deram todo o suporte e estavam sempre com os ouvidos a postos para escutar e aconselhar. A Profa. Rebecca foi quem me deu o primeiro sinal de que meu ingresso no programa seria enriquecedor. Incluíu-me ao Grupo de Estudos MeCACB, onde pude conhecer colegas muito comprometidos com a pesquisa e extensão. As diversas reuniões que tivemos serviram como cada tijolo em todo esse processo.

O Prof. Moisés foi daqueles que dão o maior incentivo. Foi aquele professor que nos abre para um novo caminho epistemológico, com o qual só tive contato durante sua disciplina lecionada no programa. Além disso, integrou-me ao Grupo de Estudos LAPEDA, oportunizando ricos debates. Foi também quem possibilitou que eu pudesse vivenciar uma das experiências mais fantásticas e únicas que sempre sonhei realizar: o doutorado-sanduíche em

Frankfurt, na Alemanha. Com o apoio da CAPES e do DAAD, tive a grata missão de explorar o desconhecido, mas também de aprender e amadurecer. Sinto-me um privilegiado.

Certamente a experiência na Goethe Universität, na Alemanha, foi única. Foi um período de bastante amadurecimento e questionamentos. Sabia que não seria fácil, mas mesmo assim quis encarar o desafio. Para minha estada, foi essencial o apoio dos professores e colegas: Prof. Dr. Andreas Nölke e toda sua equipe.

Gostaria de agradecer também a todos os colegas e amigos discentes, da turma de 2016. A energia de vocês, os nossos encontros e debates, na sala de aula, nos corredores, na mesa de bar. Aonde estávamos, sempre era motivo de festa e de orgulho por a gente ter nos encontrado na vida. Desejo a vocês todo o sucesso que merecem. Em especial, agradeço ao nobre colega Roque que, ao desembarcar na Alemanha, deixou tudo leve com sua alegria e entusiasmo. Obrigado por todos os conselhos que me destes.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho do SEST SENAT que sempre me deram uma palavra de apoio para seguir com a mesma energia na reta final da escrita deste trabalho.

Um agradecimento especial aos meus amigos que a vida me presenteou. Apesar do trabalho desenvolvido aqui ser parte de um processo solitário, nunca senti a solidão. Mesmo que a distância não nos deixe ver com mais frequência, sinto a mesma alegria e carinho a cada reencontro. Também tenho em vocês a fonte de inspiração para seguir na batalha.

Não poderia faltar o agradecimento mais que especial ao meu eterno mestre e amigo: Prof. Dr. Guilherme. Sua leveza, simplicidade e erudição são dignos do respeito, carinho e admiração que guardo. Lembro do nosso primeiro encontro e como falamos por horas. Desde a nossa primeira conversa, senti que minha trajetória acadêmica estava em lutar e fazer todo sacrifício possível para permanecer em Brasília. A materialidade deste trabalho é a prova de que foi a decisão mais acertada. Meu sincero agradecimento também pelo companheirismo e pela confiança depositada em mim e por me fazer acreditar que isso um dia seria possível.

Por fim, à pessoa mais que fundamental para a concretização: minha amada, amiga e companheira, Ariadne. Nossas eternas conversas sobre minha pesquisa, minhas escolhas, meus acertos e meus erros foram os pilares de todo esse trabalho. Por todo amor e dedicação que damos um ao outro e à nossa relação.

A todos, minha eterna e sincera gratidão.

RESUMO

Os atuais processos de especialização produtiva que caracterizam a economia brasileira e mexicana, respectivamente, reprimarização e maquilização, são reflexos do modelo de desenvolvimento empregado por essas economias pelo menos nos últimos 40 anos. Ao observar sob o ponto de vista de longo prazo, tais processos podem ser caracterizados pelo grau de vinculação ao comércio internacional no seu contexto histórico. A partir da contribuição da perspectiva do institucionalismo na economia, busca-se traçar as críticas aos princípios neoclássicos que constituíram a ciência econômica como disciplina dura: o utilitarismo e a racionalidade do indivíduo. Esses preceitos hegemônicos, nos anos 1930, escantearam o debate econômico centrado na análise da sociedade, ao mesmo tempo em que reforçaram as políticas de desenvolvimentos para os países latino-americanos sob ótica neoclássica. O processo de industrialização passou a ser entendido como peça-chave para a transformação da realidade desses países, sem considerar os aspectos como a formação do Estado, sociedade e instituições. A ideia de capitalismo ibérico surge como uma nova categoria para compreender o processo de formação dos Estados-Nação, Portugal e Espanha, e como o modelo de crescimento econômico e desenvolvimento, imbricado numa lógica estadocêntrica, cujo entrelaçamento revelam uma relação de *lock in* à qual aqueles países ficaram submetidos historicamente. Os modelos de crescimento econômico criaram, portanto, estruturas presas a própria lógica como um pano de fundo institucional que não se modernizou suficientemente na esteira da revolução industrial. Os processos de especialização produtiva seriam um resultado histórico dessas instituições aprofundadas pela globalização no modelo capitalista. Analisa-se, em termos de complexidade econômica, o desenvolvimento de Brasil e México e as limitações que as suas respectivas especializações engendram. Conclui-se que tais países estão subsumidos à lógica do capitalismo ibérico que os conduzem a um maior grau de dependência tecnológica e desigualdade social.

Palavras-chave: Capitalismo ibérico; Institucionalismo; Especialização produtiva; Reprimarização; Maquilização.

RESUMEN

Los actuales procesos de especialización productiva que caracterizan a las economías brasileña y mexicana, respectivamente, reprimarización y maquilización, son reflejo del modelo de desarrollo seguido por estas economías durante al menos los últimos 40 años. Vistos desde una perspectiva de largo plazo, tales procesos pueden caracterizarse por el grado de vinculación al comercio internacional en su contexto histórico. Desde el aporte de la perspectiva del institucionalismo en la economía, buscamos rastrear las críticas a los principios neoclásicos que constituyeron la ciencia económica como disciplina dura: el utilitarismo y la racionalidad del individuo. Estos preceptos hegemónicos, en la década de 1930, marginaron el debate económico centrado en el análisis de la sociedad, al tiempo que reforzaron las políticas de desarrollo de los países latinoamericanos desde una perspectiva neoclásica. El proceso de industrialización pasó a ser entendido como un elemento clave para la transformación de la realidad de estos países, sin considerar aspectos como la formación del Estado, la sociedad y las instituciones. La idea de capitalismo ibérico surge como una nueva categoría para entender el proceso de formación de los Estados-Nación, Portugal y España, y como modelo de crecimiento y desarrollo económico, imbricado en una lógica estadocéntrica, cuyo entrelazamiento revela una relación de lock-in a la que esos países han estado sujetos históricamente. Los modelos de crecimiento económico crearon, por tanto, estructuras atadas a su propia lógica como telón de fondo institucional que no fue suficientemente modernizado tras la revolución industrial. Los procesos de especialización productiva serían un resultado histórico de estas instituciones profundizadas por la globalización en el modelo capitalista. En términos de complejidad económica, se analiza el desarrollo de Brasil y México y las limitaciones que engendran sus respectivas especializaciones. Se concluye que dichos países están subsumidos bajo la lógica del capitalismo ibérico que los conduce a un mayor grado de dependencia tecnológica y desigualdad social.

Palabras clave: Capitalismo Ibérico; Institucionalismo; Especialización productiva; Reprimarización; Maquilización.

ABSTRACT

The current processes of productive specialization that characterize the Brazilian and Mexican economy respectively reprimarization and maquilization, are reflections of the development model by these economies for at least the last 40 years. When looking at the long-term point of view, such processes can be characterized by the degree of linkage to international trade in its historical context. Based on the contribution from the perspective of institutionalism in economics, we seek to outline criticisms of the neoclassical principles that constituted economics as a hard science: utilitarianism and the rationality of the individual. These hegemonic precepts, in the 1930s, sidelined the economic debate centered on the analysis of society, at the same time as they reinforced development policies for Latin American countries from a neoclassical perspective. The industrialization process came to be understood as a key element in transforming the reality of those countries, without considering aspects such as the formation of the State, society, and institutions. The idea of Iberian capitalism emerges as a new category to understand the process of formation of the Nation-States, Portugal, and Spain, and as the model of economic growth and development, imbricated in a state-centric logic, whose intertwining reveals a blocking relationship to which those known countries, historically. Therefore, the models of economic growth create structures tied to the very logic as an institutional background that has not been modernized sufficiently in the wake of the industrial revolution. The processes of productive specialization are a historical result of these institutions deepened by globalization in the capitalist model. In terms of economic complexity, it analyzes the development of Brazil and Mexico and the limitations that their specializations generate. It is concluded that such countries are subsumed by the logic of Iberian capitalism that leads them to a greater degree of technological dependence and social inequality.

Keywords: Iberian capitalism; Institutionalism; Productive specialization; Reprimarization; Maquilization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. FORMAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PENÍNSULA IBÉRICA	18
1.1 OS PRIMEIROS PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA PENÍNSULA IBÉRICA	19
1.2 O IMPÉRIO ROMANO E O PROCESSO DE “ROMANIZAÇÃO” DA PENÍNSULA IBÉRICA	25
1.3 O PERÍODO DE DOMINAÇÃO DOS VISIGODOS E MUÇULMANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA	28
1.4 A RECONQUISTA E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS-NAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA	32
1.5 AS PARTIDAS ESPANHOLAS E AS ORDENAÇÕES PORTUGUESAS	35
1.6 A INSTITUCIONALIZAÇÃO CATÓLICA NA EXPANSÃO DOS DOMÍNIOS DA PENÍNSULA IBÉRICA	38
1.7 O RENASCIMENTO NO CONTEXTO IBÉRICO	45
CAPÍTULO 2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO VELHO INSTITUCIONALISMO À NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	47
2.1 ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E SUA CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUCIONALISMO	49
2.1.1 Gustav Schomller	50
2.1.2 Friedrich List e sua contribuição ao Institucionalismo	53
2.2 O INSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO	58
2.2.1 Principais percursores do Institucionalismo	60
2.2.2 Limites e Contribuições do Velho Institucionalismo	66
2.4 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	73
2.5 METODOLOGIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA E A CRÍTICA AOS PRECEITOS NEOCLÁSSICOS	79

CAPÍTULO 3. O CAPITALISMO IBÉRICO E OS FENÔMENOS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA	85
3.1 O CAPITALISMO IBÉRICO: CONCEITO E DETERMINANTES	85
3.2 CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO ESTRUTURALISTA CEPALINO	93
3.3 O PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	104
3.4 O PROCESSO DE MAQUILIZAÇÃO DA ECONOMIA MEXICANA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

A Análise Institucional tem ressurgido como meio de abordagem para compreensão de atuais processos socioeconômicos. Um exemplo prático que pode ser apresentado são os pensadores institucionais que tem recebido o Prêmio Nobel de Economia como Ronald Coase (1991), Douglas North (1993) e Oliver Williamson (2009). Como afirmado, essa forma de compreensão não é algo recente, tendo como sua origem a Escola Histórica Alemã, que trouxe a função das instituições na Economia.

Os pensadores influenciados pela vertente alemã demonstraram, através de suas pesquisas, a relevância dos aspectos culturais e históricos para se compreender a realidade econômica. Contudo, afirma-se que o pensamento institucionalista se consolidou nos anos finais do século XIX, por meio das interpretações trazidas pelos economistas americanos Thorstein Veblen, Wesley Mitchel e John Commons. Estes nomes são relacionados à fundação do Institucionalismo sendo, essencialmente, uma vertente do pensamento econômico que tem como objeto de análise o papel das instituições na Economia.

O Institucionalismo vigorou com maior amplitude interpretativa entre 1890 e 1930, mas logo passou a ser criticado e assim marginalizado, sendo um instrumental teórico preterido nas análises econômicas. A sua depreciação foi causada pela utilização da teoria e política keynesiana, sobretudo após os conflitos da Segunda Guerra Mundial. Porém, após um período de apagamento, a vertente econômica da Escola Histórica Alemã retorna no final de 1970, fomentada pela deterioração do keynesianismo e diante da impossibilidade do pensamento neoclássico em fornecer análises concretas para as questões econômicas que passaram a ser realidade.

Os debates que permeavam sobre crescimento e desenvolvimento relacionados às inovações tecnológicas e institucionais reascenderam e expandiram a compreensão a respeito da função das instituições na economia. Trouxeram consigo também novas pautas para análises que os recolocaram em destaque nos últimos anos. Porém, o novo-institucionalismo não tem seguido as mesmas orientações do Institucionalismo originário de Veblen. Pondera-se que as duas linhas de análise do institucionalismo somente tiveram o nome em comum em suas discussões.

Assim sendo, é relevante trazer nesse momento a delimitação teórica do trabalho, que se detém na abordagem resultante da Nova Escola Histórica Alemã (Schmoller e List). A Escola

Histórica Alemã foi dividida em duas vertentes: a primeira vigorou entre 1840 a 1860, ficou conhecida como Velha Escola Histórica Alemã, tendo como principais expoentes Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies; a segunda vigorou de 1870 a 1940, tendo como teórico fundamental Gustav Schmoller, denominada então de Nova Escola Histórica Alemã. Ressalta-se que Georg Friedrich List é visto como um dos precursores da Velha Escola, mas observa-se que também permeia no desenvolvimento do pensamento da Nova Escola.

A Nova Escola formatada por Schmoller, trouxe novamente a investigação da Teoria Clássica pautando-se no estudo dos fatos histórico-econômicos. Defendia que a teoria estava pautada em base empírica, o que tornava mais compreensível as leis, pois os fatos empíricos são passíveis de serem conhecidos. Entretanto, não negava a existência de leis sociais, mas compreendida, seguindo os teóricos da Velha Escola, a inoperância do método clássico para se analisar as leis sociais, trazendo assim a importância das instituições.

Friedrich List trouxe consigo o debate acerca do protecionismo na teoria econômica, que se espalhou por outros continentes, chegando a ser aplicada nos Estados Unidos, ponderando-se que a Alemanha e os Estados Unidos não se comparavam economicamente com a Inglaterra. Tendo como base o historicismo alemão, List objetivava a utilização de argumentos históricos para compreender as diferenças entre a Alemanha e a Inglaterra, demonstrando assim, que a leis da Economia não deveriam ignorar a realidade em que estavam inseridas.

Para o período da construção da argumentação de List, a Alemanha estava trilhando os primeiros passos para sua unificação e se encontrava atrasada economicamente, tendo como sustento a agricultura com baixa produtividade, o que resultava em crises de abastecimento em várias regiões. Para List, essa forma de economia poderia ser vista como uma fazenda destruída pela guerra, onde seus antigos proprietários estavam voltando ao trabalho, sem considerar ideologias, o bem-estar social ou progresso econômico.

Desta forma, o pensamento dos historicistas alemães e a teoria de List, que era contrário ao pensamento econômico do *laissez-faire*, trouxeram uma roupagem que foi compreendida como uma nova ideologia política, econômica e nacional para países como a Alemanha e Estados Unidos. Rememora-se que esses países, diferente da Inglaterra, não seguiam valores universais e liberais, e seguiram uma direção diferente para o desenvolvimento nacional. É importante frisar que o relativismo dos pensadores historicistas e o “protecionismo educador” de List têm como objetivo, a partir da especificidade geográfica, promover uma

interpretação diferenciada das leis gerais, para construir uma cultura econômica distinta à que estava sendo implementada no Sistema Britânico.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é compreender se os processos de reprimarização e maquilização, à luz da contribuição teórica do institucionalismo na ciência econômica, podem ser resultados de um capitalismo do tipo ibérico construído historicamente. Para melhor desenvolvimento do tema proposto, tornou-se necessário delimitar objetivos específicos, são eles: traçar um breve histórico da formação da península ibérica; levantar aspectos institucionais e determinantes do desenvolvimento econômico, político e social; compreender o papel da inovação, em sua forma endógena, como vetor que possibilita o desenvolvimento sustentável no longo prazo; identificar o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento nas distintas economias, e; identificar os processos de especialização produtiva na América Latina.

A questão problema do presente trabalho indaga sobre o que levou (ou ainda leva) países como Brasil e México, após período de relativo desenvolvimento econômico apoiados na consolidação do setor industrial, estarem caminhando a um aprofundamento da pobreza e desigualdade e a um maior grau de dependência tecnológica.

A partir da vivência nas disciplinas “Processos de Desenvolvimento nas Américas” e “Política e Estado nas Américas” no curso de Doutorado, além da experiência vivida na Alemanha com o doutorado-sanduíche, observei que havia a necessidade de rompimento com a teoria econômica neoclássica era evidente para compreender e reinterpretar os fenômenos de reprimarização no Brasil e maquilização no México.

A experiência vivida fora do Brasil possibilitou a uma aproximação ao arcabouço teórico do institucionalismo, sendo apresentado, a priori, à gama de autores e teorias sobre Variedades de Capitalismo. Ao compreender que os diferentes processos históricos podem conduzir países, e suas determinadas realidades, à distintas formas de inserção no capitalismo internacional, cuja consolidação se dá no processo de longo prazo na relação entre Estado e sociedade, analisados sob os aspectos institucionais, seja na esfera micro ou macro da análise. Além disso, como essa inserção internacional determina a lógica da exploração, produção e reprodução, também determina como as instituições vão sendo construídas substancialmente.

Para realizar o presente trabalho, utilizou-se de uma perspectiva interdisciplinar, tendo em vista a especificidade do tema, optou-se por trabalhar com a História, Política, Sociologia e

Economia. A pesquisa interdisciplinar é caracterizada por, basicamente, dois pontos: a aproximação de áreas disciplinares distintas para a resolução de questões específicas e o compartilhamento de métodos de análise. A proposta de uma abordagem interdisciplinar compactua com a necessidade de compreender ou reinterpretar temáticas que passaram a ser estudadas a partir do referencial de áreas consolidadas.

Para a construção da tese, a perspectiva interdisciplinar veio a partir da necessidade de compreender a construção do que se entende como sendo a Península Ibérica e seus impactos nas Américas Portuguesa e Espanhola. Pautou-se em uma reutilização da teoria institucionalista, como base conceitual, e a abordagem interdisciplinar como método permitiu ultrapassar delimitações interpretativas apresentadas e consolidadas no meio acadêmico sobre a Reprimarização e a Maquilização.

A partir desse entendimento, delimitou-se no primeiro capítulo a construção da Península Ibérica, e diante da sua heterogeneidade, partiu da necessidade de trazer aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e institucionais. Primeiramente, trata dos primeiros processos migratórios, quem são as figuras que adentram a região, como era a estrutura de subsistência, a organização social e política e a “origem” do nome da região. O texto perpassa a conquista e expansão dos romanos da Península e sua reorganização, destacando que ocorreu o intercâmbio de leis, aspectos culturais, religiosos, e até mesmo econômicos.

Ainda no capítulo primeiro, aponta-se também as invasões bárbaras durante o século V, trazendo o domínio dos Visigodos para a região, novamente, aspectos socioeconômicos passaram por transformações para se adaptar à nova realidade política. Destaca-se que as tradições romanas já se encontravam enraizadas na língua, no direito e na religião antes de os povos bárbaros chegarem e isso também ajuda a explicar a preponderância desses elementos, assim, pode-se compreender os fatores que contribuíram para a construção da identidade ibérica. Por fim, contextualiza-se a criação dos Estados-Nação, até o processo de declínio econômico desses países com a Revolução Industrial.

O ponto basilar no capítulo um é a consolidação das Partidas e Ordenações, pois entende-se que à medida que os Estados ibéricos iam se constituindo, surge a necessidade de consolidar os poderes instituídos, como os primeiros esforços de sistematização do direito nacional de forma hierárquica. Neste sentido, tanto Portugal, quanto Espanha compilavam seus mecanismos jurídicos para fundamentar suas próprias instituições à medida que delineavam os poderes do reino e de suas possessões ultramarinas. Tanto quanto, destaca-se a

Institucionalização da Igreja Católica na expansão dos domínios da Península Ibérica, pautando-se em interesses religiosos e econômicos.

No segundo capítulo, destinou-se a tratar da abordagem teórica relacionada ao Institucionalismo. Apresenta-se então a Escola Histórica Alemã que se dividia comumente em duas alas: uma "mais velha" que remonta à década de 1840, às obras de Wilhelm Roscher, Bruno Hildbrand e Karl Knies, e; uma "mais nova" que foi fundada por Gustav von Schmoller na década de 1870 e possuía intelectuais expoentes como Heinrich Luden e Friedrich List. A partir de uma breve contextualização, apresenta-se as abordagens teóricas de Gustav Schmoller e Friedrich List, que vão fundamentar toda a análise interpretativa que vai sustentar a tese do presente trabalho.

Ainda sobre a construção teórica da tese, apresenta-se também as concepções trazidas de Thorstein Veblen. Crítico da sociedade burguesa e da economia ortodoxa, seu principal interesse estava centrado no capitalismo norte-americano do final do século XIX. É também conhecido como o autor cunhou o termo “neoclássico” a partir das críticas direcionadas à Alfred Marshall. Com a mesma dureza, direcionava suas críticas também aos clássicos da economia política: Smith, Ricardo e Mill.

Ao capítulo terceiro, delimitou-se a construção da tese, a partir da compreensão do Capitalismo Ibérico. Uma nova construção não concorrente com os diferentes tipos de capitalisms conceituais já consagrados. Os capítulos anteriores traçam a importância da perspectiva institucional, para compreender que há a necessidade de interpretar a ciência econômica, não mais através do racionalismo do indivíduo, mas pela ótica das sociedades e como as instituições por elas criadas, sejam formais ou informais, traçam um novo tipo de capitalismo que correlaciona Estado e sociedade e ressignifica o papel do Estado como agente primordial para o desenvolvimento.

Este trabalho apresentará também a discussão do estruturalismo cepalino inaugurado por Raúl Prebisch e Celso Furtado e do neoestruturalismo, a partir das contribuições de Fernando Fajnzylber, discutindo-se os determinantes e limitações ao desenvolvimento da América Latina. É importante destacar como o processo de industrialização acabou se tornando peça-chave para o motor do desenvolvimento econômico e social na região, como base para superar o histórico processo de desenvolvimento econômico que inseria a região no comércio internacional a partir das exportações de bens primários.

Ademais, o capítulo também apresenta a discussão dos atuais fenômenos de especialização produtiva que se encontram o Brasil e o México: reprimarização e maquilização. Sob a ótica da inovação, podemos perceber que tais processos se distinguem no caráter da inserção tecnológica na produção e de como os setores produtivos econômicos se diferenciam, sobretudo na participação industrial na economia. Enquanto no primeiro se observa um processo latente de retomada das exportações de bens de baixa ou média intensidade tecnológica, o segundo fenômeno apresenta um alto grau de intensidade tecnológica nos produtos exportados. Não obstante, ambos podem ser caracterizados como fenômenos que aprofundam a dependência e a desigualdade, tanto na esfera nacional quanto internacional.

Nas Considerações Finais são abordados os aspectos mais relevantes deste trabalho, a fim de sintetizar os principais argumentos e resultados.

CAPÍTULO 1. FORMAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Devido as suas experiências históricas e posições geográficas, Portugal e Espanha estão inevitavelmente ligados entre si. A preservação de suas distintas identidades na Península Ibérica se deve a um conjunto intrincado de fatores físicos, políticos, econômicos e culturais e, por várias vezes, a acasos de destino. Foi no contorno da civilização ocidental que os dois países surgiram a mais de 2.000 anos.

Nas últimas décadas, vários estudos sobre os povos pré-romanos da península ibérica vêm sendo desenvolvidos¹. Estudos como o de Monedero (1983) e seu esforço de traçar a origem dos termos “íbero” e “Iberia”; Muñoz e Carrasco Rus (1978) que traçam aspectos econômicos desses povos; Prósper (2002) e seus trabalhos sobre línguas e religiões pré-romanas na Península Ibérica; Andreotti e Serrano (2004) sobre identidades étnicas e políticas do mundo pré-romano hispânico; e Salinas de Frías (2006) que centra nos principais traços organizativos de cada povo a nível econômico, social, político, institucional e religioso.

O desenvolvimento de técnicas de escavações arqueológicas e de disciplinas como Filologia, Epigrafia e Numismática, bem como a releitura de textos clássicos, têm contribuído para a formação de uma disciplina, a Paleo-hispanística, que busca um conhecimento mais completo sobre as populações pré-romanas a partir de uma perspectiva global, ou seja, tanto do ponto de vista étnico, quanto cultural, linguístico, econômico, social, político e religioso.

Após a Segunda Guerra Mundial, despertou-se um maior interesse por estudos paleo-hispânicos, sobretudo acerca de suas características étnicas e a distribuição geográfica dos povos pré-romanos. Todavia, os primeiros estudos, posteriores à Guerra Civil Espanhola (1936-1939), foram comprometidos cientificamente, haja visto que a Espanha se encontrava num regime ditatorial e que condicionava fortemente os resultados das pesquisas (SALINAS DE FRÍAS, 2006). Assim, teorias panceltistas ou iberistas empobreceram devido a uma falta de perspectiva histórica e acabavam convertendo, automaticamente, os portugueses e espanhóis do presente em sucessores do passado e tentavam buscar, no dito passado, fenômenos históricos que prefigurariam sucessos posteriores (SALINAS DE FRÍAS, 2006). Neste sentido, a conquista romana da Península Ibérica - sobreposta sob o mesmo poder político - era

¹ Além dos trabalhos supracitados, também é possível destacar os trabalhos de Benveniste (1983), Bendala Galán (1989) e Álvarez-Sanchís (2003).

compreendida como uma prévia da suposta unidade que os Reis Católicos lhe dariam mais tarde².

1.1 OS PRIMEIROS PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA PENÍNSULA IBÉRICA

Devemos levar em consideração que, antes da conquista romana, a configuração étnica e política da Península era muito fluida³ e que os limites entre os povos pré-romanos não devem ser entendidos como as fronteiras modernas, como os atuais estados. Estes pertencem a um tipo de sociedade completamente diferente. Por outro lado, a correlação entre etnia, língua e cultura entrou em crise sob todas as perspectivas, isto é, da mesma forma em que povos distintos etnicamente podem compartilhar língua e cultura, povos com a mesma etnia podem ter culturas diferentes.

Foi através das passagens orientais dos Pirineus que os primeiros agrupamentos penetraram a Península no século XI a.C. e ocuparam a Catalunha e o Baixo Aragão. Os agrupamentos, segundo Salinas de Frías (2006), eram compostos por agricultores e pastores nômades de procedência centro-europeia que, possivelmente, já eram falantes de línguas indo-europeias, sobretudo, celtas. Todavia, é a partir do final do século III a.C.⁴ que há informações mais abundantes sobre os povos e os acontecimentos da Península. E a partir do final do século II a.C. e começo do I a.C., sincronicamente com a chegada dos primeiros colonizadores fenícios e gregos ao sul⁵, que houve a chegada de povos de origem centro-europeia os quais,

² Como frisa Salinas de Frías (2006), isso não significa que na era anterior não houvesse obras muito valiosas que ainda hoje sejam parcialmente úteis, como os trabalhos de Menéndez Pidal (1954).

³ Não é objetivo deste trabalho aprofundar na composição étnica e cultural dos primeiros povos que migraram para a Península Ibérica. Assim mesmo, é válido frisar a heterogeneidade da origem da migração a partir dos estudos linguísticos e arqueológicos que enfatizam a dificuldade de estabelecer um corpo comum de tradições já que as diferentes tribos e clãs, sobretudo as fronteiriças, compartilhavam influências culturais. Não obstante, de acordo com Sánchez (2019), há grande aceitação de que a grande migração de origem indo-europeia tenha ocorrido antes do contato com povos do Mediterrâneo Oriental.

⁴ Apesar dos testemunhos gregos servirem de referência para construir os pedaços da história da Península Ibérica para o período anterior ao século III a.C. – como as referências em Hecateu de Mileto e em Heródoto – Frías (2006) argumenta que são referências muito imprecisas e fragmentárias e, neste sentido, os historiadores somente contam com as fontes arqueológicas. O autor acrescenta que ocorreram transformações muito importantes durante o período como o final definitivo dos tartessos - ainda por razões desconhecidas – o surgimento da civilização ibérica, a configuração dos grupos étnicos e culturais da Meseta Central, etc.

⁵ A presença desses povos nas costas meridional e oriental será o estímulo para uma rápida e intensa mudança política e social que leva ao aparecimento das primeiras sociedades estatais da Península e, particularmente, da cultura ibérica. O prestígio da aristocracia ibérica pode ter sido um fator-chave na expansão de sua língua a áreas onde anteriormente eram faladas línguas indo-europeias. Por outro lado, em certos territórios ao sul da Península, o estabelecimento de elites militares, possivelmente como uma casta guerreira, pode ter influenciado através do

possivelmente, foram falantes de línguas indo-europeias, sobretudo, celtas. Diferentemente das grandes invasões germânicas no território que destruíram o Império Romano no século V d.C., a chegada desses povos representa um fluxo contínuo de pastores nômades e pequenos grupos de fazendeiros.

Uma característica fundamental da Península Ibérica foi a sua grande heterogeneidade sob vários pontos de vista: social, econômico, político, institucional, cultural, religioso, étnico e linguístico. Imediatamente antes da conquista romana, a Península estava dividida entre duas grandes áreas étnicas e linguísticas: populações indo-europeias⁶; sobretudo, as célticas; e populações não indo-europeias - que continuavam o povoamento desde a Idade do Bronze e falavam línguas diferentes entre si.

O território estava dividido basicamente entre três povos: os celtas, os iberos e os celtiberos. Estes últimos ocupavam uma faixa central do território, fruto das trocas culturais e comerciais entre os dois primeiros. Considerando suas diversas tribos e respectivas particularidades, a base da economia peninsular estava concentrada na agricultura, na criação de gado e na metalurgia.

Porém, haviam diferenças entre os celtas e os iberos. Os primeiros, provenientes da Europa Central, trabalhavam o ferro e possuíam armas e instrumentos agrícolas mais duradouros de que os iberos. Fixaram-se no Noroeste, na zona costeira atlântica e se concentravam em cidades fortificadas com estruturas circulares (conhecidas como castros), possuíam uma aristocracia governante e estavam divididos em confederações tribais. Já os iberos, provenientes do Norte da África, conheciam a agricultura e o pastoreio e se fixaram no sul e oriente do território. Também dominavam o cobre e o bronze e estavam dispersos em assentamentos maiores, possuíam um complexo sistema de fortificações e sua estrutura social era muito hierarquizada.

De acordo com Monedero (1983) a palavra Iberia, em sentido amplo, é apontada em fontes gregas para toda a Península Ibérica. Originalmente, seu nome se deveu a um rio

celtismo as áreas onde as classes mais baixas podiam continuar a falar uma língua não indo-europeia (SALINAS DE FRÍAS, 2006).

⁶ A partir de estudos filológicos e linguísticos, principalmente, a partir do século XX por intelectuais como Franz Bopp, Jacob Grimm, Wilhelm von Humbolt e Max Müller, que os povos indo-europeus são cunhados como uma expressão. Tais povos foram constituídos por um vasto conjunto de grupos humanos que falam idiomas relacionados com o sânscrito. Eles influenciaram a constituição dos grupos humanos que se enraizaram desde o subcontinente indiano até a Europa, Ásia Menor e Oriente Médio e também foram marcados por intenso movimento migratório e forte atividade guerreira.

chamado Iber ou Iberos, na província de Huelva. Também foi proposto que a origem fosse dada ao extremo oeste como uma lembrança da Península Ibérica, em um fenômeno de tradução geográfica que afetou muitos mitos gregos e, conseqüentemente, muitos nomes geográficos. Ibéria também poderia significar a parte da Península que se encontrava voltada para o Mar Mediterrâneo, segundo Políbio⁷ (século II a.C.). Entretanto, não há registro do autor um nome designado para a parte voltada para o Oceano Atlântico. De toda maneira, foi com o avanço da conquista romana que os geógrafos gregos estenderam o nome a toda Península.

O termo “ibéricos”, em um sentido mais restrito, foi designado às populações peninsulares que se estenderam ao longo da costa do Levante, desde o Cabo da Nau até o Rio Ródano, no sul da França. Éforo (século IV a.C.) também os menciona como um grupo diferenciado contraposto aos celtas e, neste sentido, enseja um conceito para além do étnico, mas também cultural. Na obra de Rúfio Avieno (século IV a.C.), *Ora Marítima*, encontra-se a menção aos “ibéricos” como uma etnia diferenciada (MONEDERO, 1983).

Desde os séculos VI e V a.C. se apresenta em todo este território uma transmutação cultural significativa que foi caracterizada por uma crescente demográfica que levou ao aparecimento de cidades com um tecido urbano complexo, com o território hierarquizado em núcleos populacionais primários e secundários, desenvolvimento da manufatura, destacando-se a cerâmica em torno rápido com decorações complexas e a metalurgia do ferro e, por fim, o uso da escrita para diferentes finalidades, desde cartas e inscrições funerárias, até marcas de propriedade e documentos contábeis. Já na Idade do Bronze, a influência dos povos colonizadores mediterrâneos, sobretudo dos gregos, teve papel importante sobre as populações autóctones que continuaram de maneira ininterrupta a colonização do segundo milênio a.C. É neste sentido que a língua ou as línguas ibéricas parecem não poder serem traduzidas e explicadas a partir da gramática das línguas indo-europeias e, portanto, a opinião que prevalece é que tais línguas seriam a evolução histórica do substrato que seria falado na Península durante o II milênio a.C (SALINAS DE FRÍAS, 2006).

Autores clássicos como Estrabão (século I a.C.) (1998), que registrou ao menos duas línguas e dois sistemas de escrita distintos no território ibérico (zona ibérica meridional e zona ibérica setentrional), apontam que não havia uniformidade cultural entre os ibéricos e que sua

⁷ Políbio estava interessado nos celtas que ocuparam o Vale do Pó e atacaram a própria Grécia e por essa razão escreveu sobre as populações celtas da Península. Infelizmente, o texto de sua obra foi perdido desde a guerra de Aníbal, exceto por fragmentos mais ou menos extensos, mas foi usado por escritores posteriores, como Tito Lívio, Estrabão e Appiano. Portanto, algumas de suas obras foram preservadas (SALINAS DE FRÍAS, 2006).

divisão política era bastante característica. Untermann (1973 *apud* SALINAS DE FRÍAS, 2006) também alertou contra a visão excessivamente uniforme do ibérico, haja visto que o autor tenha notado diferenças internas dentro desses dois grupos. É por essa razão que Salinas de Frías (2006, p. 65) denomina por "complexo ibérico" ao agregado de elementos mais ou menos iberizados aos próprios elementos ibéricos e cuja relação entre estes nem sempre é perceptível.

Se considerarmos os povos da Península Ibérica que coexistiram nos séculos III e II a.C. e que foram catalogados por Salinas de Frías, pode-se perceber a riqueza da complexidade ao qual o autor se refere. Os povos do sul ao norte da costa seriam os ontestanos, edetanos, ilergavones, cesetanos, layetanos o lacetanos e indigetes. Indo no mesmo sentido, os povos do interior seriam os beribraces, os ilergetes e os ausetanos. Por fim, um terceiro grupo formado pelos povos pirenaicos seria formado pelos olositanos e castellanos, ceretanos, bargusios e bergistanos, arenosios e andosinos.

No mundo ibérico predominava a agricultura de sequeiro (técnica agrícola utilizada para terrenos com baixa pluviosidade) que era realizada por pequenos proprietários e fazendas familiares que utilizavam, principalmente, o arado que proporcionou um aumento da produção e a segurança de melhor sustento dos grupos familiares. As espécies cultivadas eram o cereal, a videira e a oliveira. Dada a grande área geográfica ocupada pelos povos ibéricos, existiam maiores ou menores diferenças entre a economia de alguns povos e de outros, que eram condicionadas ao relevo e à fertilidade dos solos, até mesmo pela posição com relação ao mar e às colônias dos gregos, fenícios e cartagineses.

Com relação à propriedade, ao menos em pequenos povoamentos, os registros arqueológicos apontam para a propriedade privada das famílias como fator predominante. A presença de ferramentas e utensílios, tanto nas casas como nas oficinas artesanais, sugere que estes eram de propriedade dos produtores e, possivelmente, a terra e a manufatura também seriam objetos de exploração. Nas cidades mais importantes, sugere-se que também havia grandes propriedades agrárias situadas em seu entorno rural e pertenciam à membros da aristocracia local, cujo cotidiano se alternava entre suas fazendas e o núcleo urbano, onde se localizavam os templos e os edifícios do governo nos quais os aristocratas exerciam sua atividade política.

Parte importante do comércio ibérico no interior da Península se deveu às trocas comerciais de metais e minerais entre os diversos povos. Tais trocas eram efetuadas através de duas grandes vias de comunicação, uma terrestre e a outra pelo vale do Rio Ebro e seus

afluentes. À medida que os intercâmbios foram se tornando mais complexos e intensos, surgiu em meados do século III a.C. as primeiras cunhagens da moeda, um dos fenômenos mais importantes da economia ibérica. Segundo Salinas de Frías (2006), foi decisiva a influência grega e, em menor escala, a cartaginesa. A familiaridade com a prática monetária ibérica, data desde o século V a.C., quando circulava entre os povos ibéricos moedas de origem grega, fruto do intercâmbio comercial e também do pagamento a mercenários ibéricos que se alistavam nos exércitos gregos e cartagineses.

Já o comércio exterior do mundo ibérico estava voltado de acordo com o interesse dos povos do mediterrâneo por produtos têxteis, cereais, vinho e azeite. A exportação desses bens estava mediada por colônias fenícias, cartaginesas e gregas na Península Ibérica. Esta última, segundo Salinas de Frías (2006), possuía um vínculo maior, pois os gregos eram apreciadores de muitos aspectos da cultura ibérica como a escultura, o armamento e a cerâmica. Pelo lado da importação, os objetos eram em sua maioria suntuosos como joias, perfumes e cerâmica gregas.

Do ponto de vista social, a estrutura não se diferenciava das demais sociedades europeias pré-industriais. Estava ela dividida, basicamente, entre uma aristocracia militar; uma população livre, principalmente camponesa que alimentaria os exércitos ibéricos e, possivelmente; um grupo de população escrava. Portanto, a aristocracia ibérica era formada por uma aristocracia militar. A posição social, neste sentido, derivava do seu papel militar e de sua riqueza econômica obtida pela exploração da terra e do gado entre os povos do interior, e do comércio entre os povos do litoral.

Politicamente, os povos ibéricos se alternavam entre formas republicanas de governo e, de maneira mais predominante, monarquias. Segundo Salinas de Frías (2006), algumas comunidades ibéricas foram governadas por conselhos aristocráticos que eram presididos por magistrados que atuavam como porta-vozes e executores de seus acordos. Segundo o autor, a existência desses conselhos e porta-vozes conduzida pelos anciãos, investidos de autoridade pela experiência da idade, não era compatível com as monarquias militares, pois no estado de guerra generalizado em que se pôs a Península Ibérica frente à conquista romana, favoreceu-se o desenvolvimento dessas monarquias por parte de líderes especialmente hábeis em guerra.

De acordo com Le Goff (1999), o Ocidente medieval nasceu das ruínas do mundo romano. Segundo o autor, o Império Romano padeceu do imobilismo de Roma: não proporcionou nenhuma inovação técnica desde os tempos helenísticos, uma economia baseada na pilhagem onde as vitórias nas guerras forneciam o trabalho servil e os metais preciosos

extraídos dos bens preciosos do Oriente. Roma se destacava nas artes conservadoras: “*la guerra, siempre defensiva pese a las apariencias de la conquista; el derecho, que se construye sobre el andamiaje de los precedentes y previene contra las innovaciones; el sentido del Estado que garantiza la estabilidad de las instituciones; la arquitectura, arte por excelencia del habitat*” (LE GOFF, 1999, p. 19).

Algumas instituições marcaram a organização da sociedade ibérica. As relações pessoais foram baseadas na "*fides*" - termo latino que significa "boa fé", "confiança" - e tal instituição, deve ter tido uma grande importância. Serviu para denominar o conceito sobre o que se organizavam um conjunto de instituições: o "*hospitium*", a "*clientela*" e a "*devotio*". Tais instituições desempenhavam um papel representativo nas relações sociais e políticas do mundo ibérico. As inscrições dessas instituições, geralmente encontradas em bronze, são bastante documentadas. Com exceção da Itália, a Península Ibérica é o território do Império Romano onde se encontra o maior número dessas inscrições, o que faz supor que esta área fosse mais importante que outras. Na prática, as instituições "*hospitium*" e "*clientela*" eram pactos que uniam duas partes que podiam ser entre duas pessoas ou duas comunidades, ou até mesmo uma pessoa e uma comunidade (SÁNCHEZ, M. R., 2005).

Segundo Salinas de Frías (2006), a diferença entre as instituições, do ponto de vista do direito romano, é que no pacto "*hospitium*" ambas as partes concediam direitos e deveres de forma recíproca. Já no pacto "*clientela*", ao contrário, a parte mais poderosa, o patrono, tinha direito de receber presentes e favores em troca do dever de dar assistência à parte mais fraca, o cliente. A este cabia o dever de apoio social, eleitoral, militar, etc., ao "*patronus*". A clientela estava dividida em classes, e uma classe especial era a clientela militar, à qual o patrono poderia recrutar esses clientes. Uma instituição caracteristicamente ibérica era a dos "devotos" ou "*soldurios*" que, sancionada mediante um juramento religioso, os "devotos" se comprometiam a não sobreviver caso o seu patrono viesse a morrer em combate. Em contrapartida, essa fidelidade extrema rendia aos "devotos" uma parte preferencial nos despojos e nas honrarias derivadas da vitória militar.

A falta de textos que informem sobre a mitologia e os deuses, não deixa claro as formas de culto dos ibéricos e, portanto, sobre quase tudo de sua religião (SALINAS DE FRÍAS, 2006). Em princípio, parece haver uma influência dos fenícios, cartagineses e gregos. Alguns indícios dos rituais fúnebres mostram a crença, em geral, na sobrevivência da alma após a morte e, a julgar pelos objetos encontrados nas sepulturas, com necessidades e atividades muito semelhantes à existência dos vivos. De modo geral, o ritual predominante era a cremação, cujas

cinzas seriam depositadas em urnas ou vasos de cerâmica que eram depositados nas sepulturas. As definições quanto à forma, dimensões e aparência daqueles variavam de acordo com a importância social e econômica do falecido.

É, portanto, uma marca dos povos da Península Ibérica a heterogeneidade de línguas, formas e níveis de organização social, política e econômica. O desaparecimento das diversas sociedades que a constituíam não se deu de maneira homogênea, nem de forma simultânea, haja visto que nem o panorama pré-romano era homogêneo, nem a conquista romana foi realizada de forma abrupta, e sim durante um longo período de tempo.

1.2 O IMPÉRIO ROMANO E O PROCESSO DE “ROMANIZAÇÃO” DA PENÍNSULA IBÉRICA

No século II a.C., após terem derrotados os rivais cartagineses nas Guerras Púnicas na Península Ibérica Ocidental, o Império Romano se expande no território até o noroeste, onde encontra resistência dos Cántabros e Astures. Não obstante, logo após a conquista, os romanos dividiram o território em duas grandes áreas: A Hispânia Citerior e a Hispânia Ulterior, respectivamente, território mais próximo e mais afastado de Roma. A falta de maiores entidades políticas na Península Ibérica fez com que os romanos tivessem que encarar separadamente cada um dos pequenos grupos da região. Um processo de aculturação começou quase imediatamente após a chegada dos romanos e prosseguiu conforme os costumes locais e importados, passaram a interagir e a se misturar. O resultado desse intercâmbio foi uma imposição das leis romanas e a necessidade de adaptação das elites locais que almejavam se beneficiar da troca com as autoridades do Império Romano. Para tal, precisariam ser funcionais dentro do novo regime e tiveram que aprender o direito romano e a língua latina (DISNEY, 2009).

No ano de 27 a.C., época de Augusto, a Hispânia romana se subdividia em três províncias: Bética, Lusitânia (antiga Hispânia Ulterior) e Terraconense (antiga Hispânia Citerior). Essa divisão dura até o século III, quando o Império Romano entra em crise. É preciso compreender que o problema do desaparecimento das sociedades paleo-hispânicas, absorvidas pela romanização, não pode ser reduzido a um problema político ou institucional, nem mesmo pelo que concebe às sociedades pré-romanas a ideia de passividade ao ponto de se deixarem assimilar pelas superiores formas de cultura e organização romanas. Por mais de dois séculos, o que ocorreu foi uma interação recíproca em que os elementos romanos predominaram como

pilares reguladores da organização social e de suas próprias manifestações culturais. O corolário dessa relação foi a geração e o desenvolvimento de uma sociedade que podemos chamar, de maneira apropriada, de hispano-romana.

A base da economia peninsular era a pecuária (gado), a agricultura e a metalurgia. Aliás, um dos incentivos para a conquista romana foi a riqueza metálica da Península. Outras atividades econômicas também foram importantes, como a caça e a pesca. Ademais, a importância da mineração entre as populações do oeste peninsular é cada vez mais valorizada pelos historiadores (SALINAS DE FRÍAS, 2006). A Lusitânia era atravessada por duas rotas de comercialização de metais, nas quais participariam as diversas comunidades e, especialmente, as aristocracias locais. Uma delas foi a rota terrestre, partindo da Galícia até os territórios do sudoeste. A outra rota, desde a pré-história, partia das Ilhas Britânicas e Finisterra e, fazendo fronteira com a costa lusitana, dirigia-se para o Estreito de Gibraltar, onde tinha contato com as rotas comerciais gregas e fenícias.

A conquista romana representou para os lusitanos a transição para uma economia monetária em meio urbano. Evidentemente, durante o período das guerras de conquista não havia condições para o desenvolvimento econômico, mas desde o início do século I a.C., há indícios de sinais de recuperação econômica e de articulação de um mercado mais amplo do que o antigo mercado local ou regional, sob proteção das comunicações e da segurança oferecida pela *Pax Romana*. Neste período, observa-se a comercialização no planalto ocidental da chamada cerâmica policromada celtiberana e da cerâmica autóctone estampada.

A sociedade dos povos da Península era uma sociedade aristocrática, no sentido de que os poderes político, social e econômico estavam concentrados nas mãos de um grupo mais ou menos reduzido da comunidade. A exibição de seu status social se dava pela posse de uma panóplia de guerreiros completa. Estrabão (1998) assinala que apenas uma minoria dos lusitanos, sobretudo aqueles que tinham riqueza suficiente para pagar por ele, portavam o armamento completo.

De acordo com os autores clássicos⁸, existia um fenômeno que costumava estar relacionado com a propriedade privada e as desigualdades econômicas no povo lusitano: o banditismo. Muitas vezes esse fenômeno foi o motivo das guerras contra os romanos. Segundo Salinas de Frías (2006), os historiadores concordam em afirmar que, durante o segundo e

⁸ Por autores clássicos, Salinas de Frías (2006) se refere a autores gregos como Políbio (203 a.C. - 120 a.C.), Posidônio (135 a.C. - 51 a.C.), Estrabão (64 a.C. - 24), Diodoro (90 a.C. - 30 a.C.), Apiano (95 - 165), entre outros.

primeiro século a.C., derivado da distribuição desigual da propriedade de terras, um grave problema social e econômico permeava a sociedade lusitana, tornando os indivíduos mais pobres e sem meios de subsistência e, portanto, ou entravam no cesto de mercenários dos cartagineses e gregos, ou formavam bandos que poderiam constituir verdadeiros exércitos que se dedicavam à pilhagem de outras comunidades mais prósperas.

Sobre a Bética, região sul da Península, anteriormente conhecida por Turdetania, os geógrafos antigos enfatizavam a riqueza e a fertilidade da terra. Ademais, um traço marcante dos turdetanos era o elevado nível de urbanização, o qual Estrabão comentou haver mais de 200 cidades. Sobre a Turdetania: (III, 2,4) diz:

La Turdetania goza de unas assombrosas condiciones. Además de ser ella misma productora de todo y em abundancia, duplica sus beneficios com a exportación, pues el excedente de sus produtos es facilmente vendido por sus numerosos barcos mercantes. Hacen posible estol os ríos y los esteros que, como dije, son comparables a los ríos e igualmente remontables desde el mar hacia las ciudades del interior, no sólo por naves pequenas, sino también por las grandes. (...) De Turdetania se exporta trigo y vino em cantidad, y aceite no sólo em cantidad, sino también de la mejor calidad. Se exporta asimismo cera, miel y pez, mucha cochinilla y em bermellón no inferior a la tierra sinópica. Los astilleros funciona allí com madera del país, em su territorio hay minas de sal y no pocas corrientes de ríos salobres, y tampoco escasea la indústria de salazón de pescado, procedente tanto de la zona com odel resto del litoral de más allá de las Columnas, que no va a la zaga de la salazón del Ponto (...) Pero, a pesar de estar dotada dicha región de tantos bienes, no se maravillaría uno menos, sino todo lo contrario, al conocer la generosidade de sus minas; porque de ellas está repleta toda la tierra de los iberos, aunque no toda sea tan fértil y próspera, especialmente la que proporciona minerales. Raro es gozar de ambos recursos, pero raro es también que la misma tierra este llena de minerales diversos em um territorio reducido. La Turdetania y comarcas limítrofes no dejan, a los que quieren ensalzarlas por sus bondades, palabras que las reflejen adecuadamente. Pues ni el oro, ni la plata, ni el cobre, ni el hierro, em ningún lugar de la tierra se há comprobado hasta ahora que se produzcan em ta gran cantidad ni de tan alta calidad (ESTRABÃO, 1998, p. 141–147).

Os romanos, após terem derrotado os cartagineses na Península, iniciaram a tentativa de conquista da Lusitânia. Foram mais de cem anos de guerras e disputas até que a república romana enviou Júlio César que, ao se deparar com prosperidade da região, saqueou o que pôde para satisfazer seus credores em Roma. Foram quatro séculos de romanização intelectual e econômica que começou a transformar a vida do povo daquele território. A duração e a

intensidade da colonização romana foram suficientes para latinizar a língua do povo (GARCÍA Y BELLIDO, 1967). Os padrões romanos de direito urbanístico e administrativo foram adotados, assim como, as cidades lusitanas passaram a ter responsabilidades ao mesmo tempo que recebiam direitos financeiros e jurídicos. O governo municipal se tornou o eixo central do sistema político do que se tornaria Portugal. Fora das cidades, as vilas romanas passaram a ser o foco de grandes propriedades de terra, que ficaram conhecidas mais tarde por latifúndios, onde a clientela de súditos e de escravos comprados cultivavam azeitonas e vinhas, trigo e centeio, figos e cerejas. A força de trabalho era exclusivamente composta por escravos, e tal modo de produção sobreviveria em Portugal até o século XVIII (BIRMINGHAM, 2017).

Os conquistadores seguiam um padrão de conquista definido por seus antepassados que consistia em fazer tratados com grupos que concordavam em se juntar voluntariamente e conquistavam aqueles que resistiam. Portanto, esse modelo de conquista caracterizou o processo de romanização da Península Ibérica de forma lenta e gradual, levando cerca de duzentos anos para que eles estabelecessem o controle total da Península (PHILLIPS JR.; PHILLIPS, 2019).

Apesar do controle total do território, o processo de romanização não foi completo em toda a península. A parte leste e sul da Hispânia, dada a longa tradição de contato com sucessivas civilizações mediterrâneas, assimilaram mais rapidamente o mundo romano. A parte norte e oeste, onde se encontra as áreas montanhosas, foram as menos afetadas pelo contato. As áreas urbanas, em comparação com as zonas rurais, foram as que mais sofreram com o processo de romanização. Neste sentido, as elites urbanas, comparada aos segmentos mais pobres, foram as que mais se romanizaram. Por conseguinte, a estrutura econômica da Ibéria, sobretudo a economia rural, também sofreu uma rápida transformação. As pequenas propriedades foram desaparecendo à medida que os camponeses tinham que competir sem sucesso com as propriedades maiores acumuladas pela elite local e pelos imigrantes romanos.

1.3 O PERÍODO DE DOMINAÇÃO DOS VISIGODOS E MUÇULMANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA

A continuidade e a integração que caracterizaram a civilização romana, foram erodidas na segunda metade do século II pela comunhão de forças de destruição e renovação. Os germânicos, com os suevos, estabeleceram-se ao norte de Portugal vizinhando os lusitanos romanizados. Não obstante, a dominação gótica foi silenciada nos aspectos jurídicos, culturais

e econômicos. Um legado germânico conseguiu sobreviver e foi o fortalecimento do cristianismo. A nova religião mediterrânea começou a se espalhar para Portugal no período final do Império Romano Ocidental, mas foram os príncipes germânicos que deram um novo impulso. Tal fortalecimento foi capaz de permitir que o cristianismo na Península sobrevivesse a quinhentos anos de domínio islâmico, que concederam à cidade de Braga o principal bispado de Portugal e à Toledo (capital visigótica) a principal sede eclesiástica na Espanha.

O cristianismo já tinha sua história no território peninsular no século II. Phillips Jr. e Phillips (2019) argumentam que o início da história do cristianismo ibérico é obscuro e está provavelmente vinculado à criação das comunidades judaicas no leste e sul da Hispânia durante a diáspora judaica no século II. No século III, os detalhes da história do cristianismo na península se tornam mais claros já que as comunidades cristãs já eram suficientemente grandes para terem seus próprios bispos e manterem laços com o papado Romano. No século IV a religião cristã se torna reconhecida e sua prática se torna legal no Império Romano. A partir desse fato, o cristianismo se expandiu rapidamente no final do século IV. No século V, após um período vagando pela Europa oriental, os visigodos entram na Hispânia. Eles adotaram alguns costumes romanos e serviam como confederados do Império e forneciam tropas e líderes locais em troca de um subsídio anual. Na região da Dácia, onde estavam fixados desde o século III, os visigodos passaram a ter um respeito considerável pelas instituições romanas e aceitaram a conversão religiosa a uma variedade ariana do cristianismo.

As invasões bárbaras do século V, como o evento que desencadeou as transformações, deram-lhes um aspecto catastrófico e modificaram profundamente a aparência: da conquista dos povos germânicos até a expulsão dos muçulmanos, a Península Ibérica transitaria em questões durante dez séculos: economia fechada ou economia aberta, mundo rural ou mundo urbano, fortaleza única ou mansões diversas.

Após adotar a agricultura dos romanos, os visigodos reconheceram que as terras em torno do Mediterrâneo ofereciam melhores condições para o ofício. Apesar de elas serem mais áridas e mais pobres do que as terras do norte, as terras do sul eram mais fáceis de arar e utilizar as ferramentas e técnicas disponíveis. Neste sentido, os visigodos começaram a mirar as terras do sul, dado também pelo seu aumento populacional.

Suscetível aos problemas internos que assolavam o Império Romano, a Península Ibérica se encontrava enfraquecida para resistir às invasões após o estabelecimento da Pax Romana e a posterior desmobilização das tropas romanas. Phillips Jr. e Phillips (2019)

complementam que alguns povos preferiam os invasores bárbaros como uma alternativa ao domínio romano devido aos pesados tributos exigidos por esses. Entre os anos 409 e 413, outros três grupos germânicos entraram na Espanha romana: os suevos, os vândalos e os alanos⁹.

A despeito dos conflitos entre os romanos e os visigodos, estes passaram por um processo de aculturação. Dado o enraizamento romano por séculos, o desenvolvimento jurídico dos visigodos mostrou aceitação da prática romana ao passo de uma crescente sofisticação. A exemplo, as tradições consuetudinárias acumuladas pelas diversas tribos germânicas que serviram de base para sua prática jurídica. Existiam diferenças significativas entre a lei escrita romana e o direito consuetudinário vernáculo germânico, o qual não havia nenhum mecanismo para criar novas leis. A memória coletiva dos homens mais velhos do grupo que interpretavam o direito consuetudinário substituíam a ausência de advogados e juízes formados¹⁰.

As tradições romanas já se encontravam enraizadas na língua, no direito e na religião antes de os povos bárbaros chegarem e isso também ajuda a explicar a preponderância desses elementos. Em parte, também se deve ao contingente populacional visigodo que foi muito menor do que o de hispano-romanos – 100 mil habitantes em uma população de milhões de hispano-romanos. Segundo Phillips Jr. e Phillips (2019), investigações arqueológicas mostram que a vida material quase não mudou no período de dominação visigótica. Até mesmo a arquitetura dos visigodos não sobreviveu porque as estruturas medievais as substituíram.

A partir de seus próprios costumes e daqueles adotados, os visigodos haviam criado um Estado monárquico bastante parecido aos outros primeiros reinos da Europa Ocidental. De acordo com Phillips Jr. e Phillips (2019, p. 55), “O Reino Visigodo da Espanha foi o exemplo de uma mistura desigual de instituições e costumes germânicos e romanos, entretanto, as continuidades da época romana são mais significativas do que quaisquer alterações feitas pelos

⁹ Os suevos, vândalos e alanos, ao final dos primeiros cinco anos de invasão, estabeleceram-se no oeste e no sul da Península: os suevos e alguns vândalos no Noroeste na Gallaeci (mais tarde chamada de Galícia); o grupo principal dos vândalos no Sudoeste, na Bética; e os alanos ao sul do Rio Douro, na Lusitânia.

¹⁰ É importante frisar que o reinado de Eurico, rei dos visigodos, coincide com a queda do Império Romano do Ocidente. Ainda com a capital visigótica em Toulouse, Eurico encarregou um jurista galo-romano, para preparar um código de leis nacionais para os godos – e que somente seria aplicado a eles -, que foi baseado nas mais antigas leis e costumes visigóticos, contendo muitos elementos do direito romano, incluindo a legislação canônica, e escrito em latim. O código de Eurico permitiu que os galo-romanos e os hispano-romanos que viviam entre eles mantivessem o direito romano. “Em 506, Alarico II, filho de Eurico, apresentou um código jurídico uniforme para essas populações, a *Lex romana visigothorum*, que mais tarde ficou conhecida como *Brevium Alarici regis*, ou em português, o Breviário do rei Alarico. O Breviário era uma compilação do direito romano que estava em vigor no Reino Visigótico, o qual excluía toda a legislação extinta ou conflitante” (PHILLIPS JR.; PHILLIPS, 2019, p. 49–50).

visigodos”. Os autores apontam que é difícil saber o que os visigodos poderiam ter realizado por fim, já que em 711 o reino foi rapidamente derrubado pelos muçulmanos.

Os habitantes ibéricos e celtas da península, como a maioria dos povos mediterrâneos, experimentaram a influência grega, fenícia, cartaginesa, visigótica e romana em vários níveis. Assim como em outros lugares, o domínio romano cedeu ao triunfo do cristianismo e à ascensão das tribos germânicas. A chegada de muçulmanos à Península Ibérica em 711 abriu espaço para uma dimensão distinta da história europeia e, nos oito séculos seguintes, o islamismo, o cristianismo e o judaísmo coexistiram em um relacionamento por ser financeiramente e intelectualmente enriquecedor, porém, interrompido sistematicamente vezes por tensões religiosas e conflitos civis (ORTIZ-GRIFFIN; GRIFFIN, 2007).

Mesmo com a sobrevivência do cristianismo na península, a islamização levou a conversão de uma grande proporção da população do território. Minorias cristãs e judaicas que mantiveram suas religiões foram toleradas, mas o islã acabou se tornando a religião do povo, com exceção do extremo norte, onde a influência germânica foi mais intensa que o islã e não conseguiu penetrar, onde já havia supremacia cristã que foi capaz de resistir ao poder imperial de Córdoba.

Dentre as contribuições mais profundas que os estudiosos muçulmanos levaram para Portugal foram a ciência e o conhecimento. A experiência muçulmana em construir navios para o alto mar, bússolas, astrolábios e outras ferramentas para navegação. A língua vernácula no Portugal muçulmano continuava latinizada, entretanto, os termos técnicos para plantas e ferramentas, pesos e medidas e outros instrumentos foram emprestados do árabe. O maior impacto econômico da cultura muçulmana foi sentido na agricultura (BIRMINGHAM, 2017).

No século XI, as montanhas portuguesas ao norte da península ibérica estavam em estado constante de guerras de religião. A política cristã sobreviveu em uma pequena escala por quase todo o período de domínio muçulmano. E assim, foi necessária uma ajuda estrangeira das tribos do território francês para que se derrotasse essa invasão muçulmana ao norte. Ao final do século XI, com a ajuda de Henrique de Borgonha surgia então um estado cristão que buscava desafiar as cidades muradas e os altos castelos dos estados muçulmanos de Portugal.

Não obstante, os quatro séculos posteriores de luta intermitente entre cristãos ibéricos e muçulmanos haviam estreitado as relações comerciais e culturais e não raras alianças políticas. A intolerância religiosa generalizada sendo prática medieval corriqueira, os ibéricos surpreendentemente coexistiam pacificamente e havia um respeito religioso. Tal

atitude foi mudando gradualmente à medida que os cristãos se tornavam senhores e o fim do domínio e da presença muçulmana na Península começavam a trazer boas perspectivas. Neste sentido, a antiga necessidade de coexistir, a tolerância e o antigo respeito deram lugar a perseguições, onde as terras ao sul seriam o objetivo de conquista (MARQUES, 2016).

1.4 A RECONQUISTA E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS-NAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

Durante a Idade Média, vários reinos cristãos surgiram, buscando uma “Reconquista”¹¹ do território perdido para os mouros. Os reinos de Castela e de Aragão pouco a pouco ganharam domínio sobre reinos menores para se tornarem os progenitores de uma Espanha unida que se consolidaria no ano de 1512 como Estado-Nação a partir da união dinástica entre aqueles dois reinos, conhecido também como o período dos Reis Católicos. Já no caso português, o processo da formação do Estado-Nação acontece séculos antes, quando em 1147 que os portugueses expulsaram os senhores feudais muçulmanos de Lisboa e garantiram a independência efetiva, passando a ser reconhecido como o primeiro Estado-Nação europeu.

É importante frisar que os reis da Península Ibérica, ao longo da Idade Média não davam significado ao poder como reflexo da fixação territorial, mas como uma missão divina, a qual justificava suas figuras e seus papéis. Neste sentido, a busca pela extensão territorial às terras em direção ao domínio muçulmano na Península Ibérica constituía uma das provas de submissão a Deus. Essa concepção de poder, que se espera como justificação e exercício real, foi elaborada no decorrer do século XII e, segundo Rucquoi (1995), é fruto do direito romano e da noção de *imperium*. A autora afirma que a consequência foi “o desenvolvimento precoce dos meios fiscais, administrativos, militares e mentais que asseguravam aos seus detentores um poder raramente contestado e tendente ao absolutismo” (RUCQUOI, 1995, p. 215).

O recém formado Condado de Portugal, sob tutela de Afonso Henriques, passou a desejar o estatuto de Reino de Portugal. Entretanto, ao norte, os reis cristãos, que mais tarde conquistaram Castela, alegaram supremacia, e Portugal foi obrigado a investir recursos extensivos e preparativos para guerra, com treinamentos, equipamentos e construções militares.

¹¹ O processo de reconquista durou cerca de cinco séculos e só foi concluída em 1492 com a tomada do reino muçulmano de Granada (SARAIWA, 2003).

Ao sul, as aspirações de expandir o território de Portugal foram desafiadas pelas comunidades muçulmanas do governo dos almorávidas. Pelos quase 200 anos seguintes, a disputa ao sul teve a alternância de poder entre os muçulmanos e cristãos e a fronteira ao norte de Portugal permanecia em constantes disputas na sociedade medieval portuguesa, já que a colaboração entre a nobreza e a monarquia era desfeita regularmente e o contrato feudal era substituído pela autoridade real. O crescente autoritarismo culminou na guerra civil cristã no século XIII.

Apesar dos conflitos dinásticos e das guerras feudais terem dificultado o processo de Reconquista, a ocupação das terras conquistadas avança ao passo que a ideia de Guerra Santa motivada pela cruz cristã passa a ser um dos incentivos para a expulsão dos muçulmanos. Como afirma Rucquoi (1995), a guerra santa foi um mito no sentido de que a foi baseada na justificação do poder dos reis e teve uma função unificadora, cujas disputas idiossincráticas dinásticas do Norte da península deram espaço para a luta contra os muçulmanos “participando de um mesmo ‘projeto’ militar, religioso e econômico, projeto ‘existencial’ que se tornou ‘essencial’” (1995, p. 216).

A reconquista, mito e realidade, fundou assim ao mesmo tempo um conceito de poder e uma prática deste, uma hierarquização da sociedade em função de critérios militares, a organização de um espaço que não era fechado, e uma visão específica das relações entre o cristão e o seu Criador, que colocava a Igreja numa situação de sujeição ao poder civil (RUCQUOI, 1995, p. 216).

Com a perda gradual do poder muçulmano, os povos ibéricos estavam posicionados e preparados para ir além das limitações físicas e políticas que lhes haviam sido impostas pela Cruzada. Ao fim da guerra, após um longo período de tranquilidade muçulmana, as guerras de religião empobreceram Portugal. Além da fome, da fuga e da propagação de doenças, foi também interrompido o progresso econômico. O constante estado de beligerância vivido na Península, não só tardou o desenvolvimento, como também teceu a estrutura social e política durante séculos, criando uma estrutura altamente militarizada dadas as sucessivas incertezas e desacordos institucionais (BIRMINGHAM, 2017).

Nos séculos seguintes às guerras de religião a sociedade portuguesa foi dividida em três regiões geográficas: No Norte, uma economia essencialmente agrária dominada por uma hierarquia feudal formada por relações contratuais, cujos contratos se baseavam na troca entre oferta de trabalho e parte da colheita por proteção mínima. No centro, a classe média surgia com o nascimento da burguesia que evoluiu com as afiliações de classe e ganhou influência e riqueza, porém o poder permanecia aos municípios. Ademais, a demanda por alimentos nas

idades contribuiu para o enriquecimento dos grandes proprietários de terras. No Sul, predominavam os cavaleiros das ordens religiosas e em suas propriedades trabalhavam imigrantes cristãos e escravos muçulmanos.

A disposição geográfica da Península Ibérica, ao mesmo tempo que limitava as opções, apresentava oportunidades aos seus habitantes. Ao norte da Europa, os Pirineus os isolaram, enquanto ao longo da costa mediterrânea incentivou o contato com a Itália, o Levante e o norte da África. As costas de Portugal e o noroeste da Espanha apresentavam as tentações do Atlântico e do que poderia estar além. A foz do rio Douro e do Tejo proporcionaram a Portugal potencialidades marítimas que tiveram eco na Espanha pelo Rio Guadalquivir e pelo Ebro. Todavia, nenhum desses rios eram rotas naturalmente navegáveis para o interior. Ao mesmo tempo, as cadeias montanhosas contribuíram para a compartimentação da península e o domínio de agrupamentos sociais localizados e de alianças políticas.

Ortiz-Griffin e Griffin (2007) apontam que a Meseta Central, onde predominava a economia pastoril, moldou a personalidade humana de Castela e reforçou sua relação com os territórios do sul da Andaluzia e os domínios fortemente independentes de galegos e bascos no norte. Até mesmo Portugal, numa escala menor, apresentou diferenças regionais e antagonismos que se manifestaram ao longo das diversas regiões.

Em meados do século XV, as opções e oportunidades dos estados ibéricos podem ter interagido de várias maneiras diferentes. Ao perseguir e expulsar o inimigo mouro em retirada para o Marrocos, os ibéricos aventuraram-se para além dos primeiros postos avançados do Atlântico estabelecidos na Madeira e nos Açores. Também renovariam antigos laços com a Itália. A tentativa de tomada do trono de Castela em 1476 pelos portugueses para se tornarem a força dominante na península foi frustrada. O Reino de Aragão tinha aspirações semelhantes. Contudo, dada a combinação de maior população e território, Castela acabaria por triunfar sobre o aventureirismo militar imprudente dos portugueses e a diplomacia astuta dos aragoneses para emergir como o líder dominante e modelador do futuro da Península Ibérica.

No caldo de expansão territorial justificado pela ordem divina e pelo engendramento dos Estados-Nação, a guerra passa a ser fato dominante que estrutura a sociedade e a economia da Península Ibérica medieval. Dado o estado de guerra intermitente, seria nos períodos de tréguas em que se estabeleceriam as relações comerciais e políticas e estaria constantemente presente no horizonte mental da sociedade ibérica. Marcada por ser uma sociedade de fronteiras, esta sociedade seria caracterizada por forte mobilidade social, onde as flutuações

seriam numerosas na hierarquia social (COSTA, R. da, 1998; FITZ; MONTEIRO, 2018; RUCQUOI, 1995).

De acordo com Fitz e Monteiro (2018), a guerra era uma atividade central na vida das sociedades medievais ibéricas, cuja violência armada era perpetrada não somente pelos Estados, como também por outras instituições e indivíduos, sendo configurado como um fenômeno ordinário. As atividades militares que frequentemente colocavam em xeque o destino das instituições, pessoas e comunidades, acabavam por mobilizar recursos humanos, intelectuais, econômicos, tecnológicos e institucionais. Segundo os autores, em comparação com os padrões de comportamento comuns ao resto da Europa Ocidental, havia forte militarização das sociedades ibéricas, sobretudo nos reinos cristãos, cujas sociedades estariam organizadas pela e para a guerra. Haveria uma extensão generalizada das obrigações militares que não eram limitadas a um único grupo social.

O sistema constante de guerras gerariam efeitos nas mudanças institucionais e sobretudo econômicas. Os constantes conflitos mobilizavam as tropas que culminariam nas chamadas "revolução militar". Já que a guerra exigia gastos com tecnologia militar e mão-de-obra, houve a necessidade de ampliar e tornar mais complexo os sistemas fiscais no período moderno. O sistema militar não seria mais sustentado pela nobreza ou pelas cidades; passaria a depender de um sistema financeiro mais sofisticado e um aparato logístico mais centralizado (YUN-CASALILLA, 2019).

1.5 AS PARTIDAS ESPANHOLAS E AS ORDENAÇÕES PORTUGUESAS

À medida que os Estados ibéricos iam se constituindo, surge a necessidade de consolidar os poderes instituídos, como reflexo dos primeiros esforços de sistematização do direito nacional de forma hierárquica, haja vista a própria estrutura do poder que se traduzia em um conjunto de fontes jurídicas que causavam confusão e incerteza e que foram construídas a partir da mescla das influências do Direito Nacional, do Direito Romano e do Direito Canônico. Neste sentido, tanto Portugal quanto Espanha compilavam seus mecanismos jurídicos para fundamentar suas próprias instituições à medida que delineavam os poderes do reino e de suas possessões ultramarinas.

O primeiro esforço surgiu ainda no Reino de Castela durante o reinado de Afonso X (1252-1284) com o lançamento de *Las Siete Partidas*¹². Também conhecida como *Partidas*, esse conjunto jurídico trata de todo tipo de matéria e possui como fontes os textos jurídicos de Castela, de autores clássicos como Aristóteles, Cícero, Sêneca, etc, as Sagradas Escrituras e os Pais da Igreja, o Corpus iuris civilis e seus glosadores, o Decreto de Graciano, o direito canônico e seus glosadores, os filósofos medievais – Boécio, Pedro Afonso, al-Turtushi, Secretum secretorum, Averroes –, e outras que desconhecemos (RUCQUOI, 1995).

A obra se inspira no Digesto de Justiniano e, portanto, tem como prerrogativa a figura do monarca como a fonte das leis, isto é, do Direito. O rei, como sucessor dos visigodos - herdeiros do império romano cristão -, também seria o defensor da fé católica e da Igreja e teria que responder diante de Deus sobre a ortodoxia dos constituintes do reino, isto é, a nobreza, o povo, os cavaleiros, os mestres das universidades. As *Partidas* revelam, portanto, que o primeiro dever do rei legislador é o zelo pela fé e o guardião de sua Igreja, depois o poder arbitrário da justiça que lhe seria imbuído e, finalmente, os artigos de Direito que organizariam as relações sociais, isto é, entre os naturais de seus reinos, é dizer: a família, o matrimônio, os servos e vassallos, os contratos, os negócios, as heranças, os crimes e as penas.

O exercício da legislação seria a forma privilegiada do exercício do poder real que se manifestaria em sancionar vivências coletivas ou mesmo mostrar o desejo de transformá-las, bem como regulamentar de forma minuciosa as diversas atividades do estado, como a fazenda, a justiça, o exército, a administração central e local. Destarte, seria a substituição das armas e das ideias pela primazia das leis, isto é, a substituição do antigo Estado medieval pelo Estado moderno (DUARTE, 2005; SARAIVA, 2003).

As *Partidas* se constituiriam como a base que transmutaria os antigos estados ibéricos medievais em Estados modernos. A falta de um Estado estruturado herdado do constante estado de reconquista, escancararam o quanto a práxis bélica colocava a organização administrativa e de produção do direito como tarefas secundárias, deixando as populações dos territórios reconquistados à mercê da autossuficiência do direito. Com o avanço da Reconquista, surge a necessidade de povoamento e agricultura e como seria necessário atrair mão-de-obra, os reis concediam favores e isenções. A necessidade de se estruturar um código, ao mesmo tempo que

¹² Dividida em 7 livros, ou também *Partidas*, está dividida em: Partida I: as fontes do Direito e o que é relativo a religião do reino; Partida II: o Direito público, ou seja, o rei e o povo; Partida III: a organização judicial; Partida IV: o Direito civil, dividido entre Direito privado da família; Partida V: os contratos; Partida VI: as sucessões; e, Partida VII: os delitos e penas. Fonte: <https://www.umahistoriadapeninsula.com/as-sete-partidas-las-siete-partidas>

se materializa, também faz nascer os Estados Modernos ibéricos. Portugal e Espanha lançam mão das Ordenações, sendo as primeiras, respectivamente, as *Ordenações Afonsinas* (1446) a pedido das Cortes de D. João I, e as *Ordenanzas Reales de Castilla* (1480) a pedido dos Reis Católicos (VELASCO, 1994).

As ordenações seriam as tentativas constantes em traçar o poder real em toda sua força e plenitude, restaurando a função do soberano como representante da justiça, do arbítrio¹³ dos conflitos sociais e da garantia dos equilíbrios existentes. Seriam, portanto, testemunhos do poder de intromissão e de regulamentação por parte da Coroa. A sistematização não era, então, a estratégia de impor limites ao poder monárquico, mas de total afirmação do poder real. Apesar dessa afirmação carecer de instrumentos imediatos para uma brusca imposição do poder, faltando ao monarca os meios institucionais e humanos necessários, bem como dos próprios aparelhos de justiça e do domínio efetivo do espaço, o monopólio do poder real enfrentaria e subjugaria, como observa Silvia Lara (1999), a concorrência do comunitarismo das justiças populares – baseadas nos usos e costumes das terras –, do corporativismo dos juristas e das formas de justiça senhorial.

Silvia Lara (1999) nos atenta sobre a importância do papel dos juízes como estratégia de concentração de poder e imposição da hegemonia legal, sobretudo, em Portugal. A administração régia se apoiava na multiplicação dos juízes de fora – magistrado formado na Universidade de Coimbra, conhecedor das letras e ordenações e leais aos monarcas – como um instrumento que possibilitaria a circulação do direito letrado e dos padrões oficiais de julgamento, o que promoveria a desqualificação do sistema de justiça local que estaria fundado em leis consuetudinárias. Aos juízes de fora lhes caberia a presidência da Câmara municipal, substituindo o antigo juiz ordinário eleito pela comunidade. Dado o crescente prestígio da justiça real e da visão de mundo que imbuía a função arbitral da Coroa, o magistrado se tornava figura central na resolução de conflitos domésticos no seio da comunidade, entre seus representantes ou entre agentes do próprio poder central.

Segundo Faoro (2012), no contexto luso, a constituição de um poder estatal centralizado com base econômica na propriedade fundiária – delineada pelas Ordenações – dá

¹³ Segundo Bicalho (2000), a existência dos Conselhos ou Tribunais seria um contraponto às decisões arbitrárias do monarcas, à medida que a consulta a seus membros, juristas e letrados se tornava indispensável ao resultado dos atos do rei, pois a própria sistemática de decisão governamental por meio de consultas se traduziria numa expressão técnica, e não despótica, o que reafirmaria o caráter corporativo do governo ao passo que reatualizaria a imagem do rei e traria harmonia às instituições do corpo político.

origem ao um embrião de Estado nacional centralizado, moderno num tempo em que nenhum outro era. Segundo o autor, o segredo para essa precocidade portuguesa que abriria o caminho para um capitalismo de perfil comercial e de cunho político se deve ao:

(...) amálgama que ocorre quando a reconquista do território sob domínio mourisco e a incorporação de vastas extensões de terra ao tesouro real – vale dizer, do rei que assim se equipa para o exercício de um poder de caráter patrimonial, no qual a fazenda pública se confunde com a propriedade do mandatário maior –, associada à expansão comercial que, com o decisivo apoio do novo Estado, lança as bases para o grandioso empreendimento das navegações na exploração de terras distantes, permite a Portugal dar o salto para a centralização política num Estado empreendedor comercial, quando no resto da Europa o rumo da história seguia outra via. Essa outra via era a do sistema feudal, da partilha do poder entre suserano e barões, que só seria desmontada com o desenvolvimento do capitalismo na sua vertente industrial, que passa pela consolidação dos estados nacionais no lugar da descentralização feudal (FAORO, 2012, p. 3).

A importância das Ordenações para o mundo ibérico é tamanha. Primeiro, porque vão definir os atributos dos reis sob a égide divina e que, na última ponta, culminaria no Estado absolutista. Segundo, porque vão construindo e consolidando as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais que afetariam a ordem da distribuição e produção da riqueza e do poder na esfera da Península e do Novo Mundo, ao passo que consubstancia o Estados modernos ibéricos burocráticos e patrimonialistas em diálogo com a missão divina de propagar a fé católica pelo mundo, num universo ibérico embebido por uma filosofia ética-moral de cunho aristotélico que sustentaria os preceitos escolásticos. É a partir dessa esfera em conjunto com o avanço de uma outra forma de extrair e produzir riqueza – a produção industrial, a expansão do mercado e o sistema capitalista – que nasce, no seio das ciências sociais, sobretudo a economia política, a lógica da racionalidade do indivíduo, utilitarista, maximizador, funcional, atemporal, não-espacial.

1.6 A INSTITUCIONALIZAÇÃO CATÓLICA NA EXPANSÃO DOS DOMÍNIOS DA PENÍNSULA IBÉRICA

Yun-Casalilla (2019) contra-argumenta o senso de estudiosos que subscreveram uma ideia simplista de impérios como fonte de crescimento, criando-se a falsa percepção de que os impérios ibéricos fossem anomalias históricas. Segundo o autor, foi a própria dinâmica interna das estruturas sociais que obrigava as sociedades medievais a buscarem recursos cada vez

maiores. As tensões criadas com a instabilidade política do século XV moldariam as fórmulas de transação no núcleo dominante da Europa, composto pelas diferentes elites que, por fim, resultariam em sistemas políticos muito distintos que surgiram na Península Ibérica.

À medida que os impérios ibéricos se expandiam, resultava-se em transformações internas que ocorreram nas instituições que regulavam a vida social, a estrutura de direitos de propriedade e os sistemas políticos; ao mesmo tempo em que as diferentes elites reivindicavam prestígio e poder, passaram a competir também pela busca do exótico e de superar as linhagens rivais pelo consumo ostentoso e hedonístico de produtos extremamente caros.

A experiência do intercâmbio cultural e científico pelo Mediterrâneo foi crucial nesse processo. Com a intensificação comercial entre a Europa e a Ásia, exigia-se uma demanda maior por metais preciosos, sobretudo quando a China – ao fornecer, principalmente, pólvora para o mercado europeu – passou a tributar o comércio pelo pagamento por prata. Neste sentido, conforme Yun-Casalilla (2019), não foi a busca por terras ou necessidade de alimentos, tampouco pela burguesia nascente que motivou a expansão, mas a própria força da globalização e a necessidade do ouro e outros metais preciosos, aliado ao aparato bélico, de uma sociedade voltada para a guerra.

Com a globalização, a Europa precisava de mais dinheiro, seja voltado para o comércio de longa distância, seja para as operações mais modestas. Neste sentido, a combinação entre esses elementos e os efeitos das transformações institucionais que foram, gradualmente, criando novas necessidades de consumo, alterando hábitos, práticas sociais e a própria relação entre criação e distribuição de riqueza e poder, entrelaçada à expansão territorial que demandava auxílio financeiro da nobreza, enquanto a Coroa a compensaria por promessa ao final das guerras, ao mesmo tempo que abrandaria a cobrança de impostos e não faria vista grossa à usurpação de terras pelos nobres. Em outras palavras, as instituições que daí se engendraram moldariam os diferentes padrões de desenvolvimento e as distintas economias políticas (YUN-CASALILLA, 2019).

A Península Ibérica foi a grande protagonista da fase de globalização que deu início à ascensão do Ocidente. Em parte, devido à convergência das forças globais (a circulação do conhecimento técnico e o desenvolvimento comercial anterior); em parte, pela ação de forças e necessidades que estavam presentes em toda a Europa e que se materializariam na Península Ibérica em uma maneira muito específica. Segundo Yun-Casalilla (2019), para além de uma continuação de ações e práticas anteriores típicas da Reconquista, a necessidade de extensão e

consolidação da elite - em particular as necessidades da nobreza - estiveram no cerne do primeiro salto para o Atlântico.

As mudanças no sistema institucional e direitos de propriedade, bem como o envolvimento em rotas comerciais cada vez mais amplas por parte da Península Ibérica, contribuíram para a recuperação econômica e trouxeram um certo relaxamento das tensões entre as classes sociais. Os pontos de conflito em perspectiva como a luta pelo domínio real, o debate sobre o uso dos recursos do reino e a importância do mecenato real (dada a sua maior capacidade de captação de recursos) fariam emergir as duas potências ibéricas, estimuladas pela vocação expansiva e capacidade de anular as tensões internas ao estabelecerem seus respectivos impérios, Portugal e Castela. Estariam consolidados por volta de 1520 os diferentes padrões institucionais que condicionariam as economias políticas do mundo ibérico.

Após milênios de colonização e de construção da sua identidade é que a estrutura econômica, social e política consolidada lança as bases para a expansão imperial. Inovações institucionais como Cartas de Conquista concedidas pela Coroa, encorajavam os empreendedores coloniais portugueses a investirem o seu dinheiro e talento na abertura de um novo continente. O resultado é que por cem anos, Portugal monopolizou o caminho marítimo para a Ásia.

A rápida ascensão de Portugal com a abertura dos impérios ultramarinos europeus, segundo Birmingham (2017), pode ter contribuído para uma transformação fundamental das relações sociais no interior a Península Ibérica. Antes de Colombo chegar a América em 1492, Castela rompeu seu antigo padrão de alianças e rivalidades com Granada e numa invasão-relâmpago derrubou a antiga Monarquia muçulmana. O golpe que foi politicamente bem-sucedido, teve um alto custo. A pilhagem pelos invasores cristãos fez com que os mercadores ricos e empresas de manufatura da seda emigrassem da Espanha. E tão logo que o poder muçulmano foi desfeito, a intolerância religiosa aumentou radicalmente e a perseguição foi institucionalizada pelo Tribunal da Inquisição na Espanha e que foi rapidamente imitado por Portugal.

A nova instituição foi acrescida de regimentos portugueses que proibia o culto público de muçulmanos ou judeus e as conversões forçadas ao cristianismo levaram ao reconhecimento de uma nova categoria social, a dos “cristãos-novos”. Muitos dos cristãos-novos judeus eram artesãos e mercadores que desempenhavam um importante papel econômico nas cidades, nos portos e nas colônias. Em outras palavras, a estrutura econômica que dava base ao

empreendimento e ao investimento em manufaturas, os ganhos do comércio e das “artes” migraram para outras regiões da Europa ou entravam em constante conflito com a nobreza proprietária de terras.

É importante destacar, ainda que brevemente, o papel da Inquisição como formação de um ideal e de uma identidade para os povos ibéricos. É uma alegação trivial de que os motivos que levaram a busca por novos mundos foi a abertura de novos mercados, enriquecimento, expansão e exploração colonial a partir das grandes navegações. Segundo Todorov (1982), deve-se somar a estes impulsos a relação divina e a apreciação da natureza. Segundo o autor, não foi apenas a busca pela riqueza, por metais preciosos e novas rotas comerciais que motivavam as grandes navegações. O autor vai além e interpreta o processo de expansão ibérica, a partir das cartas de Colombo, como uma motivação divina, regida pela propagação do nome do Papa e do evangelho. Em outras palavras, segundo Todorov, os propósitos religiosos e econômicos eram complementários para Colombo que desejava, acima de tudo, difundir a religião católica ao redor do mundo (TODOROV, 1982).

A interpretação do divino para Colombo parte de sua visão do que é natural e do que é humano. O navegador não parte em busca do desconhecido, mas – conforme suas crenças e interpretações que faz delas – ao encontro de suas preconceções e convicções de superioridade europeia. Em outras palavras, a percepção do “outro”¹⁴ em Colombo partia de uma visão etnocêntrica na qual os povos da América seriam parte da paisagem natural, diferentes da sua semelhança, homogêneos entre eles e carentes de atributos culturais, isto é, desprovidos de língua, lei e religião (TODOROV, 1982).

Segundo López-Portillo (2016), a experiência medieval ibérica – e também inglesa – em lidar com os povos ao longo da fronteira construiu as respostas iniciais aos povos encontrados nas Américas. As percepções dos conquistadores já estariam subsidiadas pelas disputas fronteiriças e pelas instituições que tiveram contato. Em outras palavras, os europeus viram nas Américas, ou pensaram que viram, sociedades semelhantes às que haviam encontrado ao curso da expansão medieval, de tal forma que tentaram aplicar as lições aprendidas com essa expansão às Américas.

A Inquisição na Península Ibérica se dá a partir do século XVI. A versão espanhola, criada como uma instituição político-religiosa durante o governo dos “reis católicos”, teve

¹⁴ Este trabalho não visa se aprofundar na discussão teórica sobre alteridade. Para tal, ver Krotz (2002).

como objetivo controlar o perigo representado por grupos dissidentes, como os mouriscos recém convertidos – frise-se, à força – e os “conversos” ou “cristãos-novos” de origem judaica. Apesar de rapidamente agir acima da lei, a vertente espanhola da Inquisição se tornou uma instituição popular que animava a “velha comunidade cristã”¹⁵. A versão portuguesa da Inquisição, criada em 1536 por insistência do rei João III, mesmo hesitada pela Santa Sé, foi posta em prática após subornos e conspirações. Por não haver a questão mourisca como na Espanha, o ramo português da Inquisição concentrou-se em perseguir os “cristãos-novos”. Ambos os tribunais da inquisição passaram a instaurar processos contra heresias de protestantes e de outras instâncias como bruxaria, feitiçaria, bigamia, sodomia e desvios sexuais, até mesmo forte censura contra a palavra escrita. Embora a vertente espanhola tenha adquirido mais notoriedade histórica, a portuguesa foi considerada mais cruel e rigorosa (BOXER, 2007).

De acordo com Boxer (2007, p. 113), o objetivo da Inquisição na Península Ibérica “não foi meramente o de preservar a pureza e a ortodoxia teológica, mas eliminar toda nova ideia que pudesse ameaçar ou desacreditar os dogmas da religião católica ensinada”. Como prática, houve uma censura de livros e manuscritos que pertenciam a bibliotecas públicas ou particulares. O Santo Ofício e as representações da inquisição espanhola e portuguesa publicaram listas de livros proibidos dos mais variados temas, cujo conteúdo da obra poderia ser censurado, sejam textos de origem de livres-pensadores, de hereges ou até mesmo de católicos praticantes¹⁶.

Ressalta Newitt (2009) que a instituição Inquisição e sua longevidade – quase 250 anos como órgão ativo e independente -, sobretudo em Portugal, por mais que tenha sido tão condenada quanto o comércio de escravos, só foi possível dado o alto grau de adaptação e flexibilidade, bem como uma consistente adesão popular, pois não seria possível ela resistir aos ataques da Coroa, da Igreja e do próprio papado se não fosse o forte apoio da sociedade. Não desconsiderando seu posicionamento e ação tirânica e repressiva, a Inquisição – a intolerância religiosa institucionalizada – articulava o sentimento nacional que, segundo a autora, “ao condenar a Inquisição como uma instituição ibérica peculiarmente perversa, os inimigos da

¹⁵ Vale salientar que os índios não foram incluídos no bojo da Inquisição por não serem considerados racionais, como os europeus, os *criollos* e os *mestizos*, por força do edito de Felipe II, de 1575, posteriormente incluído na Reconvención de 1683 (BOXER, 2007).

¹⁶ E nesse quesito, a censura ou obscurantismo português foi mais efetivo do que a versão espanhola. Enquanto estes permitiram o funcionamento de gráficas em suas possessões ultramarinas desde muito cedo, a imprensa portuguesa só aprovou a imprensa colonial um século depois em Goa (BOXER, 2007).

Espanha e de Portugal estavam tacitamente reconhecendo o quão importante essa instituição era para um senso de consciência nacional ibérica¹⁷” (NEWITT, 2009, p. 130).

Pari passu com a Inquisição, as diferentes ordens religiosas tiveram, de sobremaneira, um papel decisivo no processo de evangelização dos povos, bem como foram importantes para as reformas culturais e político-religiosas que eram promovidas pelas Coroas Ibéricas na Europa Moderna, principalmente, a Companhia de Jesus¹⁸ que sobrevivera por mais de duzentos anos, participando ativamente no processo de missionação e aliada aos estados ibéricos com apoio político e militar, com forte atuação na expansão ultramarina em todos os domínios ibéricos, o que Boxer (2007) denomina como a imbricação entre a cruz e a espada¹⁹.

Boxer (2007) interpreta o esforço evangelizador não apenas como estratégia de viés econômico do braço secular, mas identifica o compromisso das monarquias ibéricas pela “conquista espiritual”, em um momento de ameaça protestante e de crescimento do humanismo, sobretudo, a partir da união das monarquias católicas entre 1580 e 1640, o período da União Ibérica, quando os reis católicos reafirmaram a Escolástica²⁰ e seus dogmas como respostas àquelas ameaças. Neste sentido, o autor interpreta os evangelizadores como atores fundamentais para a colonização.

Como salienta Schneider (2019), o processo de colonização ibérico foi, na sua essência, bifronte, ou seja, ao passo em que a cruz (a Igreja e os missionários) e a espada (a Coroa e os colonos) compunham o mesmo processo histórico - ainda que houvesse tensão entre essas instâncias. As duas Coroas – a portuguesa e a espanhola – financiavam e controlavam as atividades missionárias e tinham por direito a administração das questões religiosas em seus domínios e, portanto, os missionários tornaram-se dependentes dos dois poderes, do secular e do eclesiástico.

¹⁷ Tradução nossa.

¹⁸ Tal ordem religiosa foi criada em 1534 por Santo Inácio de Loyola (1491-1556) e oficialmente reconhecida por Roma em 1540. Foi tomada por um espírito expansionista e marcada pela renovação das práticas religiosas e pelo combate aos hereges, participando ativamente do Concílio de Trento. Somente em 1759 que foi promulgada a expulsão dos jesuítas e da Companhia de Jesus (SCHNEIDER, 2019).

¹⁹ Muito embora a relação entre a Igreja e os Estados Ibéricos tenha sido longa e simbiótica, Boxer (2007) adverte para as eventuais tensões e não nega o conflito entre as partes.

²⁰ Segundo Schneider (2019), o Concílio de Trento, que ocorreu em três períodos distintos (1545-1547, 1551-1552 e 1562-1563), foi a ferramenta para reforçar a ortodoxia escolástica. Além de reafirmar a doutrina católica e seus dogmas, o Concílio estabeleceu decretos sobre a salvação, o pecado original e os sacramentos, justo aquelas questionados por Martinho Lutero.

A Escola de Salamanca, formada pelos teólogos “neoescolásticos” Francisco de Vittoria (c. 1483-1546), Luís de Molina (1535-1600) e Francisco Suárez (1548-1617), teve forte influência no mundo católico, especialmente o ibérico. As universidades da época – Coimbra e Salamanca – formavam os missionários em conformidade com a teologia tomista, a qual sustentava a união entre o Papado e as Coroas católicas sob o ideal da salvação e concentrava o poder político e religioso nas mãos do príncipe, conhecido como “monarquias confessionais” (SCHNEIDER, 2019). Esse ideal da salvação que, de acordo com Boxer (2007), foi o mais intenso na América do que qualquer outro domínio ibérico, também deu sentido à colonização do Novo Mundo, sob a perspectiva da evangelização dos povos, cuja união entre o catolicismo escolástico e tridentino exerceram a função de determinar comportamentos e consciências sob o signo da salvação.

Boxer (2007) também traça a relação entre o processo de evangelização e o recurso à escravidão dos indígenas e africanos da Igreja militante. Segundo o autor, não só a Igreja dava apoio à escravidão africana, como também foi um recurso aos empreendimentos econômicos dos jesuítas, sobretudo aos engenhos de cana de açúcar. A interpretação hegemônica da superioridade e inferioridade racial sob desígnios da Bíblia e das teorias aristotélicas respaldavam a convicção, tanto dos leigos, quanto dos missionários. Segundo Zeron (2011), o financiamento da evangelização realizada pelos jesuítas no Brasil viera das próprias práticas coloniais, cujo projeto estava em conformidade com o universo teológico e político do tomismo do século XVI. Em outras palavras, a legitimidade da escravidão buscava respaldo nos pressupostos da Escolástica.

A relação entre Igreja e Estado, isto é, entre as Coroas Ibéricas e as ordens religiosas, começou a ser dissolvida somente quando observado o declínio do sistema cultural, político e religioso escancarado pelo pouco apoio popular. Um sistema que contou com a figura dos jesuítas como papel ativo na conversão dos povos dominados, sendo esta um elemento central no que Boxer (2007) denomina de “monarquias confessionais” da Península Ibérica.

De acordo com o autor, haveria uma centralidade da Companhia de Jesus na expansão colonial lideradas pelas monarquias ibéricas católicas. A ordem religiosa foi, ao mesmo tempo, a melhor “máquina conversora” e a melhor “máquina escriturária”. Só haveria uma cisma dessa influência ao modelo econômico da Península Ibérica quando houve políticas de desenvolvimento a partir de uma economia política mercantilista, na esteira do processo da produção industrial, e quando houve a divisão entre a vida econômica e a vida religiosa (BOXER, 2007).

1.7 O RENASCIMENTO NO CONTEXTO IBÉRICO

Tal enfraquecimento econômico e político acrescido da retomada das rotas alternativas para a Índia pelas cidades-estados da Itália e a visita de comerciantes empreendedores aos campos de ouro da África Ocidental autorizados pela Rainha Elizabeth da Inglaterra, fez com que a nobreza portuguesa voltasse sua atenção novamente para os casamentos dinásticos que conseguissem a unificação da Península Ibérica, que veio a se concretizar quando Filipe II com a sucessão real concedida aos Habsburgos espanhóis, consumando o sonho da elite portuguesa de ter um Império Ibérico integrado, multinacional e multicultural ao lado da Andaluzia e de Aragão. Filipe II, assim, adotou o título português de Filipe I e garantiu autonomia jurídica e constitucional a Portugal. O resultado, conforme Birmingham (2017), é que a unificação ibérica trouxe oportunidades e prosperidade para muitos portugueses, acabando com os conflitos de fronteira e beneficiando a nobreza, os bispos e aristocratas e até mesmo a classe média portuguesa.

A Renascença – período convencional da história europeia – é vista como a mudança entre “medieval” e “moderno”. Todos os principais estados europeus são descritos como tendo feito essa transição fundamental em algum momento da segunda metade do século XV. Há uma compreensão mais sofisticada das respectivas experiências e revela que, para a maioria dos estados europeus, a modernidade veio depois. Na Alemanha e na Itália, foi associada às lutas de unificação do século XIX; na França, com as grandes agitações revolucionárias do final do século XVIII; na Inglaterra, com a Revolução Gloriosa de 1688 ou a Revolução Industrial algumas gerações depois.

Entretanto, no caso de Portugal e da Espanha, o Renascimento foi genuinamente a experiência formativa e decisiva de toda a sua existência moderna. Sua transição da insignificância para o domínio global; sua glória política, militar e cultural, e; seu início na decadência concentrou-se na era da Renascença. Em outras palavras, eles passariam grande parte de sua história moderna lembrando sua Idade de Ouro, periodicamente lutando para recapturar a grandeza do passado, mas perpetuamente frustrados por não conseguirem viver de acordo com as conquistas de seus ancestrais. Em certo sentido, “*the Iberian kingdoms would be shaped for the whole of their modern existence by the memory of what they had been in their earlier days*” (ORTIZ-GRIFFIN;GRIFFIN, 2007, p. 4).

É neste período da história que Morse (1988) chama a atenção para a construção dos modelos conceituais que produziram diferentes padrões do que conhecemos como “civilização ocidental”, cuja mesma matriz moral, intelectual e espiritual²¹ se diferenciaria a partir da adoção de bases e modelos éticos-morais-filosóficos que dariam suporte epistemológicos ao confrontar com os paradoxos à medida que os Estados-Nação ibéricos se conjugavam como potências imperiais. Para tanto, o autor compreende que as escolhas que determinariam o *modus operandi* dos países ibéricos no que compete ao desenvolvimento econômico, social, político e institucional estaria imbricado, não pela presença ou ausência do altruísmo real-divino, mas das próprias condições estruturais da própria Península Ibérica. Em outras palavras, há a necessidade de se criticar a racionalização ao estado das coisas que legitima as posições hierárquicas sobre ideias e instituições.

²¹ Que futuramente construiria o que o autor denomina de Ibero-América e Anglo-América (MORSE, 1988, p. 22).

CAPÍTULO 2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO VELHO INSTITUCIONALISMO À NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

O desenvolvimento da epistemologia da ciência econômica, ou de maneira mais geral, das ciências sociais, é claramente influenciado pelo contexto histórico e econômico. Dois eventos na economia mundial que, efetivamente, vão destituir o pensamento liberal ortodoxo no mundo das ideias econômicas e impulsionar os estudos da economia institucional: a transformação do bloco soviético para o sistema capitalista no início da década de 1990 e a crise econômica mundial a partir de 2008.

Observa-se no primeiro evento, acompanhado da derrocada do bloco, uma queda brusca da produção durante vários anos e um aumento da pobreza e desigualdade em um curto espaço de tempo, herdadas dos preceitos elaborados pelo Consenso de Washington que, segundo Chavance (2018), organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, assim como economistas de Harvard, que rubricaram e se retrataram posteriormente enfatizando a importância da inclusão da análise das instituições. Porém, na prática, foi incorporada por eles ao paradigma neoliberal dominante e ao corpo teórico baseado na eficiência.

No segundo evento, não só a economia ortodoxa foi incapaz de explicar e compreender o funcionamento contemporâneo do capitalismo, como também de prever a crise e propor saídas à depressão econômica, o que expõe a crise interna da disciplina econômica que relegou a história dos feitos econômicos, a história do pensamento econômico e o conhecimento crítico das instituições, quando estes deveriam ser indispensáveis.

Não obstante, a discussão acerca das instituições como categorias de análise nas ciências sociais, sobretudo na economia, não é algo recente. No início do século XX, o debate teórico econômico é marcado pela ascensão de economistas estadunidenses como Thorstein Veblen e John R. Commons que, com grande influência do historicismo alemão e da corrente darwinista - especialmente Veblen - criticaram o individualismo metodológico e a distanciamento das instituições da ciência econômica.

O Paradigma Institucionalista teve grande influência até a década de 1930, entretanto, a partir da década de 1940, os institucionalistas foram relegados devido ao auge da escola neoclássica que voltam a considerar as instituições como fatores externos da análise econômica. Somente a partir da década de 1980, e com mais força na década de 1990, que as instituições regressam ao centro da discussão das distintas escolas de pensamento econômico,

especialmente, através de duas correntes teóricas: uma vertente mais próxima da tradição original da economia institucional em clara oposição à teoria neoclássica que se desenvolve na Europa, Estados Unidos e Japão; e uma vertente batizada por Nova Economia Institucional (NEI) que, a partir dos trabalhos e análise de Oliver Williamson e Ronald Coase, incluiu e ampliou alguns temas desenhados pela escola neoclássica, ou seja, não rompe com as suas hipóteses mais importantes (BACKHOUSE, 2007).

Williamson e Coase miram suas análises sobre a empresa e os custos de transação e tomam grande impulso a partir dos trabalhos elaborados por Douglass North, o qual se diferencia dos primeiros por se distanciar um pouco mais dos paradigmas neoclássicos, tecendo uma crítica ao corpo estático e abstrato de uma economia em equilíbrio, além de resgatar a especificidade histórica da dinâmica organizacional, isto é, resgatando a importância de estudar Direito, História e, sobretudo, as Instituições (formais e informais) para compreender o desenvolvimento econômico²².

Desta forma, há nesta seara um velho debate entre economistas heterodoxos e defensores da escola neoclássica. Enquanto a primeira vertente, os “antigos institucionalistas”, frequentemente criticam a NEI por seguir vinculada a vários postulados da escola neoclássica; a segunda vertente, os “neoinstitucionalistas”, critica a corrente heterodoxa por sua falta de fundamento teórico - uma velha crítica datada do início do século XX que a escola neoclássica já fazia ao institucionalismo original.

De acordo com Théret (2003) é possível encontrar o mesmo desenvolvimento básico do institucionalismo tanto na Ciência Política, como Sociologia e Economia. Segundo o autor, em cada ramo dessas ciências sociais é possível dividir em três grandes correntes, cada qual uma genealogia própria. Não obstante, a estrutura tripolar²³ do institucionalismo, quando

²² A primeira vertente ainda pode ser dividida entre dois subconjuntos: o institucionalismo heterodoxo no sentido estrito (tradição estadunidense filiada à Veblen e Commons) e, em uma interpretação mais ampla, a teoria francesa da regulação e outros enfoques que se situam na interseção da sociologia econômica. Para a segunda vertente, a NEI desenvolve diferentes temas como os direitos de propriedade, a análise econômica do direito, a economia e as organizações e a nova história econômica (CHAVANCE, 2018).

²³ A estrutura tripolar para Théret (2003) se divide no campo da Ciência Política, Sociologia e Economia e ambos os três campos da ciência, dentro da abordagem institucionalista, divide-se em institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. É válido frisar que, segundo o autor, em cada ramo dessas ciências sociais e de suas correntes institucionalistas, os novos institucionalistas reforçam e revalorizam o primeiro institucionalismo, aquele dos fundadores da sociologia europeia e da economia institucionalista norte-americana. Não obstante, apesar do esforço em examinar a configuração tripolar dos paradigmas institucionalistas, Théret observa, num primeiro momento, uma recorrência de oposições indicando uma transcendência entre as fronteiras daquelas disciplinas das ciências sociais. Em um segundo momento, o autor examina a dinâmica intradisciplinar concluindo haver diálogos entre os diferentes paradigmas, conduzindo-os a uma convergência transdisciplinar, considerando em pauta o pensamento do velho institucionalismo.

analisadas as filiações teóricas em comum, revela que tais correntes “possuem características coincidentes que as conduzem a desenvolvimentos mais convergentes do que divergentes” (THÉRET, 2003, p. 226). É válido frisar que o presente trabalho discute o paradigma institucional na ciência econômica.

Na busca por uma posição “mediana”, os pontos que se diferenciam dos polos das diferentes abordagens institucionalistas, Théret considera que o conceito de instituições “deve combinar o enfoque de cálculo e de cultura, e que também (instituição) deve igualmente ser considerada como o resultado de um conflito em que se utilizam tanto a convenção como a cooperação” (THÉRET, 2003, p. 248).

De modo geral, o ideário conceitual e metodológico do pensamento institucionalista – independente da vertente – se aproxima mais do campo analítico heterodoxo do que ao *mainstream* neoclássico da economia, pois originalmente o institucionalismo parte da oposição aos fundamentos de equilíbrio, racionalidade humana e otimização

Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e interesses (CONCEIÇÃO, 2002, p. 121).

Isto posto, este capítulo se fundamenta na discussão e contribuição do Institucionalismo às ciências sociais, sobretudo à Economia enquanto ciência. Neste sentido, com foco na análise das instituições, a discussão é centrada nos aportes teóricos entre os Velhos Institucionalistas, com foco na análise Thostein Veblen, e a Nova Economia Institucional centrada nas contribuições de Douglass North.

Para tal, é necessário esboçar as origens do Institucionalismo trazendo à luz as contribuições da Escola Histórica Alemã, seus principais pensadores e influenciadores do que se tornaria o Institucionalismo e suas contribuições ao debate das ciências sociais no século XX.

2.1 ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E SUA CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUCIONALISMO

A Escola História Alemã (EHA) dividia-se comumente em duas alas: uma "mais velha" que remonta à década de 1840, às obras de Wilhelm Roscher, Bruno Hildbrand e Karl

Knies, e; uma "mais nova" que foi fundada por Gustav von Schmoller na década de 1870 e possuía intelectuais expoentes como Heinrich Luden e Friedrich List.

De modo geral, a EHA argumentava que, sendo a economia determinada culturalmente - não generalizável no tempo e espaço -, a História seria fonte inicial e central de conhecimento para todas as ações humanas no sentido econômico²⁴. Em outras palavras, como viam a economia sendo um resultado de uma análise histórica e empírica, logo, ela não deveria ser produto da lógica e da matemática e, portanto, rejeitavam a validade universal de teoremas econômicos, sobretudo, a negação do *laissez-faire* smithiano (RODRIGUES DA CUNHA, 2014).

Observando a necessidade de fazer uma interconexão entre a Economia e aspectos sócio-históricos para compreensão das instituições, apresenta-se a Nova Escola Histórica Alemã, que tem suas origens com o intelectual alemão Gustav von Schmoller (1838-1917), importante membro da Associação de Política Social (*Verein für Sozialpolitik*) e proeminente historiador econômico do Império Alemão no fim do Oitocentos e início do século XX.

Interessa-nos situar as contribuições da formação da ala "nova" da Escola Histórica Alemã, centrando-nos nas contribuições de Schmoller e List para a interpretação do que viria a ser o paradigma institucionalista.

Conhecidos como "nacional-economistas", os intelectuais da Nova EHA entendiam o Estado como elemento coordenador central, a partir de um tipo de protecionismo que pudesse garantir o desenvolvimento educacional e cultural das distintas nações. Deste modo, de acordo com Chavance, enfatizavam a necessidade ética de se considerar as diferentes formações históricas do desenvolvimento dos Estados, em contraposição a um tipo de livre mercado amoral que, em último degrau, representaria a manutenção do estado "atual e natural" das coisas (CHAVANCE, 2018).

2.1.1 Gustav Schomller

A influência intelectual de Schmoller e da Escola Histórica Alemã se estendeu por todo o mundo, desde o Movimento Progressista nos Estados Unidos até os reformadores sociais no Japão Meiji. E a partir dos anos 1980 há um resgate de sua contribuição com respaldo maior

²⁴ Para um aprofundamento epistemológico das distintas fases da Escola Histórica Alemã, ver Riha (1985), Betz (1988), Grimmer-Solem (2003), Shionoya (2005) e Senn (2005).

na economia heterodoxa, especialmente nas áreas desenvolvimentista, comportamental, evolucionário e neo-institucional da economia.

Gustav von Schmoller é considerado o pai da “Nova Escola Histórica Alemã”. Defendeu que as reformas sociais deveriam ser conduzidas por um ilustre soberano em oposição tanto ao liberalismo inglês como o socialismo. Todo estudo comparativo em economia política deveria ser centrado nas instituições e nos órgãos²⁵, juntamente com as condições naturais e técnicas de organização. Ainda para o autor, seriam exemplos de instituições a propriedade, a escravidão, a servidão, o matrimônio, o mercado, a moeda e a liberdade industrial. Deste modo, uma instituição seria um conjunto de hábitos e regras de moral, de costume e de direito que foram criados com objetivos comuns, que se sustentam entre eles e que constituem um sistema.

É importante frisar, de forma sintética, o contexto político, econômico e social da Alemanha ao tempo dos trabalhos intelectuais de Schmoller. Além de se tornar uma nação recente, o país estava em transição de uma sociedade eminentemente rural para uma potência industrial e econômica. A rápida mudança estrutural trouxe consigo consequências como desemprego em massa, escassez de moradias, precárias condições de trabalho para as novas classes baixas, além da gradual dissolução da antiga classe média formada por artesãos e proprietários rurais frente à industrialização e massificação da produção, somada à concentração de terras e à pauperização daquela camada social resultante da abertura dos mercados agrícolas.

Schmoller parte da teoria de que quanto mais a sociedade se torna complexa, mais numerosos e diversos seriam os órgãos sociais aos quais o homem poderia ser membro e, indefinidamente, pertencer por um tempo ou por uma fração de seus interesses. Para o autor, internamente aos órgãos são impostas relações de dominação, de dependência e de cooperação. Entretanto, existiriam órgãos cuja autoridade iria além dos indivíduos e se manteriam para além deles, ou seja, teriam uma longa duração. Do ponto de vista metodológico, Schmoller sustenta que ao confrontar a sociedade, a ordem e o Estado, as instituições não deveriam ser consideradas menores que os indivíduos (CHAVANCE, 2018).

O Estado social desejável seria aquele em que as instituições não seriam uma barreira, mas um estímulo no qual, dada a interação daquelas com o livre jogo das forças individuais, haveria uma complementação através de uma reciprocidade, ou seja, as instituições, para

²⁵ Chavance (2018) chama atenção que este termo já se aproximava muito à noção de “organizações” que os institucionalistas adotariam em seu corpo teórico.

Schmoller, não impediriam a liberdade de movimento, e sim o impulsionariam o desenvolvimento desejável. Para o autor, portanto, há uma visão positiva das instituições que se tornaram, ao longo da experiência de vários séculos, métodos objetivos que articula o trato racional com as relações práticas (SHIONOYA, 1995).

Schmoller discordava e combatia as ideias dos "liberais de Manchester" e do socialismo de Marx e Lassalle²⁶, cujas aspirações revolucionárias, segundo o autor, seriam inúteis para compreender a situação dos trabalhadores alemães na modernidade (RODRIGUES DA CUNHA, 2014). Schmoller possuía, como base argumentativa teórica, uma nova concepção histórico-filosófica da ética-moral que enfatizava a necessidade de um Estado socialmente ativo. E a partir dessa base, sua preocupação ao longo de sua vida se deu em torno da economia e da política social como maneiras de resolver os entraves impostos pela rápida industrialização e urbanização europeias (CHAVANCE, 2018)

Algumas antigas ideias e peculiaridades político-culturais nutriam a visão de mundo e o pensamento de parte da classe média alemã: da burocracia estatal prussiana e subserviência dos funcionários do Estado ao poder oficial, até o temor das revoltas populares e o processo de industrialização que os conduziriam à modernidade. Dada a fluidez com que as vicissitudes daquele tempo operavam, fez-se necessária uma análise coerente com as demandas sociais emergentes, haja visto que, tanto a corrente de pensamento neoclássico, quanto o materialismo radical das ideias socialistas, pareciam não encontrar solução e compreender os problemas sociais daquela realidade no curto prazo.

Portanto, o papel do Estado como agente ativo era o que distinguia os membros da "Nova" Escola Histórica Alemã dentre alguns contemporâneos do pensamento histórico e econômico. Era o Estado, organizador da economia, que possuiria o objetivo de beneficiar o bem comum, através do estabelecimento de uma base moral para as ações do setor privado. Ademais, o processo econômico não seria mais visto como cíclico ou historicamente repetível, e sim como orgânico-social e evolutivo. Ao contrário da tradição britânica clássica²⁷, Schmoller

²⁶ Ambos autores contribuíram para a construção da teoria de que os salários dos trabalhadores tendiam ao nível de subsistência, entretanto divergiam na compreensão do papel do Estado. Enquanto Marx interpretou o Estado como estrutura de poder e expressão burguesa cuja função seria preservar as estruturas de classe existentes, Lassalle considerou o Estado como entidade independente das alianças de classe e como instrumento de justiça, essencial para a concretização do socialismo. Em suma, a diferença principal entre os críticos consistia no programa de ação, isto é, na captura ou não do Estado como ferramenta necessária a instauração do socialismo (RIHA, 1985).

²⁷ Tendo como principais pensadores Thomas Robert Malthus (1766-1834), David Ricardo (1772-1823) e John Stuart Mill (1806-1873).

defendia que a evolução histórica das instituições deveria estar no centro da ciência econômica focada em costumes, leis e moral²⁸. Para seus críticos, sua teleologia seria um caso de holismo metodológico, isto é, sua interpretação proposta estaria isenta da acusação de baralhar fatos com valores ou de cometer um determinismo histórico otimista a partir do credo no continuado progresso do homem e da sociedade (SHIONOYA, 2005).

No entanto, Schmoller rejeitava a derivação de ideais universais a partir da abstração de algumas premissas a todos os fenômenos e da introdução arbitrária de julgamentos éticos na economia a partir da prova do equívoco científico creditada à razão ética. O autor visava compreender a ação humana não empiricamente apreensível, pressupondo a existência de tendências e fins gerais que poderiam dar luz à ação dos homens e ao entendimento por parte do cientista social, economista ou historiador.

Schumpeter critica quatro aspectos do pensamento de Schmoller que, em sua opinião, não havia recebido devida atenção. Para o crítico, Schmoller e sua Escola Histórica buscavam: a reforma social; o "espírito científico" que os faziam criticar as hipóteses clássicas do indivíduo; a completa oposição ao isolamento dos fenômenos econômicos, e; a busca pela compreensão ou coerência orgânica das coisas. A crítica de Schumpeter se centra na incongruência das críticas da EHA às teorias clássicas e a postura política da escola, como se houvesse um respeito máximo pelo fato histórico e a vontade de torná-lo efetivo por si só. O crítico aponta também que distinção entre a EHA e as outras escolas e pensadores se dá no escopo de trabalho daquela por possuir um baixo nível de teoria econômica e uma falta de respeito por seus próprios valores, e; uma importância excessiva do Estado e baixa importância a todo o restante. Por fim, Schumpeter entendia que o economista de base schmolleriana era na verdade um sociólogo histórico (SCHUMPETER, 2006).

2.1.2 Friedrich List e sua contribuição ao Institucionalismo

Friedrich List traz um aporte argumentativo de matriz histórica de como determinadas políticas econômicas estavam sendo colocadas como as boas instituições pelos países mais desenvolvidos para a recente nação alemã. Nesta direção, List faz uma defesa do protecionismo

²⁸ Segundo Chavance (2018), para Schmoller há uma relação essencial entre moral, costume e direito. As regras impostas por aquelas duas primeiras são fundamentais para a vida econômica e todos que se concentrem apenas nos aspectos matérias, técnicos ou quantitativos para entender a economia, fracassariam em compreendê-las. O direito, historicamente, diferencia-se do costume porque aquele confere poder de sanção a certas regras que precisa e que racionaliza. Em contrapartida, a esfera do costume sempre sobrepassa ao direito formal, ainda que não tenha a mesma força e capacidade de execução.

à indústria nascente, desenvolvendo a ideia de economia nacional²⁹, ao observar a experiência histórica dos países e suas políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento, indo na direção contrária aos preceitos da ortodoxia liberal clássica.

A Nova Escola Histórica Alemã resgata, dentre outros tantos testemunhos históricos, que a liberdade e a indústria são aliadas inseparáveis - ainda que uma tenha surgido antes da outra. Neste sentido, List afirma:

Donde quiera que broten el comercio y la industria, es seguro que la libertad está cercana; cuando en algún sitio la libertad presenta sus ofrendas, ello es un signo claro de que más pronto o más tarde la industria acudirá a su encuentro. Nada, en efecto, tan natural como que el hombre, después de haber adquirido riquezas materiales e intelectuales, aspire también a las garantías necesarias para poder transferir a la posteridad esos beneficios; o que después de haber conocido y practicado la libertad, despliegue todas sus energías para mejorar su condición física e intelectual (LIST, 1997, p. 111).

De acordo com List (1997), mesmo após a queda do Império Romano, não havia nenhum país em situação mais favorável na Europa do que a Itália quando do ressurgimento da civilização no continente. Sobreviveram as artes e os ofícios mais essenciais, bem como as instituições municipais. O intercâmbio marítimo da Itália seguiu intenso com a Grécia, Egito e Ásia Menor, tornando-o fundamental para assegurar vantagens especiais no comércio com o Oriente. Foi através do intenso intercâmbio comercial que a Itália absorveu ramos de conhecimento, artes e ofícios que a Grécia havia preservado da civilização dos tempos antigos.

Após a ascensão de Veneza e Gênova, Florença também se tornou reconhecida por suas manufaturas e negócios de intercâmbio monetário³⁰. Os séculos XII e XIII marcam o

²⁹ Antes mesmo de List e também em contraste com a escola inglesa, Daniel Raymond (1821, p. 445 apud OLIVEIRA, 2017, p. 191) defende que a soma total da riqueza individual não formaria a riqueza nacional. Em outras palavras, o aumento da riqueza nacional não seria apenas resultado de um incremento da riqueza de uma classe de cidadãos.

³⁰ A análise da expansão da produção mercantil e comercial para esses reinos pode ser observada através da obra *Breve Tratado* de 1613 de Antônio Serra. A obra é considerada o primeiro estudo sobre a análise da política cambial e os efeitos para o desenvolvimento econômico. Ao analisar a relativa pobreza do Reino de Nápoles, Serra estuda a causa do desenvolvimento de Gênova, Veneza e Florença e sustenta que a política de controle do câmbio com moedas estrangeiras não seria efetiva por determinações de decretos governamentais, mas resultado das forças econômicas, ou seja, os preços dos bens não variam conforme arbítrio dos Príncipes, mas de acordo com as leis de mercado e a produção. A causa da miséria de Nápoles seria fruto da dependência do capital estrangeiro espanhol e que somente com a expansão mercantil e comercial, alheia a interesses financeiros, poderia garantir a volta da circulação de dinheiro no reino. Segundo Reinert (2016, p. 47-48), Serra pode ser considerado o primeiro economista a produzir uma teoria do desenvolvimento desigual, cuja chave para o desenvolvimento econômico seria

reconhecimento de sua influência de suas manufaturas de seda e lã, muito devido às associações dos artesãos que participavam do Governo, de tal modo, que a República de Florença foi constituída sob sua influência. Florença também se destacava pela liderança das transações bancárias de toda a Itália. A Itália, com seu poder comercial, marítimo e naval, teve uma influência importante no mundo civilizado que herdou as instituições bancárias; sistema de câmbio; instituições municipais e governamentais; arquitetura naval; e mais uma série de costumes e leis comerciais (LIST, 1997).

Todavia, o autor aponta que houve uma razão para que a Itália não tenha se tornado a Inglaterra: a falta de unidade nacional e o poder derivado dela. List (1997) argumenta que devido às mudanças institucionais profundas, como a perda da liberdade ocasionada por uma transição de uma aristocracia patriótica e heroica para uma oligarquia despótica, que a Itália viu definhando as raízes do poder e da prosperidade ao longo dos séculos.

O caso da queda de Veneza representa o ponto importante que fundamenta seu argumento contra os preceitos neoclássicos ao qual criticava, sobretudo a crítica à defesa do princípio do comércio livre e da liberdade. List (1997) entendia que não foi estritamente a política de comércio internacional a causa do atraso. Tanto a liberdade de comércio internacional, como as restrições impostas dadas as políticas internas de proteção da indústria, foram benéficas e prejudiciais para o poder e a prosperidade de Veneza e de diversos reinos em períodos posteriores. Da mesma forma que a liberdade de comércio foi benéfica para a transição de uma aldeia de pescadores para uma potência comercial, a política de protecionismo também foi importante para atingir a supremacia industrial e comercial. Ademais, foi por causa dessa supremacia que, de acordo com o autor, outras nações foram excluídas da concorrência estimulando a República de Veneza ao marasmo e à manutenção do protecionismo quando já não havia mais sentido de mantê-lo.

É neste sentido que a crítica da Nova Escola Histórica Alemã é direcionada à concepção de liberdade que o paradigma neoclássico e os críticos das políticas protecionistas tanto abusaram do termo.

Se habla de la libertad comercial como de la libertad religiosa y civil. Los partidarios y voceros de la libertad se consideran obligados a defenderla en todas sus formas, y así se ha hecho popular la libertad de comercio sin distinguir entre la libertad del

alcançar um grande número de diferentes atividades econômicas que estejam sujeitas a custos decrescentes e rendimentos crescentes. De forma paradoxal, segundo Serra, ser pobre em recursos naturais seria o segredo para se tornar rico, pois uma nova riqueza poderia ser criada por meio da inovação e criatividade.

comercio interior y la del comercio internacional, cuando una y otra son diametralmente distintas por su naturaleza y sus efectos (LIST, 1997, p. 117).

List também tece análise sobre o fracasso dos países ibéricos. Segundo o autor, o caso espanhol decorreu devido ao fato da expulsão dos judeus de seu território. Argumenta ainda que a Inquisição que representou uma saída forçosa de quase 2 milhões de habitantes que eram dos mais empreendedores e abastados, isto é, migrou juntamente com eles o capital, enviando para o exílio sua indústria nativa e afastando estrangeiros de se instalarem no país.

No caso de Portugal, houve uma tentativa de desenvolver a indústria manufatureira de tecidos e de industrializar a matéria-prima nacional com o objetivo de fornecer artigos manufaturados à metrópole e às colônias. Quando do apoio do Conde da Ericeira - que se tornou ministro em 1681 -, a partir de convites à tecelões ingleses, instalou-se em Portugal uma indústria de tecidos que floresceu rapidamente devido à dispensa da proteção e que três anos mais tarde já foi possível proibir a importação de tecidos e roupas estrangeiras. Segundo List, por um período de dezenove anos, tal indústria foi capaz de suprir a metrópole e as colônias portuguesas com artigos manufaturados no país e com matéria-prima desenvolvida no próprio solo.

Entretanto, após a morte do Conde de Ericeira em 1703, o embaixador britânico Paul Methuen conseguiu convencer o governo português de que seria altamente benéfico a Portugal se fosse selado um acordo comercial que prometia reduzir a 1/3 as taxas alfandegárias nas trocas comerciais de vinho e tecido com a Inglaterra. Selado o acordo, o Tratado de Methuen³¹ inundou Portugal de produtos manufaturados e como consequência houve uma súbita e perfeita ruína da manufatura portuguesa. E ainda que as exportações anuais da Inglaterra para Portugal tenham superado as importações numa importância de 1 milhão de libras esterlinas e a balança comercial fez baixar a taxa de câmbio em 15% para Portugal, Smith continuou sustentando a ideia de que o Tratado de Methuen não tinha se demonstrado benéfico ao comércio e à indústria da Inglaterra. Como afirma List (1997):

Evidentemente dicho Tratado aseguró a los portugueses un privilegio, pero sólo verbal; a los ingleses, en cambio, les otorgó un privilegio efectivo. La misma tendencia se halla en el fondo de todos los tratados mercantiles posteriormente

³¹ Na Espanha, o Convenio Español de Asiento (1713) é o equivalente ao Tratado de Methuen com Portugal, que concedia aos ingleses o direito de introduzirem, anualmente, escravos africanos na América espanhola e imensas quantidades de produtos nas colônias espanholas.

estipulados por los ingleses. En sus palabras eran cosmopolitas y filántropos; en sus actos, monopolistas en todo momento (LIST, 1997, p. 159).

Sustentado pela experiência histórica, é neste sentido que List (1997) tece uma crítica mais direta a Adam Smith pelo fato deste autor não ter aprofundado seu estudo na história da rivalidade comercial e industrial entre a Liga Hanseática e a Inglaterra, e nas instituições criadas pela Inglaterra para superar o domínio dos hanseáticos. Instituições como a sanção da Lei de Navegação, ou mesmo a implementação da fábrica "The Steelyard" em Londres pelos hanseáticos, foram fatores importantes que proporcionaram as mudanças políticas, sociais e econômicas para Inglaterra.

O que List (1997) conclui é que a experiência histórica de todos os países pode nos ensinar que, num estado inicial de desenvolvimento, o comércio livre e irrestrito pode ser bastante benéfico às nações. Entretanto, a partir do momento que os países aprovam e adotam a liberdade comercial e avançam sua cultura industrial, começam a perder a simpatia no sistema e o acusam de um obstáculo ao progresso e desenvolvimento. O contrário também é válido, pois quando os países, ao construírem e fortalecerem sua indústria, encontram-se num estado de desenvolvimento à frente dos demais, começa a defender políticas contrárias àquelas que os mesmos adotaram.

A crítica do autor à Adam Smith é que se este tivesse seguido nos estudos, os resultados da pesquisa o levariam a outras conclusões que não sustentariam seu princípio de liberdade comercial irrestrita. De acordo com List (1997), Smith se depararia com o seguinte fato:

(...) en cuanto la Hansa arrancó, mediante el libre comercio, de la barbarie a la agricultura inglesa, la política mercantil restrictiva de esta nación, desarrollada a expensas de los hanseáticos, de los belgas y de los holandeses, le ayudó a conseguir la supremacía manufacturera, y que de ésta, con ayuda de las restricciones a la navegación, surgió más tarde su supremacía comercial (LIST, 1997, p. 129).

Destarte, List sugere que a nação³² deve ser um órgão mediador entre os indivíduos e a humanidade, tratando-se, portanto, de uma sociedade separada de indivíduos que, possui governo, leis, direitos, instituições, interesses, riquezas, segurança, história e glória comuns, constituindo um só órgão, livre e independente e obedece somente aos ditames dos seus

³² Não é objetivo deste trabalho entrar no conceito de nação. Não obstante, podemos considerar o sentido de nação para List o mesmo que Estado.

interesses, em relação aos demais órgãos independentes. Além disso, a nação possuiria o poder de regular os interesses dos indivíduos, constituindo esse órgão, de forma a criar a maior quantidade de bem-estar comum no interior e maior segurança em relação às demais nações (HIRST, 1909, p. 162).

Desta forma, o objeto da economia deste órgão “is not only wealth and individual and cosmopolitical economy, but power and wealth, because national wealth is increased and secured by national power, as national power is increased and secured by national wealth. Its leading principles are therefore not only economical, but political too” (LIST, 1827 apud HIRST, 1909, p. 162).

Na compreensão de List, uma política naturalmente protecionista, despegada do contexto do seu próprio desenvolvimento, pode ser prejudicial. Neste sentido, List alega que “the individuals may be very wealthy; but if the nation possesses at power to protect them, they may lose in one day the wealth they gathered during ages, and their rights, freedom, and independence too” (LIST, 1827 apud HIRST, 1909, p. 162).

Isto posto, de acordo com Chavance, além do esforço de integrar uma construção teórica ao enfoque histórico, a contribuição da Nova Escola Histórica Alemã tratou “de manera particular el estudio de las relaciones entre instituciones y organizaciones, la distinción entre la formación espontánea y voluntaria de las instituciones , la relación entre la costumbre y el derecho formal , y la idea de que las instituciones cristalizan tanto el conocimiento como la ignorancia” (CHAVANCE, 2018, p. 25). Em suma, na Nova EHA já se encontraria a maioria dos temas importantes que seriam desenvolvidos pelo institucionalismo estadunidense no início do século XX.

Em suma, ao colocar a trajetória histórica do desenvolvimento dos países na análise econômica, a Escola Histórica Alemã vai influenciar de sobremaneira o pensamento econômico entre o final do século XIX e início do século XX, sobretudo, a partir dos aportes teóricos que autores norte-americanos vão desenvolver a partir do paradigma institucionalista.

2.2 O INSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO

O final do século XIX teve um rápido desenvolvimento do pensamento econômico nos EUA. As contribuições dos economistas norte-americanos começaram a ter mais um caráter original por volta dos anos 1880. Segundo Backhouse (2007), essa mudança se deve ao fato de

que os economistas norte-americanos estavam sofrendo pressões diferentes das dos colegas europeus.

A educação de nível superior não tinha um controle central. Além disso, existia rivalidades pessoais e institucionais muito fortes. Os acadêmicos empregados poderiam ser facilmente demitidos caso contrariasse os patrocinadores, mas era grande a expectativa em torno do trabalho desenvolvido por esses economistas para buscar soluções para os problemas enfrentados³³. Um exemplo, a Universidade da Pensilvânia instituiu que seus economistas não defendesse o livre-comércio. Existia, portanto, uma tendência a um conservadorismo profissional, mas não político (BACKHOUSE, 2007).

Uma questão recorrente na maior parte do século XIX para os EUA na política econômica foi a questão tarifária. A própria expansão da economia nos anos 1880 acabou levando a um desdobramento importante na profissão econômica, como a criação do departamento de economia independente estabelecido em Harvard em 1879 e a criação da *American Economic Association* em 1885. Já na Europa, no mesmo período citado, a influência era a escola histórica alemã que defendia que, para cada situação histórica diferente, as teorias econômicas deveriam ser adaptadas. Esta noção acabou tendo apelo para aqueles que defendiam que as condições econômicas nos EUA eram diferentes da Europa no período.

A própria *American Economic Association* tinha como ênfase a reforma social, então sua base era o *Verein für Sozialpolitik*³⁴. A associação possuía uma investigação não-partidária, entretanto expressava uma posição contrária – através da primeira carta constitutiva (ELY, 1910, p. 53) – ao *laissez-faire* doutrinário, o que levou a vários economistas da velha escola

³³ Os desafios se apresentavam devido as mudanças estruturais na sociedade e na economia dos Estados Unidos. De acordo com Mayhew (2017), a rápida industrialização dos EUA após o fim da Guerra de Secessão (1861-1865), conduziu à queda da importância da agricultura na economia e na sociedade do país. “Em 1860 e em 1870, 53% da força de trabalho estava alocada na agricultura. Em 1880, a proporção ainda era 52%, mas na década de 1880, esse percentual caiu para 43% e baixou mais na década de 1890. Na década de 1880, a força de trabalho aumentou aproximadamente 34%, ou quase 6 milhões de pessoas, de modo que o aumento do emprego não agrícola foi de fato dramático, bem como o aumento da produção não agrícola. Entre 1839 e 1899, a agricultura tinha contribuído com aproximadamente 26% da renda nacional, e a indústria e a mineração, com 14%; mas entre 1880 e 1890, a participação agrícola caiu para 15%, enquanto indústria e mineração contribuíram com 25% de uma renda nacional muito maior. No período de 1870-1913, o PNB [Produto Nacional Bruto] cresceu à taxa de 4,3% e o PNB per capita a 2,2%. O crescimento da força de trabalho, o crescimento da produção e o relativo declínio na contribuição agrícola foram acompanhados por mudanças substanciais na natureza tanto da produção como do emprego não agrícola. O aumento anual de 1,6% na produtividade do trabalho entre 1889 e 1919 atesta a melhoria tecnológica e o aumento do consumo de energia. (...) As mudanças na organização econômica e social foram tão dramáticas como as mudanças na quantidade e na composição da produção, e foram certamente mais traumáticas” (MAYHEW, 2017, p. 186–187).

³⁴ Também conhecida como German Economic Association ou “Associação para Política Social” em tradução livre.

(clássicos) a não apoiar. Só em 1890 que a American Economic Association retirou as cláusulas da revelia ao *laissez-faire* e assim passou a ter apoio da “velha escola” (BACKHOUSE, 2007).

2.2.1 Principais percursores do Institucionalismo

John Bates Clark (1847-1938) foi educado na Alemanha, com um membro da escola histórica antiga, Karl Knies (1821-1898). Apesar de ser um crítico à sociedade norte-americana, sua posição era vista como conservadora, pois não rompia com os métodos estabelecidos. Em seu primeiro livro, *The Philosophy of Wealth* (1886), procurou ampliar as premissas que a economia se baseava: levava em conta elementos da natureza humana (ética) em prol da defesa de elementos mecânicos considerados pela teoria convencional. Tentou aplicar à economia um conceito orgânico de sociedade, mesmo propondo uma teoria de utilidade marginal. Para o autor, o mercado mede o valor que a sociedade atribui a uma mercadoria, e não apenas o indivíduo. Há, portanto, uma mudança do foco do indivíduo³⁵ para a sociedade, no qual caracteriza sua concepção orgânica da sociedade. Do contrário, os teóricos europeus da utilidade marginal não abordaram dessa forma.

Para Clark, competição sem restrições morais era absurda. Havia uma preocupação do autor com a competição muito agressiva entre as empresas norte-americanas, pois a magnitude da competição poderia levar à eliminação de todas. Desta forma, sua proposta se baseava em uma solução mais ética, na qual os empreendimentos seriam cooperativados, com partilha de lucros através de uma arbitragem³⁶.

Também propôs uma teoria de distribuição de renda na sua obra *The Distribution of Wealth* em 1899. Cada fator de produção – terra, trabalho e capital – receberia uma retribuição igual ao valor marginal de sua contribuição para a produção. Assim, compara o capital a um fundo, ou seja, bens de capital individuais (máquinas, edifícios, etc.) desaparecem, mas o fundo permanece igual. O produto marginal desse fundo de capital – a receita adicional obtida se o capital aumentasse em um dólar - resultava na taxa de juros. Para Clark, também não havia

³⁵ A abordagem utilitarista, de caráter teleológico aristotélico, foi consagrada pelos autores Jeremy Bentham, Jean-Baptiste Say e David Hume que colocaram o foco no indivíduo, cuja ação deve ser a busca pela maior quantidade de bem-estar.

³⁶ Clark trabalhou dois tipos de competição: conservadora e implacável. Em ambas era possível encontrar considerações éticas. Na primeira, os competidores buscam fornecer um serviço ou mercado melhor ou mais barata que os outros. Na segunda, há um abandono ético entre os competidores (BACKHOUSE, 2007).

distinção essencial entre terra e bens de capital, pois ambos renderiam um retorno que seria determinado pela taxa de juros (BACKHOUSE, 2007).

Sua teoria era vista como potencialmente conservadora por radicais que queriam justificar os lucros. Ademais, o autor defendeu o uso de teorias estáticas (em que preços e quantidades estariam atrelados a valores que não mudavam) e estava interessado não nas oscilações de curto prazo, mas nos fenômenos subjacentes. Assim, havia uma crítica de Keynes à Clark, pois Keynes dizia ser inútil o economista alegar que o oceano³⁷ – analogia utilizada por Clark - ficaria calmo depois que a tempestade tivesse passado (BACKHOUSE, 2007).

Outro autor vinculado à Velha Escola Institucionalista é Irving Fischer (1867-1947). Com uma formação rigorosa na matemática, Fischer oferece um tratamento matemático à teoria da utilidade marginal do valor. Todavia, desprezava a psicologia e, portanto, a fez desprovida de qualquer relação de prazer e dor. A única coisa que o autor adotou da psicologia era a ideia de que “cada indivíduo age conforme seu desejo”. Neste sentido, para Fischer, a utilidade significava simplesmente “intensidade de desejo”. A principal contribuição de Fisher é que, segundo Backhouse (2007), ele conseguiu ir além de Jevons ou Walras, isto é, sua teoria do valor foi mais geral que a daqueles autores e conseguiu contornar alguns problemas técnicos que aqueles haviam enfrentado.

À época, Fischer convivia com a “concorrência” de John Bates Clark e Frank Albert Fetter (1863-1949) que ofereciam uma versão do marginalismo baseada em interpretações psicológicas ou éticas da utilidade e evitavam o uso da matemática. Porém, a abordagem matemática da teoria do valor de Fisher viria a ter muitos pontos em comum à abordagem que viria dominar o tema depois dos anos 1930. A abordagem de Fisher à economia era de um matemático que queria dar características da física e da mecânica à ciência econômica (BACKHOUSE, 2007).

Economia institucional refere-se a um movimento no pensamento econômico norte-americano, com ênfase no período entre guerras, 1920 e 1930. Os precursores, Veblen, Mitchell

³⁷ “Um oceano estático é imaginário, pois jamais houve semelhante coisa: mas nunca houve um momento na história dos mares mais borrascosos em que as forças dominantes que os controlavam não eram aquelas que, se deixadas inteiramente isoladas, reduziriam suas águas a uma condição estática. Gravidade, fluidez, pressão, e nada mais, teriam o feito de deixar o mar nivelado e imóvel... Se tivéssemos uma visão aérea do oceano, seríamos tentados a dizer que uma filosofia estática do mesmo é suficiente e que podemos tratar ondas e correntes como aberrações menores decorrentes de “causas perturbadoras”” (CLARK, 1899 *apud* BACKHOUSE, 2007, p. 227–228).

e Commons, apesar de não possuírem muito em comum³⁸, é possível abstrair do núcleo do institucionalismo quatro características principais ainda que não sejam encontradas em igual medida na obra dos principais institucionalistas: 1) crítica à abstração da economia neoclássica, sobretudo, à teoria ortodoxa dos preços; 2) busca pela integração da economia com outras ciências sociais, buscando as vantagens de uma abordagem neoclássica; 3) crítica ao empirismo casual da economia clássica e neoclássica; e 4) apelo por mais “controle social dos negócios”, isto é, disposição à intervenção do Estado (BLAUG, 1985).

Foi com o discurso presidencial à Associação Americana de Economia, em 1924, que Wesley Clair Mitchell fala da necessidade de quantificar a teoria econômica. Mitchell evitou uma abordagem interdisciplinar, logo, pouca inclinação a criticar a economia ortodoxa. Seu institucionalismo tomou uma faceta de coleta de dados estatísticos a fim de ter alguma hipótese explicativa. Foi o fundador do *National Bureau of Economic Research* e se tornou o porta-voz do conceito “medição sem teoria”.

A contribuição de Mitchell é sobre o “ciclo de negócios” e, em particular, as revoluções nas informações econômicas que separam a economia do século XX do século XIX. O Atlas da Complexidade, por exemplo, é uma resposta da contribuição de Mitchell, pois ele propiciou o atual interesse em “cibernética, pesquisa operacional, ciência da gestão, teoria da organização e análise geral de sistemas, todos testemunhando uma preocupação crescente com a integração das ciências sociais” (BLAUG, 1985, p. 710).

John R. Commons (1862-1945) também foi aluno de Karl Knies, logo, também influenciado pela escola histórica alemã. Commons tentou conciliar a teoria austríaca da utilidade com ênfase na escola histórica no papel da lei e no uso da estatística. Commons “era muito mais conhecido como um estudioso da legislação trabalhista. Seus escritos teóricos são tão sugestivos quanto obscuros e poucos comentadores conseguiram resumi-los adequadamente” (BLAUG, 1985, p. 710).

O autor defendia a ideia e que as atividades econômicas dependiam das relações legais e institucionais e estas evoluíam com o tempo. Neste sentido, para Commons, a unidade de análise básica deveria ser as transações, pois envolviam a transferência de direitos de propriedade, mas que não aconteciam por intermédio do mercado necessariamente.

³⁸ Veblen abordou o credo profissional dos homens de negócios com uma marca da sociologia interpretativa; Mitchell tratou o acúmulo de dados estatísticos como um fim em si mesmo; e Commons utilizou fundamentos jurídicos para analisar o funcionamento do sistema econômico (BLAUG, 1985).

Commons distinguiu ao menos três tipos de transação. As transações que ocorrem no mercado são as “de barganha” e são feitas entre juridicamente iguais, existindo uma dupla transferência de propriedade. Já as transações “gerenciais” é quando há um comando de um trabalhador em nível hierárquico superior a um subordinado. E as transações “racionalis”, quando Estado cobra tarifas. Em suma, o foco nas transações levou Commons a não somente analisar os mercados, como também todo o leque de instituições na qual as transações se organizaram.

Ademais, Commons analisou em seu trabalho as instituições como o Estado, as corporações, os sindicatos, as famílias e as igrejas e as conceitua como “empresas existentes”. As regras delas evoluíam com o tempo, de forma que as capacitassem organizacionalmente a funcionar. A ação coletiva neste caso seria importante para manter a ordem. Por isso defendia sanções externas até com uso da força, para manter a ordem.

O autor teve sua obra acusada de ser socialista, porque seus críticos entendiam que o mesmo rejeitava a ideia de liberdade individual. Commons dizia que a ação coletiva era necessária para preservar a liberdade individual, pois aquela poderia impedir a interferência em liberdades alheias. A sanção era pelo sistema legal. O autor dava ênfase à importância dos direitos de propriedade. Portanto, Commons ficou reconhecido por seu caráter reformista e pragmático; além disso, não buscou soluções ideais, mas soluções que funcionassem.

Dentre os autores da Velha Escola Institucionalista, o que mais se destacou foi Thorstein Veblen. Crítico da sociedade burguesa e da economia ortodoxa, seu principal interesse estava centrado no capitalismo norte-americano do final do século XIX. É também conhecido como o autor cunhou o termo “neoclássico” a partir das críticas direcionadas à Alfred Marshall. Com a mesma dureza, direcionava suas críticas também aos clássicos da economia política: Smith, Ricardo e Mill.

Na obra *A teoria da Classe Ociosa* (1899), Veblen satiriza os costumes e estilos de vida e dos capitalistas do seu tempo e desenvolve os conceitos de consumo conspícuo e emulação pecuniária. A esse comportamento da elite, ele atribui a um passado bárbaro, predatório. Veblen analisa a sociedade a partir das ideias evolucionistas darwinianas. Para o autor, os hábitos de pensamento (instituições) podiam se tornar arraigados, enraizados numa sociedade, mesmo quando as circunstâncias que os produziram desaparecessem, decorrente dos interesses que foram estabelecidos (BACKHOUSE, 2007).

Veblen distingue em duas instituições que se baseavam a sociedade industrial norte-americana em 1890: no processo mecânico e na empresa de negócios. A primeira refletia o instinto de habilidade manual. Era composto por todo o sistema de produção dos processos mecanizados, e a instituição proveniente disso era muito diferente da proveniente da “empresa de negócios”. Esta última não estava preocupada com a produção, mas em ganhar dinheiro, em ter maior margem de lucro sem empreender qualquer atividade produtiva (a classe especulativa ou o setor de finanças da empresa). Isto posto, o autor era um crítico das linhas de negócio “parasitárias”, consideradas inúteis ou prejudiciais à sociedade, embora reconhecesse que as atividades dessa linha eram muito lucrativas aos empresários individuais.

A partir dessas duas frentes abordadas por Veblen, surgiriam atitudes espirituais diferentes. A primeira criaria, através de uma padronização de conduta, um hábito de explicar as coisas numa relação causal, ou seja, a partir de uma metafísica materialista. Já a segunda, ao contrário, estaria voltada a criação de hábitos que estivessem voltados à posse e à propriedade consolidando, desta maneira, a base espiritual.

Segundo o autor, o que predominava nos EUA era a empresa de negócios. O processo mecânico era a ferramenta para render mais dinheiro à empresa de negócios. Os hábitos mentais assim criados afetaram a cultura norte-americana, sendo o consumo conspícuo um reflexo da manifestação disso. Não obstante, existe um elemento desorganizador nesta relação, já que os hábitos do processo mecânico conflitam com os da empresa de negócios. Haveria, portanto, dois tipos de pessoas com modos de pensamento diferentes. O primeiro, baseado em termos de causa e efeito e o segundo em direitos naturais. Como as classes do primeiro deixaram de pensar à luz dos direitos naturais, seriam incapazes de compreender a justificativa da empresa de negócio, assim, se voltariam ao socialismo, ameaçando o *status quo*.

Sendo assim, para Veblen, o socialismo se engendra quando as classes trabalhadoras aceitam as condições impostas no curto prazo e esquecem os princípios dos direitos naturais. O que o autor vislumbrou como uma derrubada desse regime de negócios seria que os trabalhadores envolvidos na “empresa de negócios” poderiam causar uma greve geral já que o sistema dependia deles. Salientava, desta forma, que os valores desses trabalhadores eram muito diferentes dos empresários. Percebe-se que há um apontamento para as contradições internas do capitalismo, mas a partir de olhares diferentes de Marx.

Veblen criticava à perspectiva evolucionista da economia ortodoxa – como denominado pelo mesmo de economia “pré-darwiniana”. Tal economia era hedonista e

teleológica, respectivamente, indivíduos buscariam o máximo de prazer e os movimentos eram em direção a um ideal. Além dessa crítica, o autor afirma que essa ortodoxia nasceu num estágio primitivo do desenvolvimento industrial, antecedendo à empresa comercial e às instituições que seriam criadas a partir do desenvolvimento da complexidade e contradições do capitalismo industrial (BACKHOUSE, 2007).

As instituições surgem ao longo do processo histórico da coexistência social. Elas estabelecem as bases de comportamentos compartilhadas em sociedade. Portanto, elas surgem quando a forma de pensar - idiossincrática ou comunitária - de um grupo de pessoas se torna arraigada, moldando um padrão predisposto do comportamento comum daquele ou de uma sociedade. Assim, as instituições dirigem os pensamentos e condutas de um determinado grupo de pessoas a entendê-los como adequados, compreensíveis e relevantes (VEBLEN, 2017).

A sobrevivência e interação do ser humano em diferentes sociedades construídas por ele ao longo da história são calcadas pelas instituições criadas cumulativamente e recriadas continuamente. Como Veblen chama de “esquema de vida”, a definição de instituições permite compreender a criação, pelos indivíduos, de suas condições materiais e espirituais do ambiente no qual vivem. Logo, para o pioneiro, o processo de mudança de instituições é causado pela evolução das sociedades humanas (VEBLEN, 2017).

As estruturas de reprodução material das pessoas é o conjunto de atividades que propiciam a manutenção da vida humana. A evolução das sociedades humanas corresponde às mudanças cumulativas naquelas estruturas (VEBLEN, 2017). Tal visão vebleniana é decorrente do empréstimo tomado do conceito de evolução da abordagem evolucionária darwiniana. Isso decorre porque Veblen interpreta uma conexão entre princípios de variação, seleção e herança e evolução dos sistemas econômicos. Em outras palavras, da mesma forma como espécies evoluem a partir de mecanismos de seleção, transmitidas no tempo por hereditariedade entre indivíduos, os sistemas econômicos também estão sujeitos à variação, seleção e transmissão de componentes fundamentais de seu funcionamento.

Veblen percebe que a interpretação do indivíduo e da sociedade estava indo num caminho análogo a um sistema mecânico de inspiração newtoniana. A crítica do autor é justamente a essa visão da conduta humana baseada no cálculo racional, individual e atemporal, utilitarista, sujeita à escassez e ao limite orçamentário. É nesta abordagem que o autor embasa sua crítica à Economia enquanto ciência, pois nela, os agentes são dados, isto é, os indivíduos e suas preferências – que dão origem às utilidades – são elementos exógenos à teoria. Na visão

vebleniana, os agentes são ativamente (re)formados e (re)formadores no processo histórico. São as suas decisões que reforçam ou induzem a mudanças às instituições correntes.

A partir dessa perspectiva que Veblen caracteriza a atividade econômica como um processo cumulativo que concebe trajetórias dependentes (*path dependente*) das condições prévias, e não como sequências de pontos otimizados independentes interpretadas pela teoria neoclássica. Logo, o resultado esperado não é aquele que produza algum tipo perfeito, ótimo. Se é esperado incompatibilidades e atritos institucionais – distribuição de ônus e bônus – construindo novos horizontes com resultados que não podem ser previstos, antecipáveis.

Assim se fundamenta uma das críticas que o institucionalista faz a Max. Segundo Veblen, a história é um constante devir e não pode ser interpretada de maneira determinista.

O que Veblen criticava na economia ortodoxa não era seu método em si, mas o hedonismo e atomismo – que carregavam em suas concepções - subjacente da natureza humana, sobretudo, a teoria de comportamento do consumidor de Jevons-Marshall, a Revolução Marginalista³⁹. A crítica vale também à interpretação de bem-estar da economia neoclássica de que, sob certas condições restritas, uma economia perfeitamente competitiva tende a resultados ótimos. Para Veblen, isso soava como uma apologia do *status quo*. Segundo o autor, a economia deve ser vista à luz de uma ciência evolucionária, não no sentido spenceriano⁴⁰, mas numa investigação sobre a gênese e o crescimento das instituições econômicas, como um “processo de desdobramento cumulativo”, não como um “mecanismo de auto-equilíbrio”.

2.2.2 Limites e Contribuições do Velho Institucionalismo

Ao definir as instituições econômicas como um complexo de hábitos de pensamento e comportamento convencional, Veblen e os demais pioneiros do velho institucionalismo

³⁹ As teorias da Revolução Marginalista – movimento entre 1871-1874 – com as obras de Carl Menger, William Jevons e León Walras e, posteriormente com obra de Alfred Marshall (1890), teve uma forte utilização da linguagem matemática como método e interpretação da empresa capitalista. Seu caráter subjetivo e revolucionário se deve principalmente à reinterpretação das teorias dominantes da economia no seu tempo, a saber, a economia política clássica, mais especificamente à teoria do valor-trabalho de Ricardo, oferecendo uma teoria baseada na utilidade marginal. A metodologia em que se baseavam era na teoria do equilíbrio geral e parcial e apresentavam, segundo seus críticos, uma característica conservadora da ordem social ao longo do século XIX, que acabou se consolidando como a ordem social dominante.

⁴⁰ O filósofo positivista inglês Herbert Spencer (1820-1903) foi o representante do evolucionismo nas ciências humanas, sendo considerado o precursor da ideia de “darwinismo social”, cujo conceito pode ser compreendido como as classes diferenciadas formariam a seleção natural na sociedade, na qual sociedades evoluem de uma forma considerada mais simples para uma forma considerada mais complexa.

resultam à “economia institucional” um estudo da moral e dos costumes enroupado com psicologia do instinto e antropologia racista. Seus críticos apontam que suas obras são interpretações dos valores e crenças dos “capitães da indústria”. E uma série de adjetivos como: consumo conspícuo, emulação pecuniária, exibição ostensiva, propriedade ausente, controle discricionário (BLAUG, 1985).

Ademais, as críticas ao autor não são só aos termos empregados ou a roupa utilizada, mas é a insuficiência de apontar uma teoria. O institucionalista nunca apontou como suas explicações poderiam ser validadas, mas sim sugerindo que uma descrição é uma teoria. A ideia central, no conjunto de sua obra, é a de que a vida em uma comunidade industrial moderna é resultado do conflito entre as instituições da “a empresa de negócios” e do “processo mecânico”, entre os “empregos industriais” e os “empregos pecuniários”. Ou seja, existiria uma luta de classes sob o capitalismo entre empresários e engenheiros, e não na concepção marxista entre capitalistas e proletários. A civilização industrial moderna para Veblen, portanto, estava edificada por hábitos pecuniários advindos da “empresa de negócios” que uniriam banqueiros, corretores, advogados e gerentes na defesa pela aquisição privada como princípio central da empresa. Já hábitos de pensamento advindos do “processo mecânico” recairiam sob operários da indústria, técnicos, engenheiros e supervisores.

Como sustenta Blaug (1985, p. 708), a importância do institucionalismo, pelo menos foi *“to persuade economists to base their theories, not on analogies from mechanics, but on analogies from biology and jurisprudence”*.

Segundo Blaug (1985) a escola da “velha economia institucional” não passou de uma inclinação a discordar da economia ortodoxa. Tornou-se sinônimo de “economia descritiva”. A crítica vale para a dimensão que a velha economia institucional, trazendo elementos da sociologia econômica. Assim, Blaug afirma que teríamos que tratar Marx, Schmoller, Sombart, Max Weber, Pareto e os Webbs, entre outros, como “economistas institucionais”. Blaug complementa:

(...) se a análise econômica lida com a questão de como as pessoas se comportam em qualquer momento, a "sociologia econômica" lida com a questão de como elas passam a se comportar da maneira como o fazem. A sociologia econômica, portanto, lida com as instituições sociais que são relevantes para o comportamento econômico, como governos, bancos, posse da terra, direito de herança, contratos e assim por diante. Interpretado desta forma, não há nada contra o que discutir (BLAUG, 1985, p. 710).

Os velhos institucionalistas – Veblen, Commons e Mitchel – centraram suas análises na importância das instituições postulando uma ciência econômica evolucionária. Myrdal, embora simpatizante dos "velhos" institucionalistas, classificou-os de "empiricistas ingênuos", por deixarem em segundo plano questões teóricas não resolvidas, entretanto, segundo o autor, isso não foi suficiente para inviabilizar os seus legados, pois a negação de pensar a economia em torno da noção de equilíbrio, ou ajustamento marginal, reitera a importância do processo de mudança e transformação inerentes ao pensamento de Veblen” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 28).

A crítica, na ordem do antigo institucionalismo ao pensamento neoclássico, poderia ser resumida à persistência deste ao pressuposto da falsa concepção da natureza humana, sendo o indivíduo - a partir do prisma hedonístico - um agente socialmente passivo, inerte e imutável. Indo além, os velhos institucionalistas vão de encontro à noção de equilíbrio ou ajustamento marginal, reforçando sempre a importância do processo de mudança e de transformação inerentes ao pensamento. É dizer, a maneira como as instituições vão se cristalizando na teia mental social de uma comunidade, e de como os fatos e os eventos são percebidos e como eles vão se tornando valores sociais. São esses valores sociais construídos coletivamente de forma rotineira que vão sendo tecidas as instituições, a cultura e a própria rotina delas, enquanto processo mutável derivado dos conflitos e crises.

De acordo com Backhouse, no período entre-guerras havia um pluralismo teórico porque, neste período, o debate não era dominado por nenhum enfoque isolado. No entanto, esse pluralismo, de forma convencional, era visto pela disputa entre “neoclássicos” e “institucionalistas”. Os neoclássicos defendiam o comportamento maximizante dos indivíduos e o papel do mercado competitivo. Os institucionalistas denunciavam esse enfoque, tinham uma visão mais holística da economia e da sociedade que não poderiam ser desvinculadas. Segundo Backhouse:

(...) o que unia os institucionalistas era o compromisso com tornar a economia científica assentando-a em sólidas bases empíricas e abandonando teorias que repousavam simplesmente em axiomas sobre o comportamento humano para os quais existiam poucas evidências (BACKHOUSE, 2007, p. 247).

Havia uma variedade de abordagem tanto na economia neoclássica, como na institucional. Jacob Viner (1892-1970), Frank Taussig (1859-1940), Frank Knight (1885-

972)⁴¹ e Alfred Marshall (1842-1924) eram economistas que espelhavam algumas das visões neoclássicas da economia norte-americana. De acordo com Backhouse (2007), esses economistas norte-americanos poderiam ser descritos melhor como “tradicionalistas”.

Marshall afirmava que o homem é uma criatura complexa movida por uma série de motivos e valores. Segundo Marshall, a análise econômica deveria ser voltada apenas para uma pequena parte da atividade humana ou mesmo do comportamento econômico, ou seja, deveria tratar apenas de ações que fossem voltadas para a satisfação de necessidades. Assim, é essa distinção neoclássica que Marshall faz, de forma despreziosa, de tornar a economia uma ciência fechada em si. Ao abordar temas como satisfação, temas psicológicos, que vão além da racionalidade econômica do utilitarismo, então em parte, há uma contradição no argumento de Marshall (BACKHOUSE, 2007).

Em ensaio intitulado “*Por que a Economia não é uma ciência evolucionária?*”, Veblen tece uma crítica aos economistas neoclássicos e o apoio destes à “manutenção de uma estrutura e doutrina e aforismos apoiada em direitos naturais, utilitarismo, e capacidade administrativa” (VEBLEN, 2017, p. 32). O autor julga que as ciências (antropologia, psicologia, sociologia, entre outras) seriam modernas, logo, evolucionárias, ou seja, partiram das descobertas de Darwin e das descobertas da física.

O argumento de Veblen ao fato dela não ser evolucionária é porque a Economia é realista, no sentido de que lida com os fatos de forma muito apegada aos dados. Da mesma forma, para Veblen, a EHA é aquela Economia que está mais longe de ser evolucionária, porque não considera que a EHA, no seu método, tenha se tornado uma ciência. Para o autor, “(...) qualquer ciência evolucionária é um corpo de teoria inseparável. É uma teoria de um processo, de uma sequência em desdobramento” (VEBLEN, 2017, p. 33). A crítica de Veblen direcionada ao cientista moderno é que este “reluta em partir do teste de relação causal ou sequência quantitativa. Quando ele pergunta “por quê?”, ele insiste em uma resposta em termos de causa e efeito. O cientista moderno quer restringir sua solução para todos os problemas à conservação de energia ou a persistência da quantidade” (VEBLEN, 2017, p. 35).

A diferença dos neoclássicos para os clássicos ou cientistas naturais, é que estes não tomam o fundamento de causa e efeito, ou seja, não é baseado em uma sequência mecânica.

⁴¹ Frank Knight afirmava que ciência não é só medição. Se assim fosse, a ciência econômica não seria possível. Knight entendi que as leis econômicas, quando muito, são aproximações, já que o comportamento humano é imprevisível. Para ele, seria impossível separar a economia positiva da normativa (BACKHOUSE, 2007).

Não obstante, para Veblen (2017), os clássicos vão na linha de uma sistematização do conhecimento baseado numa “lei natural” e a impressão que transparece é que “essa lei natural exerce algum tipo de vigilância coercitiva sobre uma sequência de eventos e daria estabilidade espiritual e consistência à relação causal em qualquer conjuntura”. Para os clássicos, uma sequência é uma propensão consistente que vai em direção a alguma finalidade espiritual legítima, ou seja, produzir conhecimento em termos de verdade absoluta, baseada em fato espiritual.

A Economia não é uma ciência evolucionária também porque, diferentemente de outras ciências, onde o processo de mudança do conhecimento é gradual ainda que em níveis diferentes, a Economia ainda se valeria dos resquícios do que é “normal” e “natural”, das “verdades” e das “tendências”, dos “princípios controladores” e das “causas perturbadoras”. O autor acredita que as transformações que ciência econômica estava passando, as ciências naturais já haviam passado a bastante tempo. A Economia tentou emular preceitos da ciência natural e clássica. Porém, a ciência natural foi caminhando cada vez mais a um aprofundamento do objeto em análise, numa perspectiva de causação cumulativa, deixando de ser uma ciência taxonômica. Como Veblen aponta:

(...) Nas ciências naturais, o trabalho do taxonomista foi e continua sendo de grande valor, mas os cientistas começaram a se sentir desconfortáveis sobre o regime de simetria e desenvolvimento de sistemas. Eles começaram a questionar, e então mudaram suas investigações das estruturas dos recifes de corais para estrutura dos hábitos de vida dos pólipos que vivem dentro dos recifes e por meio deles. Na ciência das plantas, a botânica sistemática não deixou de ser útil, mas o foco da investigação e discussão entre os botânicos atualmente está no valor biológico de determinado aspecto de uma estrutura, função ou tecido, em vez de ser o comportamento taxonômico. Todas as discussões sobre citoplasmas, centrossomos e processo cariocinético significam que as investigações agora parecem consistentes com o processo da vida e objetivam explicá-lo em termos de causação cumulativa (VEBLEN, 2017, p. 40–41).

A crítica de Veblen direcionada à EHA é que ela tentou fazer uma explicação da sequência do desenvolvimento, mas a partir de especulações pré-darwinianas, ao invés da perspectiva da ciência moderna. Aos austríacos, Veblen também tece uma crítica, pois os considera incapazes de romper com a tradição clássica de que a Economia é uma ciência taxonômica.

A crítica também é voltada para o hedonismo (da ciência econômica inglesa e francesa), de que o homem é “uma calculadora relâmpago de prazer e dor, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo por felicidade sob o impulso de estímulos que o deslocam, mas o deixam intacto”. Essas ciências se basearam em concepções psicológicas e antropológicas das ciências de algumas gerações atrás.

As concepções modernas à época de Veblen já tinham um outro conceito da característica do homem⁴², que seria o de “fazer algo” e não simplesmente sentir prazer e dor por meio de determinadas forças exógenas. O homem é o significado de uma “estrutura coerente de propensões e hábitos que buscam realização e expressão, em uma atividade em desdobramento” (VEBLEN, 2017, p. 45).

Para Veblen, toda mudança econômica é uma mudança nos métodos da comunidade econômica de fazer uso das coisas materiais. O autor aponta que o processo cumulativo é resultado de um processo passado, tanto do agente (do indivíduo) como do seu ambiente:

A história da vida econômica do indivíduo é um processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins que muda cumulativamente à medida que o processo continua; tanto o agente quanto seu ambiente são, em qualquer momento, o resultado do processo passado. Os métodos de vida do homem de hoje são reforçados sobre ele por seus hábitos de vida trazidos de ontem e pelas circunstâncias deixadas como resíduo mecânico da vida de ontem (VEBLEN, 2017, p. 46).

Segundo Veblen, a ação econômica é teleológica, logo, a ciência econômica não pode ser teleológica. Os homens procuram fazer alguma coisa, sempre e em todo lugar, isto é, uma atividade direcionada a um fim objetivo. Entretanto, não precisamos responder o que eles buscam especificamente. Desta forma, todas as instituições são, em alguma medida, instituições econômicas. Isso porque a história de vida econômica de qualquer comunidade é a sua própria história de vida moldada pelos interesses dos homens sob os meios de vida material. A partir desse interesse, é que há uma moldagem do crescimento cultural que orienta a formação de convenções e métodos de vida socialmente reconhecidos. O interesse econômico persegue modelando as estruturas e dando forma às instituições.

⁴² Para Veblen, o homem é agente que tem capacidade de mudar a natureza. As propriedades físicas dos materiais são constantes, mas é o homem que muda. O que desenvolve é o discernimento e avaliação do como estes materiais podem ser alterados, dentro de uma mudança cumulativa, no esquema de vida, os bens produtivos gerados são frutos do conhecimento, habilidade e predileção humana, ou seja, resultados dos hábitos de pensamento predominantes. As invenções humanas são expressões de mudanças do fator humano. Isso dá espaço para a defesa de autor que é no material humano que o processo de desenvolvimento deve ser procurado, isto é, a ação econômica que deve ser o objeto das ciências.

Veblen conceitua o que é Economia evolucionária, afirmando que deve ser baseada num processo de crescimento cultural determinado pelo interesse econômico; “uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas expressas em termos do próprio processo”. E tem por objetivo “traçar o resultado cumulativo do interesse econômico na sequência cultural (VEBLEN, 2017, p. 48).

Segundo Hodgson, as instituições dão substância à vida social. Conceitualmente, as instituições seriam "sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalecentes que estruturam as interações sociais" (HODGSON, 2017, p. 122). Logo, seriam exemplos de instituições: a linguagem, o dinheiro as leis, sistemas de pesos e medidas, empresas, regras de etiqueta e outras organizações. Sua durabilidade dependeria de sua utilidade em se criar expectativas estáveis quanto ao comportamento dos indivíduos. Ademais, ao passo que as instituições restringem, também criam comportamentos. A partir da existência de regras que existem as restrições, contudo, a partir destas que se é possível criar possibilidades.

A interpretação de Hodgson acerca das instituições é que elas não podem ser sinônimo de comportamento, porque não é pelo fato de determinado comportamento não ser praticado ou perceptível que a instituição deixa de existir. Tampouco não é toda estrutura social que pode ser definida como instituição. As instituições seriam resultado de regras e hábitos transmitidos socialmente.

O termo “regra” é compreendido como uma determinação normativa habitual e socialmente transmitida, ou algo imanentemente normativo. Elas incluem regras de comportamento e convenções sociais, assim como as regras legais. Estas são potencialmente codificáveis. Isto é, regras sociais não são replicadas por questão genética, e sim por outros mecanismos. Ao mesmo tempo, segundo Polanyi (2000), regras não podem ser pura ou totalmente uma expressão de uma deliberação consciente. Os indivíduos não obedecem às leis por causa simples da sanção envolvida, mas porque os sistemas jurídicos adquirem força de legitimidade moral e o apoio moral dos outros (HODGSON, 2017).

Hábito e comportamento não são a mesma coisa. Um comportamento repetido leva a um hábito. Um hábito “é uma disposição para empregar um comportamento ou pensamentos anteriormente adotados ou adquiridos” (HODGSON, 2017, p. 130). Logo, a base dos costumes são hábitos compartilhados e persistentes. Como William James (1892, p. 143 apud HODGSON, 2017) defende: “Hábito é, portanto, o grande rotor da sociedade, seu agente conservador mais precioso”.

Hábitos não são transmitidos geneticamente. São adquiridos em um contexto social. Qualquer indivíduo nasce em um mundo institucional preexistente, que o confronta com regras e normas. As instituições dependem destes indivíduos, de suas interações e seus padrões particulares de pensamentos compartilhados. Como Commons e Veblen argumentaram, estrutura institucional e hábitos de comportamento estão reciprocamente enredados e se reforçam mutuamente: ambos aspectos são relevantes para definir a imagem completa.

2.4 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

North migra da cliometria⁴³ para a análise institucional. Essa mudança de análise pode ser captada em seus trabalhos. Nos anos 1960 seus estudos possuem como foco a história econômica, com destaque para seu livro de 1966, *The Economic Growth of the United States 1790-1860*. Já em seu trabalho de 1968 intitulado *Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850*, North transita entre a análise da história econômica e evolução dos arranjos institucionais. Ao se confrontar com o crescimento da produtividade da indústria de transporte oceânico em determinado período, North constata que evoluções institucionais foram mais importantes do que inovações tecnológicas. Tal constatação o leva a publicar em 1990 sua principal obra, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*.

A transição de North perpassa pela interpretação do “sucesso” das economias do Ocidente em desenvolver instituições capazes de atingir crescimento econômico de longo prazo. Parte do sucesso que North destaca, ao estudar a Inglaterra e Holanda, é atribuído à superação das dificuldades da transição do feudalismo para o capitalismo, de como as principais cidades desses países – Bruges, Antuérpia, Londres e Bristol – conseguiram superar as “crises malthusianas”. Segundo North, em momentos de estabilidade política e social o progresso econômico leva ao aumento da população, que necessita o desenvolvimento de novas

⁴³ É uma abordagem quantitativa da história econômica. Também conhecida como nova história econômica ou história econométrica, a cliometria foi bastante criticada por historiadores econômicos que alertavam que a ciência econômica deveria reintegrar a história econômica, não apenas transformando-a em economia retrospectiva. De acordo com Hobsbawn (2013), a separação entre história e economia não foi sentida até a transformação marginalista da economia. Em uma crítica a Alfred Marshall, Hobsbawn alega que: “De fato, o conhecimento bastante considerável de Marshall sobre a história econômica acrescenta pouco mais que alguns adornos decorativos e ilustrativos para uma estrutura teórica projetada sem muito espaço para tais adições. Entretanto, ele tinha consciência de que a economia estava imbricada na mudança histórica e não podia ser mais abstraída da mesma sem perder substancialmente em realismo. Ele sabia que a economia precisava da história, mas não como encaixar a história em sua análise” (HOBBSAWN, 2013, p. 138)

instituições, entretanto, traz o empobrecimento relativo da população. Essa seria a interpretação da transição do feudalismo para as vésperas da Revolução Industrial (GALA, 2003).

O crescimento populacional dos séculos XI e XII somado ao renascimento comercial e urbano, alteraram as transações econômicas que passariam a se concentrar nas cidades dando origem aos mercados e, neste sentido, o trabalho passaria da atividade de subsistência para a produção mercantil. Apesar do crescimento populacional ter desencadeado uma série de inovações institucionais, o descompasso entre a produção de alimentos e a população crescente trouxe retornos decrescentes da agricultura, dada a ausência de inovações tecnológicas. Não obstante, segundo North, para se entender os limites do desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo, não se deve concentrar no processo do avanço tecnológico, nem na acumulação de capital, mas nas regras e nos arranjos institucionais, de tal maneira que o crescimento econômico seria estimulado pela acumulação de capital físico e humano (GALA, 2003).

North se baseia numa tradição neoclássica, mas não defende uma racionalidade completa do indivíduo, e sim uma racionalidade limitada⁴⁴. O autor propõe uma teoria da racionalidade que introduz a noção de incerteza rejeitando a teoria da escolha racional dos agentes. A motivação dos agentes e a impossibilidade de conhecer todas as informações, torna-os incapazes de tomar decisões otimizadas. Entretanto, apesar dos agentes econômicos serem incapazes de fazer a melhor escolha dentre todas disponíveis, seriam eles capazes de atingir um resultado bastante próximo (CAVALCANTE, 2020).

Uma vez modificada a base filosófica neoclássica da racionalidade do indivíduo, North aponta que é possível compreender as instituições ainda no escopo neoclássico. De acordo com o autor, as instituições funcionam de duas formas: como regras do jogo que coíbem o comportamento racional do indivíduo e como apêndices cognitivos para o processo decisório destes que possuem uma capacidade computacional limitada. Em suma, as instituições seriam as regras que moldam e restringem as ações individuais.

Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure

⁴⁴ North é inspirado por Herbert Simon que defende que seria mais importante entender o processo de tomada de decisão individual do que observar a escolha dos agentes. Simon aborda o princípio de “racionalidade limitada”, a partir do reconhecimento da limitada capacidade da mente humana em lidar com problemas complexos de acordo com a realidade. Em outras palavras, a capacidade restrita das funções neurofisiológicas e da linguagem, torna a tarefa de previsão às sucessivas eventualidades futuras bastante onerosa (CONCEIÇÃO, 2001, p. 36).

incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change (NORTH, 1990, p. 3).

Para North, o crescimento econômico é consequência de uma matriz institucional eficiente e o Estado é uma organização primordial para promover tal matriz, em tão alto grau que incentive as escolhas voltadas a atividades produtivas capazes de gerar crescimento do produto *per capita*. De acordo com o autor, o desempenho – logo, desenvolvimento econômico – depende das respostas das escolhas individuais à estrutura da matriz institucional que é emanada pela Estado.

Segundo Cavalcante, a Teoria do Estado de North pode ser dividida em dois momentos: i) agentes do Estado como maximizadores de renda; ii) além de maximizadores de renda, agentes do Estado agem orientados por ideologias, além de construírem alianças (CAVALCANTE, 2020, p. 383). A característica comum a esses dois momentos é que os agentes do Estado seriam autointeressados, ou seja, as instituições que não garantam o desenvolvimento e crescimento poderiam, ainda assim, serem perpetuadas.

No entendimento de North, o Estado é o responsável por e tem o poder de estipular e de garantir os direitos de propriedade que busquem a eficiência capazes de induzirem ao crescimento econômico. O poder de assegurar tais direito advém do monopólio do uso da força, não somente de caráter violento, mas de constrição. Isto é, sendo o objetivo do Estado a maximização da riqueza da sociedade, o Estado poderia desenvolver direitos de propriedades eficientes e promotores de crescimento econômico, contudo, sua natureza predatória - constituído por grupos e classes que agem em busca do próprio interesse - extrairia renda dos seus constituintes (CAVALCANTE, 2020).

North traz a concepção de que o Estado é um agente regulador, não interventor. As três principais características do Estado seriam: a) ele troca um grupo de serviços por impostos; b) age como monopolista discriminador, e; c) encontra restrição dos custos de oportunidade, pois ele tem Estados rivais capazes de fornecer o mesmo grupo de serviços. Como organização, o Estado enfrenta dois tipos de restrição: por pressão dos grupos de poder ou por controle da corrupção interna. Essas duas restrições fornecem elementos explicativos para a perpetuação de direitos de propriedade ineficientes.

Os agentes não são tão maximizadores porque, primeiro, o Estado limita seu comportamento racional, segundo, porque os indivíduos são movidos por ideologias. A

ideologia seria uma forma de restrição auxiliar às regras formais e informais. Neste sentido, ela representa as percepções subjetivas que os indivíduos possuem do convívio com determinadas regras do jogo e o meio no qual vivem.

O desempenho econômico, para North, não leva qualquer consideração sobre questões qualitativas como desenvolvimento humano, bem-estar, etc. Apenas considera uma medida quantitativa de crescimento do produto per capita. O crescimento econômico possui três determinantes: determinantes econômicos básicos, estrutura institucional e herança cultural de uma sociedade.

Além do indivíduo como agente econômico, North destaca outro tipo de agente: as organizações. Conceitualmente, segundo o autor, as organizações são um grupo de indivíduos que possuem propósitos congruentes e que, dadas as oportunidades proporcionadas pela estrutura institucional da sociedade, buscam maximizar os resultados no sentido de renda, riqueza ou outros objetivos definidos por essas entidades (CAVALCANTE, 2020; GALA, 2003).

Ademais, de acordo com o autor, organizações são um tipo especial de instituição e possuiriam três características: a) critérios para diferenciar seus membros dos não membros e estabelecer limites; b) princípios de soberania para quem está no comando, e; c) estrutura hierárquica de comando que delimita as responsabilidades dentro da organização. Ao mesmo tempo, North caracteriza as instituições como regras sociais e as distingue entre “regras formais” e “regras informais”. Contudo, para Hodgson, North foi insuficiente ao elaborar a natureza e o funcionamento das regras sociais, pois o autor não estaria interessado nas regras sociais das organizações já que as considerou como “jogadores”⁴⁵ e se concentrou nas interações em nível nacional ou mesmo mais elevados, isto é, não estaria preocupado com o seu funcionamento interno. Ora, se se define as organizações como atores, também seria necessário considerar o conflito potencial interno a elas, pois suas estruturas estariam compostas por atores individuais (HODGSON, 2017).

North diz que “restrições formais” são regras, leis, constituições. Já as “restrições informais” são normas de comportamento, convenções, códigos de conduta, autoimpostos. Ou

45 North deixou claro em cartas ao autor (entre 10/09/2002 e 07/010/2002) que as organizações seriam jogadores para efeito de análise do sistema econômico como um todo. Ele não considera as organizações como essencialmente a mesma coisa que os jogadores em todas as circunstâncias. Quando North diz que “organizações são jogadores” é uma abstração em vez de definição.

seja, para North, regras são um tipo especial de restrição formal. O problema que isso cria para a teoria de North é: já que as regras são formais e instituições são essencialmente regras, então todas as instituições são formais. Contudo, o autor muda o conceito de instituições para (1995, p.15 apud HODGSON, 2017, p. 138): “Instituições são as restrições que os seres humanos impõem nas interações humanas”. Esse novo conceito trouxe mais um problema porque enfatiza instituições como restrições, assim, North (1997, p. 6 apud HODGSON, 2017, p. 139) volta ao conceito de que instituições são “as regras do jogo de uma sociedade”.

North trabalha sempre na ideia de regras e instituições como regulamentações “formais”, isto é, legais. Por essa razão, North acaba sendo criticado por restringir as instituições e excluir as ordens sociais que não são legalmente expressas na categoria de uma instituição. Para Durkheim (1984, p. 154 apud HODGSON, 2017, p. 140) “em um contrato nem tudo é contratual”. Segundo Hodgson, “sistemas jurídicos são sempre incompletos e dão espaço para o costume e a cultura fazerem seu trabalho” (HODGSON, 2017, p. 140).

Hodgson (2017, p. 141) define instituições como “sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam as interações sociais, ao invés de regras enquanto tais. Em resumo, instituições são sistemas de regras sociais, não simplesmente regras.

Mayhew (2017) aponta que um dos fatores que levaram os institucionalistas a produzirem um novo arcabouço teórico foi justamente pelo fato das rápidas transformações nos Estados Unidos causadas pela rápida industrialização. De acordo com a autora, Veblen e Commons cresceram numa seara de grande mudança econômica que estava direcionada a uma “economia de dinheiro e crédito” completamente vinculada ao comércio. Nesta direção, Mayhew classifica o final do século XIX e início do século XX como o período marcado pelo surgimento do “grande negócio” e dos grandes “barões ladrões”, devido ao fato da forma corporativa da organização ter se adaptada à nova realidade econômica na esfera empresarial, isto é, uma nova empresa emergente, focada no multiproduto, multi-instalação e burocraticamente administrada.

Os “barões ladrões” seriam a característica mais perceptível, embora não tenham sido, segundo a autora, a razão das mudanças na organização das empresas, já que estas apresentaram uma maior importância do financiamento externo, de mercados maiores, de novas formas de competição e de novas formas de atividade bancária (MAYHEW, 2017, p. 187–189).

(...) O darwinismo social era uma justificativa poderosa para o rápido enriquecimento de alguns, bem como para a falta de segurança de muitos, uma característica da

economia americana urbanizada, industrializada e dominada pelo mercado das últimas décadas do século XIX (MAYHEW, 2017, p. 189).

Segundo Mayhew, Veblen pode ser considerado o primeiro antropólogo econômico. Ao compreender que a sociedade humana não tenderia a algum fim, Veblen empregou a noção do darwinismo social - e da evolução social - e a transformou em um processo de mudança social não etnocêntrico e não teleológico. O grande esforço de Veblen foi acrescentar a valorização instrumental às ideias de cultura, evolução e realidade cultural, completando as ideias essencialmente institucionalistas. Partindo da observação de que os indivíduos não somente agiam e seguiam uma ampla variedade de ideias e práticas que não poderiam ser explicadas pela lógica da cultura à qual eles pertenciam, mas também pela capacidade diferenciada das habilidades dos indivíduos de manipular a natureza⁴⁶, Veblen interpreta que o emprego dessas habilidades seria o processo pelo qual alterou a maneira daqueles de pensarem sobre o mundo ao qual pertencem (MAYHEW, 2017, p. 192–195).

Apesar de alguns autores classificarem o Institucionalismo - e todo o movimento institucional da economia norte-americana - como uma ramificação da Escola Histórica Alemã, por ambas terem tecido de forma veemente uma rejeição da economia ricardiana e das políticas do *laissez-faire*, há um ponto que os diferencia: o tratamento da concepção da natureza humana. Veblen sustentava que a EHA não estava comprometida com uma teoria geral do processo econômico. Apesar de ela ter reconhecido a importância da mudança econômica e da limitação da economia ricardiana, a EHA nunca desenvolveu uma teoria mais geral dessa mudança.

Commons e Veblen defendiam que “propriedade” havia tomado um novo significado. Para o primeiro, ela se traduzia como uma limitação para se alcançar a abundância. Para o segundo, a meta do empresário seria desequilibrar ou dificultar o processo industrial em um ou mais pontos. Entretanto, ambos sustentavam que não seria o crescimento do poder de monopólio das grandes empresas que desordenaria o sistema industrial; aliás, Veblen se mostrava simpático à concentração industrial.

⁴⁶ É importante frisar que a visão de Veblen sobre a importância de agir sobre o “mundo prático” na evolução social não se confunde com o conceito de materialismo histórico de Karl Marx, haja visto que, ao lidar com a natureza, as mudanças não fluem apenas a um conflito econômico entre classes, mas levam a uma mudança cultural em larga medida, isto é, alteram completamente a maneira como enxergamos o mundo. Ademais, compreendia que a teoria de Marx estava fundamentada no mundo pré-darwiniano dos direitos naturais. (MAYHEW, 2017, p. 195–204).

2.5 METODOLOGIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA E A CRÍTICA AOS PRECEITOS NEOCLÁSSICOS

Segundo Blaug (2016), a ciência não deveria ser baseada na indução, mas na adução seguida da dedução. Ao incluir o uso linguístico de "adução", Blaug critica a lógica de John Stuart Mill de colocar a indução como o oposto de dedução e de confrontar o pressuposto de que seriam esses dois os únicos métodos de pensamento lógicos. Neste sentido, adução seria uma operação mental totalmente diferente das demais

[...] adução é a operação não-lógica que consiste em pular do caos, que é o mundo real, para uma intuição ou tentativa de conjectura acerca da relação real existente entre o conjunto de variáveis pertinentes. O modo de dar esse salto pertence ao contexto da descoberta. O estudo desse contexto não deve ser desprezado, como é habitual entre os positivistas e até mesmo entre os popperianos, mas o fato é que a filosofia da ciência se preocupa exclusivamente com o próximo passo no processo, isto é, como conjecturas iniciais são convertidas em teorias científicas ao serem ligadas a uma estrutura dedutiva bem tecida e como essas teorias são então testadas contra observações (BLAUG, 2016, p. 54).

Popper foi considerado por alguns de seus críticos como um “falsificador ingênuo”⁴⁷, devido ao fato na crença de que uma simples refutação seria o bastante para invalidar uma teoria científica. Blaug advoga que não se deveria partir de um método perfeitamente objetivo que conduza de forma positiva a uma compreensão sobre o que é ou não é uma teoria científica aceitável. Conclui o autor que, por não haver uma lógica da descoberta, não haveria uma lógica demonstrativa de justificação, isto é, “não há nenhum algoritmo formal, nenhum procedimento mecânico de verificação, falsificação, confirmação, corroboração, ou seja, lá como se queira chamar isso.” (BLAUG, 2016, p. 65).

Além disso, Popper foi o primeiro pensador que anunciou a doutrina do monismo metodológico, isto é, todas as ciências teóricas, sejam elas naturais ou sociais, deveriam usar o mesmo método e, portanto, prescreve um princípio de individualismo metodológico nas ciências sociais que deveria ser interpretado como a aplicação do “princípio da racionalidade”. Blaug (2016) descreve que o monismo metodológico não estaria relacionado às técnicas de

⁴⁷ Por Pierre Duhem, Williard Quine e Imre Lakatos.

investigação, mas com o “contexto de justificação” de teorias, ou seja, a metodologia de uma ciência seria o argumento suficiente para aceitar ou rejeitar suas teorias ou hipóteses.

A nova heterodoxia da filosofia da ciência, composta sobretudo por Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Feyerabend, vai buscar o rompimento com o normativismo popperiano e sua descrição positiva da ciência.

Se para Popper a ciência estaria em um estado de revolução permanente e sua história seria uma sucessão de conjecturas e refutações; para Kuhn, a história da ciência seria marcada por longos períodos durante os quais seria a preservação o *status quo*, que às vezes seria interrompido por mudanças de paradigmas⁴⁸ sem necessariamente haver ligação conceitual que estabeleça relação entre eles (BLAUG, 2016).

Para Lakatos, a história da ciência - em vez de história de teorias - é a história dos programas de pesquisa científica que poderiam ser caracterizados sob seus “núcleos centrais” – onde a metafísica⁴⁹ da ciência estaria deliberadamente escondida – protegidos por hipóteses auxiliares que deveriam suportar o choque dos testes e, por fim; para Feyerabend – partindo de uma visão mais liberal – a história da ciência é marcada pela disrupção dos cânones da metodologia científica em algum ponto de sua história, apesar deles estarem firmemente baseados na epistemologia, e o progresso científico só ocorreu no passado porque os cientistas não estavam limitados ou vinculados a nenhuma filosofia da ciência (BLAUG, 2016).

De acordo com Blaug (2016) os grandes metodologistas econômicos britânicos⁵⁰ do século XIX pregaram uma metodologia defensiva que blindava de ataques a jovem ciência econômica. Esses metodologistas foram, entretanto, verificacionistas, não falseabilistas. Em outras palavras, eles se dedicaram às premissas da teoria econômica que, derivadas da introspecção casual dos vizinhos, construíram verdades partindo de um processo puramente dedutivo, ou seja, o objetivo de verificar os resultados consistia em determinar a aplicabilidade do raciocínio econômico e não sua validade real. De modo geral, ainda que eles não tenham declarado de forma explícita os princípios metodológicos, aqueles se constituíram a partir de

⁴⁸ Kuhn (2013) substitui o termo “paradigma” pela expressão “matriz disciplinar”. De toda forma, Blaug (2016) sustenta que deveríamos nos centrar na concepção de Kuhn acerca das “revoluções científicas” como importantes fraturas no desenvolvimento da ciência, sobretudo, a percepção de uma ausência difundida de comunicação durante momentos de “crise revolucionária”

⁴⁹ Da mesma forma que Popper, Lakatos estaria convencido de que descobertas científicas seriam impossíveis sem compromissos metafísicos (BLAUG, 2016, p. 76).

⁵⁰ Segundo Blaug (2016), podemos elencar aqui autores como Adam Smith, John Stuart Mill, John Elliot Cairnes, John Neville Keynes, David Ricardo, Thomas Malthus, Alfred Marshall, entre outros.

uma crença de teoria de estágios da história, centrando-se entre modos ou tipos de produção econômica, e também em certos princípios eternos da natureza humana conjugados através da simplicidade e elegância das ciências físicas.

Em suma, tracemos pontos sensíveis de quatro autores da economia clássica. Adam Smith, considerando o papel fundamental da solidariedade entre os seres humanos em sua obra *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), e o comportamento egoístico em *A Riqueza das Nações* (1776), faz uma tentativa deliberada de aplicar o método newtoniano à ética e depois à economia. David Ricardo e sua busca exclusiva pelas implicações do equilíbrio a longo prazo, tornou-se advogado assumido do modelo de explicação hipotético-dedutivo deixando como legado a mensagem de que economia seria uma ciência devido à certeza de seus resultados, não por causa dos métodos de investigação.

Thomas Malthus e sua teoria da pressão populacional pela subsistência é baseada no princípio de “paixão irracional” do homem em se reproduzir o que não se coaduna com a ideia do agente racional. Por fim, Stuart Mill e sua concepção do “homem econômico” parte de duas grandes contramovitações – a aversão ao trabalho e o desejo do desfrute dispendioso – para assumir que a humanidade estaria na busca constante pela riqueza, princípio interpretado como condição primeira da filosofia da ciência econômica. (BLAUG, 2016, p. 98–102).

A concepção do homem econômico pode ser considerada a mais sensível porque, Stuart Mill, ao caracterizar a economia política como uma ciência essencialmente abstrata, coloca-a em um corpo de análise dedutiva abstraindo as premissas psicológicas de todos os aspectos não econômicos do comportamento humano. Circunstâncias que venham a existir, mas que ainda não tenham sido examinadas pela ciência, seriam consideradas causas perturbadoras, ou seja, elas não influenciariam a análise em questão, salvo houvesse uma “discrepância entre nossas instituições e o fato real” assim “teria chamado nossa atenção para alguma causa perturbadora importante que tivéssemos negligenciado” e revelado que “que a própria base de todo o nosso argumento é insuficiente” (MILL, 1967, p. 332, apud BLAUG, 2016, p. 103–104).

O verificacionismo de Mill aqui presente constrói a base das leis de tendência que leva os economistas modernos à atração pelas cláusulas *ceteris paribus* invariavelmente relacionadas às “leis” econômicas. O ponto principal aqui, por conseguinte, não é dispensar a condição *ceteris paribus* de qualquer teoria científica (seja das ciências naturais ou ciências sociais), já que é necessário assumi-la sempre que uma relação causal esteja sendo testada, e sim que, partindo da filosofia da ciência econômica clássica, as referências para a construção

de seu arcabouço teórico-filosófico parte do método dedutivista e, portanto, excluem ou não consideram as instituições como variáveis na análise comparativa.

Como Blaug observou (2016), a análise ricardiana se tornou rapidamente datada em seu tempo, sobretudo, porque Ricardo não construiu uma teoria que explicasse o progresso técnico, nem as flutuações do orçamento familiar do trabalhador médio e nem sobre a disposição das famílias de controlar seu tamanho. Conforme Blaug:

(...) rendimentos decrescentes na agricultura britânica estavam sendo ofuscados por desenvolvimentos técnicos conforme evidenciados pelos preços do trigo em constante declínio a partir dos altos níveis de 1818; os aluguéis provavelmente não subiram durante os 25 anos transcorridos entre a morte de Ricardo em 1823 e a publicação do *Princípios* de Mill em 1848, seja por hectare ou por fração relativa da renda; os salários reais certamente subiram nesse período; e a população cresceu mais lentamente na Inglaterra no período 1815-1848 do que no período 1793-1815 (BLAUG, 2016, p. 111).

A economia neoclássica, na verdade, tende cada vez mais a se transformar em um objeto de conhecimento independente, isolando-se de outros sistemas analíticos e de outras ciências sociais. Indubitavelmente, observamos que a teoria econômica foi construída a partir do papel predominante do individualismo metodológico, da formalização e da matematização seguindo uma longa tradição análoga à mecânica pela busca dos níveis de equilíbrios estáveis insistindo, normativamente, numa explicação da lógica racional em condições de escassez, sob a tutela da racionalização da conduta humana.

Os críticos têm direcionado contra as concepções metodológicas inerentes à abordagem de equilíbrio, e isso pode ser aplicado de forma válida à Escola Histórica Alemã, à Marx (em certa medida) e à Economia Institucional, cujas primeiras críticas se remetem à teoria clássica da economia. Dentre elas, o ponto crítico em comum é de que a produção, a distribuição e a reprodução-distribuição-reprodução, isto é, os processos econômicos não podem ser analisados e entendidos como oclusos, como sistemas autossustentáveis, autorregulados e independentes, alheios ao ambiente físico e social, aos quais o sistema econômico é parte e é subsidiado por inúmeras interdependências recíprocas.

Como explana Kapp (2017, p. 227), “os críticos têm sempre estado mais ou menos abertos para outras ciências sociais e naturais. Isso se aplica especialmente aos economistas institucionais”. O dever ser da ciência econômica é, para Gruchy (1947, p. 550-552 apud KAPP, 2017, p. 228–229), centrar-se em problemas como a interdependência de uma gama de variáveis

dentro de um processo dinâmico de relações humanas e socioculturais que são reflexos dos modos variáveis de produção, distribuição e reprodução social.

A abordagem institucional tem como premissa o estudo da evolução dos processos sociais e de sistemas sociais, logo, questões relacionadas às inovações, ciência e tecnologias, conflitos de interesse, poder e coerção na vida social e econômica estiveram incluídas nas suas investigações. A exemplo, na obra *Theory of Business Enterprise* (1904), Veblen estabelece que o sistema industrial se configura como a estrutura material da civilização moderna e a empresa de negócios é a força propulsora que anima essa estrutura.

Em outras palavras, é a empresa de negócios, organização econômica moderna do sistema capitalista, e suas características que, através do processo da máquina e do investimento para o lucro, que resultam nas forças que dominam a cultura moderna. Como descreve Kapp (2017, p. 229), as distinções entre as formas prévias e modernas das organizações e civilizações seriam dadas pelo ritmo da inovação, tecnologia e dominação dos processos econômicos pelo processo da máquina que afetariam todo o resto do sistema industrial. Configurada esta interligação, Veblen desenvolve seu princípio da integração da interdependência circular dentro de um processo de causação cumulativa⁵¹.

Veblen utilizou e desenvolveu seu princípio da causação cumulativa⁵² a partir da análise da função da classe ociosa, do papel da tecnologia e do crédito e suas relações com os ciclos econômicos e inflação de todos os valores monetários. Entretanto, coube a Gunnar Myrdal (1960) desenvolvê-lo de maneira sistemática e estruturá-lo de forma analítica como alternativa para o campo das relações sociais.

Para mostrar a importância e as implicações do princípio de causação circular cumulativa, Myrdal (1960)⁵³ faz uma análise da interpretação do processo de

⁵¹ O princípio da integração da interdependência circular em um processo de causação cumulativa teve um papel preponderante na teoria de Malthus sobre a análise do crescimento e declínio das populações; na teoria de Thunen sobre a tendência do salário dos trabalhadores manuais ao nível de subsistência, e; na teoria de Marx sobre a interação recíproca entre as “relações de produção”, as “forças produtivas” e a “superestrutura ideológica” (KAPP, 2017).

⁵² O princípio da causação cumulativa e interdependência circular visa, a partir de uma explicação lógica, compreender o porquê das mudanças relativamente “sutis”, em certas condições, serem capazes de causar transformações ou efeitos comparativamente “profundos” em processos socioeconômicos e ecológicos (KAPP, 2017, p. 239).

⁵³ A obra de Gunnar Myrdal é associada ao desenvolvimentismo clássico, uma vertente da ciência econômica que passa a questionar as teorias das vantagens comparativas ricardianas do comércio internacional. Segundo Myrdal, não é válido, nem natural, o resultado da convergência da riqueza e desenvolvimento econômico através das trocas internacionais. Destaca também que a mudança de interpretação de “nações atrasadas” para “nações subdesenvolvidas”, vai além do adjetivo. Enquanto o primeiro conceito alude a um caráter estático, o segundo está

subdesenvolvimento a partir de condições relevantes como: produtividade; condições de produção; atitudes em relação à produção, ao trabalho e à vida; instituições; e políticas e legislação. Isto é, o princípio da causação circular considera haver uma receptividade mútua entre as condições e estas possuem a capacidade de reagir às mudanças de um ou vários elementos. Acerca da importância deste princípio para o institucionalismo, Kapp (2017) salienta:

É essa interação circular e cumulativa que configura a dinâmica do sistema que a análise institucional tem de elucidar e determinar. (...) é essencial estudar as inter-relações circulares específicas entre os diferentes fatores e condições antes de ser possível definir objetivos, desenvolver critérios de escolha adequados, e tomar decisões considerando as estratégias de longo prazo, bem como políticas específicas de desenvolvimento (KAPP, 2017, p. 235).

No bojo da moderna teoria econômica, percebe-se um aumento do papel e da importância das instituições nas diferentes abordagens teóricas e em diversos ramos da ciência social. Interpretadas ora como regras do jogo, ora como organizações, ou mesmo hábitos e normas que interferem na vida econômica, as diversas interpretações teóricas e analíticas buscam conceituar as instituições, do ponto de vista macroeconômico e, sobretudo, microeconômico. “Institucionalismo é tido como uma linha de pensamento oposta ao neoclassicismo semelhante ao marxismo em alguns aspectos e vinculada ao evolucionismo” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 27).

A inexistência de um núcleo teórico definido e convergente, torna a abordagem institucionalista bastante heterogênea e justamente a multiplicidade de conceitos que transparece a riqueza do pensamento dessa abordagem (SAMUELS, 1995). Neste sentido, a ideia de utilizar o arcabouço institucionalista é voltado para explicar uma nova categoria de capitalismo: o capitalismo ibérico.

relacionado ao caráter dinâmico, fruto da própria reflexão dos países pobres que começaram a reivindicar após a Segunda Guerra Mundial, para além da liberdade e igualdade de oportunidades, o desenvolvimento econômico. Neste sentido, não haveria uma convergência natural ao desenvolvimento, mas uma tendência de afastamento do estado de equilíbrio, explicado pelo próprio processo de causação circular cumulativa que, uma vez compreendido os fatores econômicos e não econômicos e interrelacioná-los, seria possível canalizar os efeitos positivos ao desenvolvimento. “É precisamente no âmbito dessa grande parte da realidade social que a análise econômica deixa de fora pela abstração dos fatores “não econômicos”, que a premissa do equilíbrio cai por terra. Esses fatores não econômicos não podem ser tidos como consumados e estáticos; as suas reações se fazem normalmente por meio de desequilíbrios” (MYRDAL, 1960, p. 89).

CAPÍTULO 3. O CAPITALISMO IBÉRICO E OS FENÔMENOS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA

O processo de desenvolvimento dos países ibéricos, ao passo da consolidação como Estados-Nação, compete no quadro do comércio internacional dentro de bases institucionais e estruturais de forma secular, colocando os respectivos Estados no papel de agente inovador sob ótica schumpeteriana. O presente capítulo aborda o conceito e os determinantes de uma nova categoria de capitalismo sob o olhar do institucionalismo: o capitalismo ibérico.

Além disso, a categoria de capitalismo ibérico - a partir dos aportes do estruturalismo e neoestruturalismo latino-americano - pode contribuir para a compreensão dos atuais processos de especialização produtiva do Brasil e do México, respectivamente, a reprimarização e a maquilização

3.1 O CAPITALISMO IBÉRICO: CONCEITO E DETERMINANTES

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a Península Ibérica, dada a sua dinâmica interna no que compete à formação política, econômica e social, estava imbricada a buscar recursos cada vez maiores, à medida que iam se consolidando os Estados-Nação, Portugal e Espanha. A instabilidade política do século XV edificaria, portanto, as bases transacionais compostas pelas diferentes elites e que resultariam em sistemas políticos distintos que surgiriam na Península (FITZ; MONTEIRO, 2018; YUN-CASALILLA, 2019).

Como explica Yun-Casalilla (2019), as mudanças ocorridas no século XV e XVI nas economias europeias foram fruto da convergência de forças globais, como resultado do desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram as conquistas oceânicas e a expansão ultramarina. Fundamentalmente, contudo, foram as transformações internas que ocorreram nas instituições que regulavam a vida social, desde os direitos de propriedade até os sistemas políticos.

Ademais, as disputas entre as elites europeias iam além do campo de batalha, com reivindicações de prestígio e com esforços pela imortalização de suas linhagens e, portanto, segundo Yun-Casalilla (2019), elas competiam no campo do exótico, no sentido de superar seus rivais pelo consumo de especiarias orientais e sedas, na experimentação de efeitos estéticos e hedonísticos de produtos extremamente caros que viam do Oriente. Entretanto, pela esfera do meio circulante, o contato com esses produtos advindos do Oriente fez aumentar a demanda por

prata, principalmente quando a China passa a cobrar tributos comerciais neste metal, fazendo com que aumentasse a demanda mundial por aquele.

A fertilização transcultural foi crucial para a expansão dos países Ibéricos. Os diversos intercâmbios culturais e científicos entre as civilizações do Mediterrâneo foram cruciais para dar vazão à vocação atlântica de Portugal, cuja razão da expansão não estava ligada à necessidade de alimentos, haja visto que a população de Portugal estava estagnada desde a Peste Negra (COSTA, L. F.; PALMA; REIS, 2015). A expansão se dava pela busca de entrepostos comerciais e de controle da circulação de metais preciosos, eliminando os intermediários. Assim se motivou a conquista de Ceuta em 1415, a exploração da costa do Saara e das ilhas Atlânticas, Ormuz e Macau (COSTA, L. F.; PALMA; REIS, 2015; YUN-CASALILLA, 2020).

De modo geral, o crescente comércio e princípio de globalização, tornava a Europa cada vez mais demandante de dinheiro, que não seria apenas necessário para o comércio de longa distância, mas para operações mais modestas, mesmo que isso significasse o uso de moedas de cobre, consideradas de baixo valor. Tal instabilidade monetária provocaria um déficit monetário – sobretudo puxado pela demanda das elites por bens do advindos do Oriente que provocaria uma drenagem contínua de metais para fora da Europa – que não seria superado pelos canais já estabelecidos de obtenção de ouro e prata.

Neste sentido, a Europa foi testemunhando um novo modelo de expansão econômica, com raízes na vinculação entre as economias camponesas ao mercado e ampliação do espectro de atividades produtivas; maior fluidez e organização do comércio terrestre com a interligação ao comércio marítimo que também foi apresentando avanços na sofisticação e segurança do comércio internacional. Se por um lado, as diferentes trajetórias políticas, institucionais e econômicas encontradas na história da Europa Ocidental até o século XIV e XV pode suscitar que os reinos ibéricos não apresentaram paradigma excepcionalmente único, por outro lado surgiram vários modelos sutilmente distintos. De acordo com Yun-Casalilla:

The Iberian kingdoms had been the great protagonists of the phase of globalization that initiated the 'rise' of the West. This was in part due to the convergence of global forces (the circulation of technical knowledge and previous commercial development) but can be explained above all by the action of forces and needs that were present across all of Europe and that would materialize in Iberia in a very specific way. The elite's need for consolidation and extension, and in particular the needs of the nobility, had been at the root of the first leap into the Atlantic and can be seen as little more

than a continuation of previous actions and practices typical of the Reconquista. The involvement of the peninsula in ever-expanding commercial routes, allied to changes in the institutional system and property rights, had helped the economic recovery and brought about a certain relaxation of the tensions between the social classes. At the same time, important lines of tension were emerging: the fight for the royal demesne, the debate over the use of the kingdom's resources, and the importance of royal patronage, thanks to its increased ability to capture resources and consequent tensions over their use, were among the most important of these points of prospective conflict. In any case, and despite the difference between them, two exceptional powers—Castile and Portugal—were emerging, both driven by clear expansive vocations and able to nullify internal tensions as they established their respective empires. The different institutional patterns that would condition the political economies of the Iberian World were more or less consolidated by 1520 (YUN-CASALILLA, 2019, p. 48–49).

A questão imediata é a respeito da globalização promovida pelos impérios ibéricos que acabaria incentivando e transformando o comércio entre as regiões da Europa. O aumento da circulação monetária foi um dos motivos das revoluções dos preços que acometeram a Europa a partir do século XVI e na primeira fase dessa globalização, a criação de mercados ultramarinos muito dinâmicos para os produtos industriais europeus não parece ter sido a base para tal globalização. Ademais, a prata americana foi rapidamente utilizada pelos europeus – sobretudo pelos países ibéricos – como forma de equilibrar a balança comercial com a Ásia. Do ponto de vista comercial, observou-se um processo do aumento de circulação de mercadorias a nível global e, em particular, com destino à Europa; e um aumento exponencial do tráfico escravos.

As was the case for Europe as a whole, incipient globalization may have induced a series of changes of great importance in patterns of consumption. The ever-easier access to foreign products, the expanding availability of methods of payment, and the increase of income derived from domestic economic growth would activate the demand for products of all kinds in the Iberian kingdoms. The rise of prices in the Iberian Peninsula must also have attracted foreign manufactured products. The fact that this economic growth was accompanied by the development of access to easy credit for privileged groups would give further impetus to a form of ostentatious consumption that was already prominent in the societal mores of the time and which was satiated primarily with exotic, rare, or expensive goods usually sourced from abroad. The growing devotion of Iberian aristocracies and elites to the culture of the Italian and Flemish Renaissance would pull in the same direction (YUN-CASALILLA, 2019, p. 84).

Para além do padrão de consumo, a globalização provocada pela contribuição da inserção da América, da costa africana e da Ásia para o crescimento do comércio, não interrompeu o padrão de desenvolvimento polinuclear do século XV. As sociedades ibéricas não se moveram para a semiperiferia dessa economia do Novo Mundo e, portanto, o quadro institucional foi crucial, já que os mecanismos informais de criação de confiança e redução de risco, segundo Yun-Casalilla (2019), parecem ter sido eficientes, ao observar as redes de comércio baseadas em acordos pessoais, laços familiares e reputação; os benefícios se mostraram com mudanças institucionais e se manifestaram em melhorias no sistema de justiça, contratos, uso de dinheiro, organização comercial internacional e comércio inter-regional. Entretanto, tais mudanças acabaram amarrando os países ibéricos em armadilhas, com novas instituições sobre a propriedade, atrasando o processo que conduziriam à industrialização.

É importante frisar que não se trata de apontar para uma possível incapacidade de gerar desenvolvimento tecnológico. Pelo contrário. Como relata Yun-Casalilla (2019, p. 101–102), as inovações e modernizações na indústria e no setor de mineração da Inglaterra tiveram origem nos avanços dos estudos na Península Ibérica. Da mesma forma, a tecnologia naval ibérica influenciou no desenvolvimento da navegação holandesa, bem com as técnicas financeiras castelhanas (que tinham origem italiana, principalmente com os genoveses). Em termos de coeficiente de urbanização - o indicador mais confiável de crescimento econômico nas sociedades pré-industriais e que representa a proporção da população total que não vive da agricultura - o autor sustenta que foi acelerado tanto para Portugal quanto para a Espanha, com uma distribuição do trabalho urbano centrado em atividades da indústria e serviços, além de uma produtividade do setor rural que foi capaz de alimentar uma proporção maior de pessoas que viviam nas cidades.

Não obstante, a integração dos mercados e o dinamismo dos setores agrário e industrial não foram capazes de conduzir à formação de uma rede urbana pan-ibérica. Ao contrário disso, surgiu uma série de sistemas urbanos regionais ligados ao desenvolvimento do setor externo. Em outras palavras, as economias regionais ibéricas não foram capazes de constituir um mercado interno completamente integrado.

Segundo Yun-Casalilla (2019), ao analisarmos a estrutura institucional de forma mais detalhada, demonstrou-se que a economia política por trás desse processo correspondeu a sistemas institucionais que são normalmente considerados muito ineficientes, pois uma parte importante das receitas da classe senhorial e das grandes instituições eclesiásticas provinha de impostos enraizados no privilégio e na coerção e não na comercialização direta da produção

dos latifundiários. Neste sentido, é importante dizer que não era questão de ter instituições boas ou ruins, e sim na combinação delas com os fatores ecológicos e mudanças externas ligadas ao comércio internacional. Então é a inserção e a criação de um novo sistema econômico em que o mundo vivia fases de transição em uma velocidade que não daria para acompanhar as transformações políticas, econômicas e sociais.

Em suma, a rápida expansão ibérica foi o conhecido desenvolvimento comercial, a busca de ouro e prata e novas rotas para a Ásia, o impulso missionário e assim por diante. Também famosas são as sofisticadas tecnologias marítimas e armamentos dos povos ibéricos, cujo desenvolvimento pode estar associado ao encontro de culturas e aos processos interculturais e à transferência de conhecimentos que ocorreram na Península Ibérica na Idade Média. Destarte, essas sociedades formaram o embrião da expansão europeia, sendo o advento da superioridade naval a chave necessária, ao mesmo tempo em que a mesma também foi a principal limitação, já que não houve avanço nenhum no exercício de controle militar dos territórios.

O papel decisivo da competição entre as nações no desenvolvimento econômico e político da Europa também pode ser aplicado à realidade da Península Ibérica no período da formação e consolidação dos Estados-Nação de Portugal e Espanha. Tanto o rei de Portugal quanto seu rival estavam tentando canalizar e controlar as tensões internas em seus respectivos reinos. Na realidade, tal disputa foi consequência das relações de solidariedade e conflito que existiam entre as nobrezas, aristocracias, cidades e a Igreja, todos competindo entre si e com a Coroa pelo controle dos recursos, diferentemente das economias capitalistas avançadas que são caracterizadas por um Estado que regula a competição de mercado, sendo a competição política entre os agentes sociais pelo controle e expansão de seus recursos econômicos, políticos, militares e religiosos.

Portanto, a estrutura política, econômica, social consubstanciam um tipo de capitalismo particular, observado, não mais pela ótica do indivíduo, mas pelas relações na esfera social que, ao mesmo tempo, vão inserindo a América Latina na dinâmica capitalista. Um sistema capitalista do tipo ibérico.

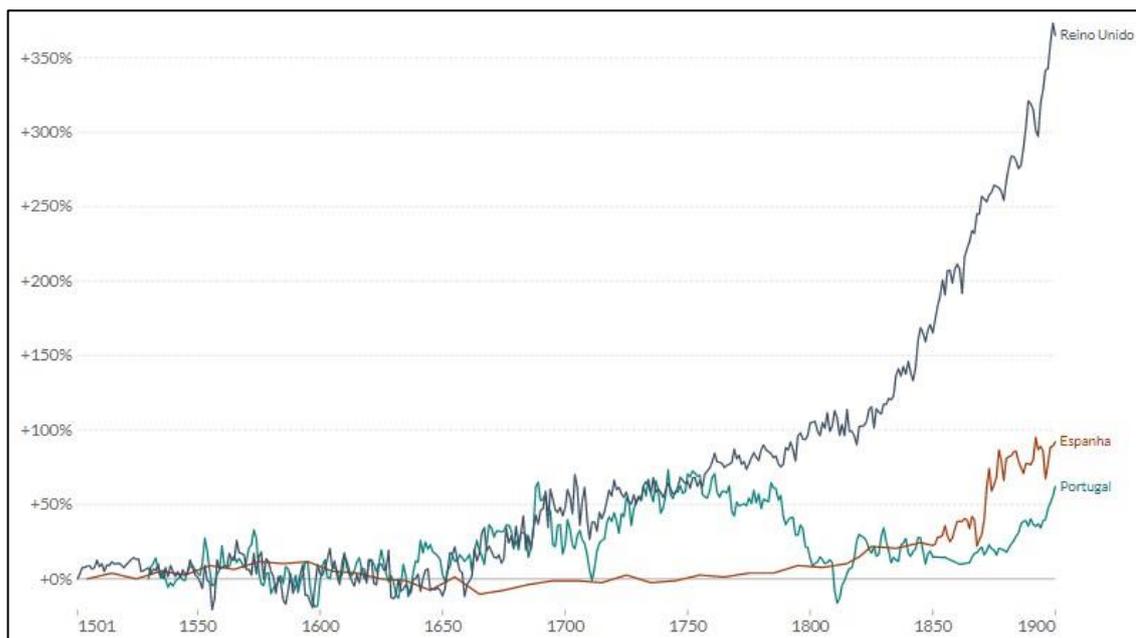
Na esteira do desenvolvimento dos países ibéricos, havia um outro tipo concorrente de desenvolvimento apoiado na produção de bens manufaturados. O processo de industrialização na Inglaterra, a ampliação do mercado consumidor e de novas fronteiras de comércio, além do desenvolvimento do sistema financeiro, ensejaram na expansão da produção de bens

manufaturados. Desta forma, vão se consolidando dois movimentos díspares de capitalismo: um capitalismo essencialmente mercantil, liderado por Portugal e Espanha; e um capitalismo industrial liderado pela Inglaterra. A partir desta ideia, constrói-se um capitalismo ibérico que se enseja sob instituições ibéricas (CLARK, 2008; GERSCHENKRON, 2015; SZMRECSÁNYI, 2001).

O primeiro trabalho que traz o termo “capitalismo ibérico” é o de Manfred Kossok de 1973, intitulado *Common Aspects and Distinctive Features in Colonial Latin America*. Neste trabalho, Kossok (1973) traça o esforço de se compreender a América Latina a partir dos múltiplos fatores regionais e nacionais, contrapondo a ideia de inserção da região no contexto pós-1492 numa espécie de continuação transatlântica. Entretanto, o autor aponta que na América Ibérica, os colonizadores europeus originais incorporaram um alto grau de feudalização no processo de colonização, mas um tipo de feudalismo colonial tardio.

As guerras de independência a partir de 1810 na América Latina assumiram um caráter de revolução nacional cujos objetivos eram a transformação da estrutura econômica, política e social, incorporando um confronto de classes e um conflito com a metrópole, inseridos no contexto da revolução mundial burguesa. A questão nacional se fundia com a luta pela independência política do Estado, porém, segundo Kossok, a revolução não foi completada porque, em seu conteúdo social, não foi realizada a eliminação radical da estrutura feudal colonial.

Apesar dos esforços de Kossok em interpretar a América Latina e sua estrutura colonial, não é possível afirmar que a região tenha passado por um sistema feudal, haja visto sua vinculação ao próprio nascimento do sistema capitalista. Um espaço com suas idiossincrasias, pertencente à esfera da reprodução do capitalismo a nível global. Capitalismo ibérico se reflete pela origem institucional e cultural a qual foi inserida no modelo econômico das colônias vinculado às metrópoles ao comércio internacional e, portanto, este tipo de capitalismo vai no sentido de contrapor a ideia de continuação transatlântica das principais potências, porque não colocam no mesmo ponto de desenvolvimento capitalista dos países latinos, mas como resultado dos processos sociais de sua origem.

Gráfico 1: Variação do PIB Per Capita, 1501 a 1900

Fonte: Maddison Project Database 2020⁵⁴

Como podemos observar no gráfico 1 que, até meados de 1750, o modelo de desenvolvimento orientado pelos Estados ibéricos – nos quais poder de controle e organização dos meios de produção era preponderante – exigia que o mesmo gerisse e desenvolvesse uma estrutura capaz de administrar uma grande área física que possuía uma capacidade produtiva superior ao seu próprio território, cuja eficiência deveria ser manter sistematicamente a máquina produtiva da colônia. O modelo necessário desenvolvido pelos Estados ibéricos foi uma estrutura organizacional dessa gestão dos novos territórios de forma inovadora. Essas inovações institucionais de caráter schumpeteriano permitiram o desenvolvimento de um modelo de exploração/produção e controle altamente eficiente e duradouro, que foi aplicado a todas as colônias da América Latina. Desta forma, extrapola-se o caráter inovador do sucesso das grandes navegações para o processo contínuo de gestão e inovação institucional que possibilitava a maximização dos resultados econômicos da relação metrópole-colônia (ALLEN, 2003; OLIVEIRA, 2018; YUN-CASALILLA, 2019)

De acordo com Bértola e Ocampo (2010), os resultados econômicos oriundos dessa relação foram favoráveis à consolidação e manutenção do modelo aos Estados ibéricos, pois permitia um fluxo de capitais contínuo para a metrópole que possibilitava a expansão

⁵⁴ Disponível em: <<<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020>>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

econômica que engendraria Portugal e Espanha em potências hegemônicas por um longo período. Dessa forma, a partir desta fase apoiada na lógica do capitalismo ibérico, o capital sobrepuja as outras relações de materialização, ao mesmo tempo, altamente reforçado nas relações de exploração, que, apesar de pré-industriais, já eram capitalistas. Portanto, depreende-se o modelo de “capitalismo ibérico” cujas principais características eram a forte atuação e a centralidade do Estado nas relações de produção (OLIVEIRA, 2018).

É importante destacar que a categoria “capitalismo ibérico” se limita a abordar as relações dos países ibéricos com as colônias da América Latina. Não obstante, inaugura-se uma agenda para entender se tal categoria poderia servir de explicação, a partir de sua estruturação quanto conceito, às outras regiões que estiveram sob domínio colonial dos países ibéricos.

Kossok (1973, p. 14) coloca o capitalismo ibérico como sinônimo de uma re-feudalização da América Latina, apesar do autor defender que a experiência não tenha sido a de um “feudalismo puro”, nem uma simples reprodução das relações produtivas vigentes na Espanha e em Portugal. Entendemos que a nem a América Latina estava no processo de feudalismo (muito menos a versão pura), tão pouco estava na frente do processo de desenvolvimento capitalista orgânico (no processo de inovação). Portanto, a ideia de um “capitalismo ibérico” é justamente posicioná-lo na mediana entre desenvolvimento do capitalismo orgânico e do feudalismo tardio dos países ibéricos. Portanto, a ideia de “capitalismo ibérico” é interpretar como o elo entre o desenvolvimento do próprio capitalismo central essencialmente schumpeteriano aliado ao mercado global capitalista, sob relações produtivas essencialmente capitalistas.

Destarte, o conceito de capitalismo ibérico está relacionado à ideia de *lock in* promovida por Schumpeter (2006), cujo argumento se baseia nas instituições e no processo de acumulação, exploração e reprodução do capital eficiente e suficientemente longínquo que possibilitaria a indução dos Estados Ibéricos em uma zona de conforto, dissociando-os do processo de consolidação da Revolução Industrial. Em outras palavras, tais Estados se concentraram nas ações de melhoria do modelo de exploração típico do capitalismo ibérico, enquanto renunciaram à corrida técnica associada à Revolução Industrial (OLIVEIRA, 2018).

É válido também apontar que a ideia de capitalismo ibérico nem concorre, nem invalida as outras categorias consolidadas como: tardio, periférico, avançado, mediterrâneo, financeiro, industrial, mercantil, latino-americano, capitalismo democrático, entre outras. O conceito de capitalismo ibérico, tampouco, não coloca e nem qualifica a cultura de um povo,

definindo-a como essencialmente boa ou ruim. Afasta-se do determinismo e da racionalidade do indivíduo, porque centra a análise no caráter das instituições, cujos traços culturais e hábitos mentais subsidiam aquelas, o que torna a estrutura da produção material e reprodução social dentro de uma esfera mais ampla que é a sociedade, já que afinal, os indivíduos são seres essencialmente sociais.

Por fim, não se faz uma defesa dos valores ibéricos essenciais para a retomada do desenvolvimento capitalista como aponta Morse (1988). Ao contrário, é da forma como Schwartzman⁵⁵ (1989) entende e não se faz nenhum apelo a um modelo ultrapassado de desenvolvimento. Capitalismo ibérico serve para conceituar uma estrutura institucional no qual um determinado tipo de capitalismo foi engendrado, correlacionando as diferentes esferas: sociais, políticas, econômicas, religiosas, jurídicas etc.

O pensamento estruturalista cepalino pode ser entendido com a primeira tentativa de pensar os gargalos de desenvolvimento da América Latina a partir de uma análise histórica e as consequências da sua formação social, econômica e política. Contudo, o desenvolvimento de tal pensamento ainda se mostra influenciado pelos postulados neoclássicos.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO ESTRUTURALISTA CEPALINO

O entendimento do desenvolvimento desde uma perspectiva estruturalista é um marco no pensamento latino-americano acerca das questões que afligem a região. A observância da dificuldade de produzir bens intensivos em capital, revela a incapacidade de investimento necessária para se gerar o dinamismo econômico. O início da elaboração de uma doutrina a partir da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - necessidade de um protecionismo estatal, industrialização por substituição de importações, mercado multilateral para superar os constrangimentos estruturais - traz a ideia de um desenvolvimento, a priori, numa perspectiva evolutiva, modernista, na qual a industrialização seria natural e imprescindível.

Ora, a materialização da dependência se dá pelos próprios empréstimos internacionais necessários para promover as reformas de infraestrutura, os investimentos, manter as contas

⁵⁵ Schwartzman (1989) aponta como o Estado Ibérico, aliado à Igreja, ao passo que construía um modelo capitalista na rebarba da fronteira tecnológica, foi se desnaturalizando na essência econômica, mantendo a mesma estrutura política e institucional. Somente utilizando a matriz do Estado Moderno democrático, porém sem considerar seu passado desigual, deixando a luta apenas no campo político.

públicas, dentre outros. A industrialização como fim por si só, não foi suficiente, tão pouco foi reduzida a um projeto modernizador. Reconhecia-se o caráter emancipatório, porém variáveis como a percepção da natureza humana, da possibilidade da mudança, da metodologia, dos fatores internos e externos, colocaram em xeque os projetos e os meios capazes de levar ao desenvolvimento.

A transculturação e a rápida ocidentalização, conforme Echavarría (2000) aponta, é fruto de um processo imbricado pela industrialização, sobretudo, na aceleração sob moldes da germinação da Revolução Industrial, isto é, a estruturação econômica a partir deste fato histórico é algo a ser bastante ponderável na determinação dos processos de desenvolvimento atuais para a região latino-americana. As marcas das mudanças paradigmáticas após a revolução estão presentes, logo, os discernimentos sobre a política e o Estado ainda estão confrontados com as mudanças causadas pelo processo de industrialização e qual caminho a região segue. Nesse sentido, o processo/nível de industrialização ou desindustrialização é um encadeamento atual consignado com o projeto de desenvolvimento, dada a aceleração e a inclusão da região no processo de industrialização e a sua própria formação social e política.

A crença na Revolução Burguesa na América Latina como a constituição de uma classe que poderia compor o desenvolvimento via industrialização no confronto com o latifúndio – caracterizado como causador do atraso, da desigualdade social e do bloqueio ao desenvolvimento – precedia também de uma reforma agrária orientada pelo Estado-Nação moderno e democrático, moldada pela Revolução Mexicana de 1910. As etapas do processo de substituição de importação para a construção do projeto da industrialização tornaram-se conflituosas quando o Estado precisava edificar-se via apropriação das divisas das exportações, pagando aos exportadores em moeda nacional.

A sobrevivência do modelo exigiu uma aliança entre a burguesia industrial e a burguesia latifundiária (oligarquias tradicionais), porém, isso acarretou sérios problemas para aquela, pois, a falta de dinamismo atravancava o mercado interno. Logo, a burguesia industrial não conseguia vender nem produtos, nem meios de produção para a massa que se encontrava na agricultura, ou seja, não conseguia expandir a demanda interna. Então, foi criado um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico da região. Limitou-se a dimensão da Revolução Burguesa, abandonando o projeto inicial para que se gerasse dinamismo no mercado interno. Em outras palavras, foi uma articulação política para a sobrevivência da elite latifundiária (SANTOS, 1994).

O dualismo estrutural (centro x periferia) não seria o suficiente para validar o estruturalismo cepalino. Ademais, não foi construído pela ruptura de se buscar o desenvolvimento, ele sempre existiu devido ao seu próprio processo interno de desenvolvimento. Assim, segundo Echavarría (2000), as transformações ocorridas na América Latina seriam resultado de três processos independentes e que, em parte, coincidem: i) transformação econômica, a partir da mudança na composição da demanda e o surgimento de uma nova classe dirigente a partir da década de 1950; ii) integração nacional, a partir do processo interno no seio da divisão cultural em três mundos (o indígena, o tradicional e o moderno), e; iii) integração supranacional, a partir da necessidade externa, isto é, pela própria globalização, fruto do processo de concentração e do sistema econômico.

Ainda que o estruturalismo tenha identificado as tendências desfavoráveis que promoviam o atraso do desenvolvimento e que o neoestruturalismo tenha avançado com relação ao estruturalismo clássico - a partir de uma preocupação maior à estabilidade macroeconômica e os efeitos dos fluxos financeiros, uma atenção à sustentabilidade ambiental conjuntamente à necessidade da criação de sistemas nacionais de inovação e de núcleos endógenos de progresso técnico – existem insuficiências que esta última corrente apresentou: uma dificuldade em definir os projetos ou estratégias conectadas à processos históricos concretos e uma falta de atenção ao investimento em capital fixo.

Em outras palavras, concluído o processo de industrialização, não existiu uma estratégia comum para todos os países a partir do fortalecimento das políticas neoliberais na região, como também, a variável investimento – que define o padrão de desenvolvimento, uma estratégia viável capaz de conectar as políticas macro e microeconômicas, de conectar o setor produtivo ao setor financeiro, de conectar o passado ao futuro – perdeu a estratégia de caráter nacional.

Um marco histórico importante que insere a América Latina noutra patamar em escala econômica internacional foi o fim da Segunda Guerra Mundial. Foram várias mudanças estruturais no campo das relações internacionais, sobretudo no espaço científico, político e ideológico que estaria por vir. A região se constitui novamente num espaço importante de ressignificação e desenvolvimento do mundo.

A debilidade das potências europeias, a lógica da corrida bélica, a derrubada de impérios coloniais, a multiplicidade de estados e suas reivindicações para o reconhecimento de suas soberanias e independências, são algumas das inúmeras vicissitudes ocorridas após os

conflitos bélicos de escala mundial. O militarismo e a hegemonia alcançada pelos Estados Unidos galgaram a edificação de algumas nações em sobrevida como a Alemanha Ocidental e o Japão. Outrossim, a ajuda financeira ocidental necessária para a supremacia regional da China comunista deu origem a um sistema econômico distinto. O caráter internacional do sistema econômico se foi modificando ao passo dos investimentos públicos e privados dos Estados Unidos que a partir da convergência e domínio das corporações multinacionais, tornaram-se forças dominantes na discussão internacional.

As relações no âmbito internacional, dada a esclerose dos sistemas econômicos conflitantes, colocariam em xeque a luta bipolarizada: o espaço ideológico entre os sistemas, acarretariam na busca acelerada das ciências, principalmente, as ciências sociais, em determinar qual campo hegemônico determinaria o sucesso a reboque. O receio por parte dos Estados Unidos com que o marxismo pudesse cooptar essas novas nações, colocaria em xeque seu próprio processo de desenvolvimento econômico. Sendo assim, “o medo” do qual sentiam era devido à mudança de paradigmas pelas quais se sustentavam as sociedades ocidentais desenvolvidas. Inicia-se, portanto, um ponto congruente de ideias e ideais por boa parte dos acadêmicos norte-americanos voltada para a interpretação do desenvolvimento e de um compêndio sobre as nações que buscavam este estágio (MARTINS, 2006).

Neste sentido, alcançar o mesmo estágio econômico seria passar pela experiência alcançada pelos Estados Unidos. Destarte, os estudos reproduzidos pelos acadêmicos estadunidenses garantiriam e subsidiariam o caminho dessas novas nações (leia-se América Latina), através da transferência intensiva de capital e tecnologia, assim como feita para a Europa, necessária para promover o desenvolvimento econômico.

Desta receita nasce, de forma original, o pensamento crítico sobre o desenvolvimento, já que algumas perspectivas passam a ganhar destaque no debate: a perspectiva da modernização, a perspectiva da dependência e a perspectiva do subdesenvolvimento. Isso não quer dizer que o debate tenha se reduzido a elas, nem que as mesmas tenham parado em seu tempo, mas a influência, a metodologia, a aplicabilidade, as mudanças estruturais, os embates teóricos, os discursos paradigmáticos e os constantes reavivamentos pelos quais algumas ganharam status de teoria, tornaram-nas métodos clássicos.

O estruturalismo é uma interpretação do subdesenvolvimento dos países da América Latina e uma análise de suas dinâmicas econômicas, baseando-se nos contrastes com relação aos países desenvolvidos a partir das estruturas produtivas e sociais. Analisa também a condição

periférica da região com relação às dinâmicas do centro desenvolvido. Já o neoestruturalismo é a adequação do estruturalismo aos tempos de abertura econômica, comercial, financeira, aos processos de privatizações, dentre outros. Se organizou a ideia de transformação produtiva com equidade que é um arcabouço teórico feliz, mas não identifica bem os caminhos que se tem que seguir. Logo, o neoestruturalismo é o estruturalismo.

O próprio prefixo “neo” nos submete a compreender a origem do termo quando se refere ao neoestruturalismo latino-americano. Assim, o estruturalismo traz acepções que contribuem para sua corrente mais recente. A novidade se dá, não no campo de uma ruptura paradigmática, mas a partir de interpretações que, ao longo do tempo, foram encontrando novas diretrizes para análise, resultado das coordenações, intempéries e conjuntos vazios que o sistema econômico capitalista engendrou. O novo estruturalismo, portanto, “bebe” das contribuições que os autores originais dessa corrente construíram agregando novos elementos e apontando as limitações da análise anterior.

A gênese dessas correntes possui uma obra inaugural feita por Raúl Prebisch (2000b) que defendia um olhar para dentro e das especificidades da América Latina. Assim, marca o pontapé inicial para o que se concretizaria como o estruturalismo econômico latino-americano, conhecida como o marco inicial da América Latina no que consiste como um pensamento para o desenvolvimento a partir de sua análise de formação social, econômica e política, cujo objetivo era a transformação econômica da região, consciente de que o processo seria longo e complexo além de um planejamento constante necessário, partindo-se de industrialização acelerada e mudanças institucionais e estruturais - reforma tributária, reforma agrária, investimento estrangeiro, crescimento do comércio -, além da cooperação técnica. De acordo com Bielschowsky (2000a), a CEPAL se aproxima do princípio normativo, no qual o Estado é importante no processo de desenvolvimento econômico nas condições de periferia latino-americana.

Considerado um dos maiores expoentes do pensamento econômico estruturalista latino-americano, Raúl Prebisch inaugura um pensamento crítico, mas de base metodológica marshalliana, de acordo com Soares (2004). Não foi somente a refutação das teorias convencionais da livre-concorrência no mercado internacional que fez com que o autor se tornasse um marco no pensamento econômico latino-americano, e sim seu olhar circunscrito ao mundo de seu tempo, baseado em premissas que não explicavam a realidade de seu contexto econômico, social e político.

Em outras palavras, o monopólio que predominara no mercado internacional, resultado do maior dinamismo de um país em particular, se deixado ao vento, não se transformaria em livre concorrência. É nesse prisma que a industrialização dos países da América Latina através de um comércio multilateral e com ganhos de troca equalizados, passa a ser o ideário de Prebisch. Portanto, não é a contestação da divisão internacional do trabalho, segundo Soares (2004), que marca a proposta da industrialização, mas sim a aplicação marshalliana de caráter reformista para mostrar que as regras do comércio internacional estavam perpetuando um desenvolvimento heterogêneo.

O autor recebia várias críticas, muitas delas referente à participação do Estado como agente primordial neste processo. Seus críticos assentavam na ideia de Estado voltado essencialmente para a construção de infraestrutura e controlador da inflação. Com esta última Prebisch concordava, entretanto rechaçava aquela primeira, pois defendia a presença de um Estado mais ativo no processo de aceleração da industrialização.

É importante frisar que, metodologicamente, a essência da CEPAL possui:

(...) um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que presta-se mais ao método "indutivo" do que a uma "heurística positiva". Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa da CEPAL: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam - mais que determinam - comportamentos específicos, de trajetórias a priori desconhecidas. (...) o enfoque guarda uma interessante correspondência com as interpretações 'institucionalistas', pela importância que confere à organização dos mercados e agentes em condições históricas específicas, e pela insistência nas imperfeições de mercado que essas condições determinam e tornam rígidas (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 21).

Para construir seu argumento, Prebisch também verificou que a elasticidade-renda da demanda variava de acordo com o tipo de bem. Isto significa que se houvesse um acréscimo no nível de renda local, maior seria a demanda por produtos de maior valor agregado. Como a economia dos países latino-americanos era basicamente agrícola, haveria, portanto, um estrangulamento na balança de pagamentos e, tendo como reflexo, um endividamento externo desses países por causa da deterioração dos termos de troca (PREBISCH, 2001).

O autor, então, inaugura o pensamento estruturalista econômico latino-americano e sistematiza suas ideias a partir de alguns aspectos importantes: (i) desenvolvimento de forma desigual do capitalismo a nível global; (ii) crítica à teoria da economia neoclássica do comércio

internacional e; (iii) relações comerciais entre centro e periferia de forma hierárquica (FIORI; MEDEIROS, 2001).

O estruturalismo cepalino é originalmente uma contribuição das ciências sociais para uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina que experimentou trocas teóricas, dialogou e se beneficiou de várias perspectivas que possibilitaram a constituição de um corpo teórico crítico. As identificações do atraso tecnológico, da restrição externa, da desigualdade, da heterogeneidade estrutural, da instabilidade e da economia política das relações de dependência sob o batismo do binômico centro-periferia, consolidaram uma compreensão maior dos obstáculos estruturais do desenvolvimento econômico e social da América Latina (BÁRCENA; PRADO, 2015).

Logo, o cerne da questão encarado pelos estruturalistas seria buscar uma forma de proporcionar o desenvolvimento das economias de base agrária, isto é, como o excedente econômico, a partir da comercialização de bens primários no mercado internacional, poderia criar oportunidades de investimento no setor secundário. Observada a elasticidade-renda da demanda e a deterioração dos termos de troca, a balança de pagamentos poderia criar uma própria restrição ao processo de crescimento econômico quando o ritmo deste esbarra na disponibilidade de recursos externos. Logo, a essa estrutura produtiva dos países periféricos e a tendência dela mesma em reproduzir e perpetuar o sistema foi denominada de estruturalismo.

A CEPAL, ao longo da evolução do pensamento frente aos processos e desencadeamentos da economia mundial, foi-se transformando e readaptando suas medidas frente ao papel do Estado na economia e as orientações às economias periféricas para o desenvolvimento.

Bielschowsky (2000b) aponta que o pensamento cepalino foi dividido em duas perspectivas que se complementaram historicamente: o estruturalismo e o neoestruturalismo. Oliveira e Ebling (2015), a partir de uma simplificação de um quadro analítico elaborado por Bielschowsky, dividiram em dois grandes momentos a teoria da abordagem da CEPAL em: a) histórica e b) contemporânea. A CEPAL histórica se subdivide ainda em quatro gerações: i) a primeira geração, de 1948 a 1960, na qual tinha como a agenda a industrialização; ii) a segunda geração, ao longo da década de 1960, na qual a reflexão das discussões se centra nas reformas; iii) a terceira geração, na década de 1970, na qual se debate os estilos de crescimento; e iv) a quarta geração, na década de 1980, na qual se discute o problema da dívida. Já a CEPAL

contemporânea, a partir da década de 1990, baseia-se na agenda neoestruturalista e suas reflexões se concentram na transformação produtiva com equidade.

Historicamente, o processo de industrialização dos países latino-americanos e emparelhamento ao capital internacional - independentemente das políticas macroeconômicas e dos problemas estruturais dirigidos pelo Estado - afundou com o fim da contração do financiamento externo. Tal ciclo, com início na década de 1960, generalizou-se por toda a região até a década de 1970, quando se dá o freio no financiamento e aumento da crise da dívida externa no começo dos anos 1980. A América Latina, entre 1973 e 1981, absorvia mais da metade da dívida privada destinada ao mundo em desenvolvimento e ainda assim seguia como a região que atraía maiores fluxos de investimento direto estrangeiro (OCAMPO et al., 2014).

Em vista disso, prevaleceram métodos e processo de incorporação de recursos externos, financeiros, tecnológicos, humanos e materiais, até meados da década de 1950, que puderam contribuir para o nascimento de uma indústria essencialmente nacional latino-americana. Contudo, a partir deste período, pós Segunda Guerra Mundial e superadas as crises dos anos 1930, além da expansão acelerada das empresas multinacionais simultaneamente com a nova etapa de substituição de importações na região, deu-se início a uma fase de desnacionalização e sucursalização da indústria da América Latina. A própria industrialização acelerada na região potencializaria a relação de dependência por aumentar o vínculo com o mercado externo, agregada a fatores econômicos e também sociológicos: pela indisponibilidade de forma ampla dos meios de produção ou transferência de renda necessária para se atingir certa razoabilidade no nível de renda; e pelas diversas formas de discriminação social, cultural, política e racial que poderiam impedir o acesso aos meios de produção e transferência (SUNKEL, 2000).

A nova agenda do neoestruturalismo, portanto, consistia de uma “Transformação Produtiva com Equidade” proposta na década de 1990 por Fernando Fajnzylber (1988), rompendo com o pensamento estruturalista anterior, quando da incorporação de teorias neoclássicas de comércio internacional, conceituado como “regionalismo aberto” com medidas de abertura comercial, desregulação e privatização. Assim, o Estado passa a assumir o papel de expectador das forças de mercado, um coadjuvante que perdeu seu papel estratégico de promotor do desenvolvimento.

O autor pode observar que vários países em diversas regiões no mundo com economias equiparadas às dos países latino-americanos conseguiram entrar no hall de países com equidade

no período entre 1970 e 1984. E se perguntou: Por que esses países conseguiram e os da América Latina, não? Seria um problema específico do desenvolvimento latino-americano? Consta que o desenvolvimento para a região é mais fruto de imitação do que um processo de reflexão sobre sua potencialidade interna e carência – a incorporação do progresso técnico seria insuficiente. Em outras palavras, o elemento transformador do desenvolvimento deveria estar acompanhado do progresso técnico independente e inovador. Tal dificuldade de se “abrir a caixa preta” poderia ser mensurada a partir de fatores como: origem da sociedade, fator cultural, econômico, estrutural e institucional (FAJNZYLBER, 2000).

Os fundamentos do neoestruturalismo, portanto, estariam fixados nos conceitos de competitividade sistêmica, isto é, a competitividade é determinada pelo complexo sistema social e os fatores institucionais, políticos e culturais traduzem mudanças na produtividade e na absorção do progresso técnico. Em outras palavras, é através da geração de um “ciclo virtuoso” entre crescimento, progresso técnico e equidade. Assim, a competitividade não é apenas um problema macroeconômico e passa a se inserir numa nova governança da ação pública cujo desafio compete a todos os protagonistas sociais. A otimização dos esforços marginais das firmas frente aos preços relativos não altera o grau de competitividade internacional e o desempenho tecnológico-econômico, já que estes dependem do grau de sinergia e externalidades de diferentes tipos como sistema educativo, infraestrutura tecnológica, relações de trabalho, sistema financeiro, aporte institucional público e privado, dentre outros (FAJNZYLBER, 1988).

Apontou ainda características comuns da industrialização da América Latina que seriam reflexo: da dependência e exportação de recursos naturais; da busca somente pelo mercado interno; da cópia do estilo de vida dos países avançados, e; do não reconhecimento da função empresarial. Como aponta o autor, a natureza e o tipo dos recursos naturais, bem como a prática de gestão empresarial, “influem diretamente nos encadeamentos para trás no setor industrial (matérias-primas, insumos e equipamentos), bem como na demanda de produtos industriais por parte da população” (FAJNZYLBER, 2000, p. 872). Assim, toda contribuição do trabalho do autor é discutir a variável competitividade, não se restringindo às políticas macroeconômicas de estabilidade.

Algumas considerações se integram à análise do enfoque neoestruturalista: os temas fiscais, a liquidez e a regulação da balança de pagamentos, incluída a regulação da conta de capitais. A partir dos anos 2000, esta corrente se articula a quatro grandes áreas: macroeconomia e finanças comércio internacional, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental. Assim,

passa a dar lugar a um programa heterodoxo no que consiste à macroeconomia, desenvolvimentista quanto a alocação de recursos e a intervenção do Estado; universalista no campo social e; conservacionista quanto ao meio ambiente (BIELSCHOWSKY, 2009 *apud* BÁRCENA; PRADO, 2015).

Destarte, pela própria necessidade das reconstruções do pensamento econômico estruturalista latino-americano diante das mudanças ocorridas no mundo e das relações que se constituíram entre centro e periferia, pode-se dizer que o processo de industrialização através da substituição de importações - ainda que tenha sido galgado pela crise das relações internacionais, pela percepção da própria dificuldade de atingir superávits no balanço de pagamentos dos países da América Latina e pela sua construção através de uma política deliberada – permitiu constatar uma integração maior entre os mercados e a criação de novos vínculos, agora poderosos e crescentes, com as economias dos países centrais. Neste processo, a industrialização não libertou a região da relação periférica estabelecida; ao contrário, as economias agroexportadoras foram condenadas a aprofundar ainda mais essa relação, isto é, depender ainda mais desses vínculos dada a sua própria estrutura.

O pensamento estruturalista marca a trajetória de um ideário voltado para o desenvolvimento econômico e social a partir da compreensão de suas especificidades e sua formação social, econômica e política. Os países latino-americanos estão inseridos em um contexto internacional cujas políticas elaboradas e implementadas buscam acelerar um processo de retirada da relação de dependência constituída desde sua origem.

A América Latina sempre esteve inserida no contexto internacional e isso faz parte de sua identidade. As políticas construídas a partir da CEPAL compreendiam na importância de se criar e potencializar as relações de comércio entre os países que a congregam, vinculadas com as políticas internacionais e com as influências das construções teóricas para as políticas de desenvolvimento desses países periféricos. Entretanto, existem algumas limitações perfazem o caminho da corrente neoestruturalista. De acordo com Bielschowsky (2000b) esta corrente foi exitosa em organizar a ideia de transformação produtiva com equidade, mas não identifica tão claramente os caminhos que teriam que construir para romper a relação de dependência. Foram seis décadas de avanços, entretanto, os problemas estruturais persistem, por isso, o estruturalismo está sempre presente na corrente neoestruturalista.

Dos anos 1950 a 1970, identificava-se na industrialização como um caminho a ser perseguido pelas economias latino-americanas. Se antes conforme Sunkel (2000) se

identificava uma baixa diversidade produtiva e especialização em bens primários - um processo que exigia poupança e políticas cambiais e que causava restrições ao crescimento -, agora (no neoestruturalismo) se observa uma inadequada diversidade produtiva e exportadora devido à baixa densidade tecnológica, baixos efeitos de encadeamento, baixa produtividade e oferta de mão-de-obra, restrições ao crescimento. Em todas essas observâncias, os desequilíbrios estruturais, a instabilidade macroeconômica e a vulnerabilidade externa tangenciaram progressivamente a conjuntura dos países latino-americanos. Seus resultados apontaram para uma sociedade bastante heterogênea dos pontos de vista produtivo e social.

A própria contribuição de Fajnzylber (1988) sobre uma atenção à inovação tecnológica deixou em aberto questões – a partir de uma nova interpretação do alcance do Estado - como a materialização do progresso técnico via inserção internacional e o subemprego e o desemprego tecnológico que proviriam da adoção de tecnologia para o avanço da produtividade.

Rodríguez (2009) aponta traços semelhantes e distintos nas duas correntes. Tanto a primeira quanto a segunda etapa observavam um quadro institucional e uma composição de agentes pouco favoráveis à acumulação de capital e ao progresso técnico, com baixa capacidade de investimento. A diferença é que o neoestruturalismo identificou também a baixa capacidade de investimento em capital físico e em conhecimento. Em suma, em ambas etapas, observaram-se tendências desfavoráveis que deveriam ser combatidas como: a inserção internacional desfavorável dada pelo contexto centro-periferia; a insuficiência de investimento, de progresso técnico e de crescimento, desequilíbrio estrutural e balanço de pagamentos; preservação do subemprego, da pobreza e da má distribuição de renda, e; a destruição do meio ambiente. Porém, o neoestruturalismo se mostrou insuficiente em definir projetos ou estratégias conectadas à processos históricos concretos (o estruturalismo preconizava projetos para a industrialização na forma de controlar o mercado). Ademais, a variável “investimento” - que define um padrão e inicia uma estratégia viável de desenvolvimento, que conecta as políticas macro e microeconômicas, que conecta o setor produtivo ao financeiro e, sobretudo, possibilita uma linha temporal conseguinte – acabou sendo abandonada.

À vista disso, as alterações organizacionais e tecnológicas têm, sobremaneira, apontado para um novo requisito de fluidez, aperfeiçoando os elementos de seletividade, destarte, um processo contínuo de desconstrução e reconstrução de novas dinâmicas e dimensões territoriais, tendo na figura do capitalismo o compositor de forças polarizadoras, desenhando novas geografias e novos padrões de atratividade e dominação, demonstrando sua capacidade de se extorquir excedentes dos diferentes locais, tendo como manifestações ou consequências da

própria evolução do sistema capitalista, o subdesenvolvimento, a marginalização e a dependência.

3.3 O PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O período de bonança das economias latino-americanas é evidenciado na primeira década do século XXI, quando estas são marcadas por um aumento da exportação de bens primários como petróleo, oleaginosas, café, cobre, petróleo, minério de ferro e dentre outros produtos. Tal processo proporcionou um aumento do PIB regional e a edificação e planejamento de diversas políticas de governo e de Estado, entretanto, há um profundo debate sobre os efeitos desse crescimento do setor primário sobre os demais: o impacto da reprimarização nas economias dessa região.

Pela própria etimologia da palavra, a “reprimarização” é o retorno de um modelo de desenvolvimento baseado na produção e exportação de bens primários, momento este que já se passara no início do século XX e se transfigurara através da viabilidade da industrialização das economias latino-americanas. Ainda que tal processo na região tenha impulsionado um crescimento econômico devido ao aumento dos preços dos bens primários, o retorno a alta dependência destes e com baixo grau de elaboração sujeita a região a uma maldição, ou seja, seus ciclos econômicos dependem da volatilidade dos preços desses bens.

A reprimarização se diferencia de outros dois conceitos importantes: processos de desindustrialização e de doença holandesa (também considerada como desindustrialização precoce⁵⁶). No primeiro, há uma persistente redução da participação do emprego no setor industrial frente ao emprego total em um país ou região e também uma redução do valor adicionado na indústria frente ao PIB. Em outras palavras, desindustrialização não pode ser caracterizada apenas pela queda ou estagnação da produção industrial (TREGENNA, 2009). No segundo, a perda da competitividade da indústria e déficit comercial da mesma pode ser dada pela abundância de recursos naturais e apreciação cambial. Isto é, dada a exploração desses recursos abundantes e baratos, a produção e a exportação se torna mais compatível com uma

⁵⁶ A desindustrialização precoce pode ocorrer antes da modernização e diversificação da estrutura produtiva, de tal forma que a renda per capita não tenha atingido patamares satisfatórios ainda não tenha alcançado níveis satisfatórios análogos a países desenvolvidos (TREGENNA, 2011).

taxa de câmbio valorizada, do que aquela que seria benéfica às demais empresas de bens comercializáveis com alta intensidade tecnológica (OREIRO; FEIJÓ, 2010; PALMA, 2005).

Em que pese a discussão sobre a desindustrialização brasileira entre os economistas novo-desenvolvimentistas e neoclássicos, os trabalhos mais recentes têm apontado para uma especialização produtiva da pauta de exportação brasileira, com a observância da perda do dinamismo do setor manufatureiro dada a estagnação do produto real per capita da indústria de transformação no País (MORCEIRO; GUILHOTO, 2020).

Na esfera da inserção do Brasil no comércio internacional, ao analisarmos sob a ótica de longo prazo, é possível interpretar a especialização produtiva, não apenas pela rarefação das cadeias produtivas ou esgarçamento do tecido industrial, mas pelo processo de reprimarização que, segundo Oreiro e Feijó (2010), não é necessariamente associado à desindustrialização.

De modo geral, as análises sobre a especialização produtiva no caso brasileiro⁵⁷ levam em consideração processos de curta duração, normalmente, o período que compreende entre o pós-Guerra Fria até meados da década de 2010. Além da interpretação a partir das questões de desindustrialização, taxa de câmbio e doença holandesa, coloca-se em pauta outros aspectos nacionais e internacionais para o processo de reprimarização como o resultado da relação entre Estado e o Agronegócio e as políticas públicas que agudizam um projeto de poder em termos hegemônicos, e o destaque da ascensão da China e do Leste Asiático na conjuntura do comércio internacional no século XXI (LOPES, 2020).

Ao considerar a especialização produtiva à base de produtos primários ou de baixo agregado tecnológico no fluxo do comércio internacional, a reprimarização ou a especialização primário brasileira não se trata de um fenômeno recente, mas de pelo menos dois séculos e, portanto, um retorno ao padrão de comércio historicamente reproduzido e somente interrompido quando se passa a reconhecer o papel do Estado na promoção do desenvolvimento nacional a partir dos processos de industrialização.

No momento de entreposto da crise dos 1930, surgem o debate sobre o processo de industrialização e os modelos e políticas adotadas para o desenvolvimento, sobretudo nas

⁵⁷ Bresser-Pereira e Marconi (2008), Bresser-Pereira (2010), Barbosa (2011), Cano (2012), Medeiros e Cintra (2015), Morceiro e Guilhoto (2020), entre outros.

economias periféricas⁵⁸, e segue até os anos 1980. Neste período, operou-se uma nova forma de atuação do Estado com adoção do modelo de industrialização para América Latina e é marcado pela crise da dívida ocasionada pelo financiamento externo. Na década de 1970, esse modelo já apresentava críticas tanto pela direita ortodoxa econômica como pela esquerda política. A primeira corrente criticava a alta proteção tarifária e o excessivo intervencionismo estatal. A segunda criticava a incapacidade de superar a dependência externa para a transformação das estruturas socioeconômicas desiguais formuladas no passado. Como expressou Hirschman: “Se esperaba que la industrialización cambiara el orden social, y todo lo que hizo fue producir manufacturas” (OCAMPO *et al.*, 2014, p. 25).

Conforme Hirschman (1961), os determinantes sobre o investimento e poupança são considerados independentes nas economias mais avançadas, pois a renda per capita é um elemento essencial na oferta de poupança. Em contraposição, as decisões sobre as duas assertivas são amplamente interdependentes nas economias periféricas. Nestas, as somas na poupança dependem ainda mais de um volume de oportunidades de investimentos e da retirada de várias barreiras para a atividade do investimento do que do aumento da renda. Ademais, existe um vislumbre em seu caráter democrático, principalmente em países subdesenvolvidos, que sob a premissa de que o progresso seria atingido através de uma força equânime a todos os membros e setores da comunidade, assumem a forte tendência de dispersar o esforço do investimento em vários pontos. Quando, do contrário, há que se concentrar o esforço nos pontos de escassez crítica.

O apontamento de Wallich (2010) para os caminhos do desenvolvimento, em caráter teórico semelhante apontados por Hirschman, é distinto quanto à adequação à expansão clássica schumpeteriana - preocupação em compreender os ciclos de expansão capitalista - para os países periféricos do continente americano, por causa de suas condições prévias. Tal expansão se atribui à disponibilidade de capital, ao perfil dos empresários capitalistas e ao nível de concorrência. Destarte, a teoria schumpeteriana quando adotada por países menos desenvolvidos, tem seu modelo questionado por Wallich, uma vez que, nestes, é no Estado que recai a principal força motriz. Nos exemplos de países centrais, ela alude na figura do empresário, da firma, já que o objetivo é o enriquecimento privado (OLIVEIRA, 2015).

⁵⁸ Prebisch (2000a) inaugura em 1949 os termos da relação “centro x periferia” para caracterizar as economias latino-americanas (periféricas) à base da dependência de países desenvolvidos (centrais) e a relação entre o domínio do progresso técnico e desenvolvimento.

O capitalismo periférico se propala por influência das inovações do setor público, não obstante, a inovação é um fenômeno exclusivo que provém do setor privado. É importante dizer que tal premissa possui um contexto na realidade capitalista em países centrais dos anos 1950, quando o Estado possuía um papel menos presente no cotidiano da sociedade. A oferta de bens é a força motriz da firma schumpeteriana, logo, é voltada para a produção. É pressuposto o consumo – força pertencente à demanda - para o processo de desenvolvimento. Neste sentido, o resultado não se origina a partir da própria inovação, e sim da incorporação das inovações existentes. Em outras palavras, o desenvolvimento é derivado das inovações realizadas em outro lugar, nascendo, portanto, o conceito de desenvolvimento derivado (OLIVEIRA, 2015).

De toda forma, o fim do financiamento externo e o aumento da dívida externa, entre as décadas de 1960 e 1980, levaram ao declínio acelerado da industrialização na América Latina e da afinção ao capital internacional. Ainda assim, segundo Ocampo (2014), a América Latina, entre 1973 e 1981, absorvia mais da metade da dívida privada destinada ao mundo em desenvolvimento e ainda assim seguia como a região que atraía maiores fluxos de investimento direto estrangeiro.

Ainda que os dados sobre o crescimento dessas economias sejam sustentados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)⁵⁹ como um êxito, principalmente, após a crise de 2008 e a difícil situação econômica que se instaurou nos grandes centros econômicos, o crescimento das exportações de bens primários se deveu pela solidez de mercados emergentes da Ásia.

A consequência é o possível processo de reprimarização da economia iniciado nos anos 1990, quando se evidenciou o esgotamento do Processo de Substituição de Importações. Fato é que este modelo propiciou o crescimento econômico e o avanço em políticas sociais. Porém, pela ótica do desenvolvimento, tornou-se um modelo totalmente engendrado ao mercado internacional, dependente da demanda dos Estados Unidos, Europa e China, deixando uma herança negativa no âmbito socioeconômico e ambiental.

Assim, a América Latina e, particularmente o Brasil, são mais uma vez reconhecidos e se reconhecem por seus governos como o principal fornecedor de matérias-primas para o mundo. O risco sobre a dependência dessas exportações é alvo de intensos debates e discursos sobre a problemática e os impactos para o desenvolvimento dessas economias. Ao mesmo

⁵⁹ Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1074/103/2010-2011_es.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

tempo, no período de bonança, surgem inúmeros programas e políticas de investimento em infraestrutura⁶⁰ para melhor atender o mercado externo, ainda com a advertência da falta de estabilidade e sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. O discurso implantando visa, a longo prazo, melhorar a infraestrutura econômica, a mudança paulatina dos tipos de comércio e o aumento dos investimentos na produção, na diversificação das exportações, no aumento do valor agregado dos produtos e na elevação da competitividade das exportações.

O cerne da questão sobre o fenômeno é a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento ser capaz ou não de manter um crescimento sustentado e suficiente para erradicar a pobreza e a desigualdade. Há vários casos e momentos históricos em que as exportações de matérias-primas de baixo valor agregado tenham transformado o quadro social de alguns países latino-americanos. Recentemente, o Chile com sua alta dependência da exportação de cobre – cerca de 75% de suas exportações são deste produto – destinou os recursos à inovação tecnológica e educativa e ambas foram capazes de propiciar um fundo anual de 24%, isto é, mesmo com a queda do preço do cobre, o governo chileno ainda conseguia promover programas de bem-estar social (HIDALGO; HAUSMANN, 2009).

Rodríguez (2009) afirma que com a crise mundial recente, a maioria dos países latino-americanos se converteram em espaços atrativos para o investimento estrangeiro no setor primário e caracteriza a reprimarização da região em dois tipos: a) a recuperação do setor primário no produto agregado e nas exportações, através da observação do retrocesso do setor manufatureiro, por causa da perda da importância do projeto de industrialização e de sua queda na participação do PIB, e; b) países com economias exportadoras de recursos naturais e mão-de-obra barata. Neste sentido, o extrativismo se torna um mecanismo de fácil inserção nos mercados internacionais e como uma alternativa à entrada de recursos provenientes do setor externo.

Tal fenômeno passa, neste momento, pela incorporação de atividades tecnológicas maduras, porém geradoras de baixo valor agregado, com uma pauta pouca diversificada, com empregos instáveis e precários e salários abaixo da média se comparada com outras atividades econômicas obedecendo, portanto, à demanda internacional por produtos primários, aliada a uma política econômica nacional que favorece a instauração desmedida de capital estrangeiro e o favorecimento de pequenos grupos oligárquicos. Ademais, representa um motor de

⁶⁰ As mais recentes propostas de integração comercial e produtiva através dos planos de investimento em infraestrutura e logística são o Plano Mesoamerica e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

crescimento econômico fadado ao fracasso, por ser uma via que aprofunda o esgotamento da base de recursos naturais, a degradação ambiental e aumento de conflitos entre o investimento em infraestrutura e sociedades tradicionais (RODRÍGUEZ, 2009).

Uma economia baseada em recursos naturais, pode ter uma probabilidade maior de um frágil desenvolvimento institucional, quando comparadas às economias com estruturas produtivas mais dinâmicas, porque quanto mais reduzido o setor produtivo, menor a demanda por instituições que estabeleçam o jogo para transações entre pessoas e setores diferentes. Além disso, altos preços primários, podem gerar bem-estar dos cidadãos por intermédio de governos populistas, conseguindo apoio político. Uma diversificação produtiva reduz a volatilidade do produto e a vulnerabilidade externa, além de gerar aprendizagem e oportunidades de avançar com o progresso técnico. Se persistida essa política de desenvolvimento apoiada na exportação de commodities, seria necessária, ao menos, a criação de um fundo de estabilização vinculado ao preço dos produtos de exportação na fase descendente da economia latino-americana (RODRÍGUEZ, 2009)

Historicamente, a região passou por modelos e etapas de desenvolvimento marcadas pelas diversas correntes acadêmicas que defendiam sistemas e organização das economias sob diferentes perspectivas e metodologias de análise, mas o fato é que a exportação de produtos primários, o processo de substituição de importações e o modelo pós-período a este, consubstanciam para o entendimento de que há uma manutenção e um acasalamento entre crescimento econômico e exportação de recursos primários, em tal grau de intensidade que o País passou a caracterizar sua inserção no comércio internacional com produtos de baixa ou média intensidade tecnológica, perdendo espaço na complexidade econômica (MORCEIRO; GUILHOTO, 2020).

Os últimos dados do setor primário-exportador, sobretudo, do agronegócio, vêm mostrando um crescimento na produção e na exportação, sobretudo de commodities. E tal crescimento vem se traduzindo numa ampliação da participação do setor na formação do PIB nacional, sobretudo, peça chave para manter o crescimento do país.

Tendo atravessado a última crise financeira de 2008, o setor de commodities tem atingido patamares históricos de produção e exportação, com uma forte mecanização do setor e com um elevado grau de inovação e incorporação de tecnologia. Além disso, seu crescimento também advém da soma de fatores como o estreitamento entre universidades, instituições de

pesquisa e fomento por parte do Estado, seja pela garantia de linhas de crédito especiais, seja pela contribuição na consolidação de parcerias com o setor privado.

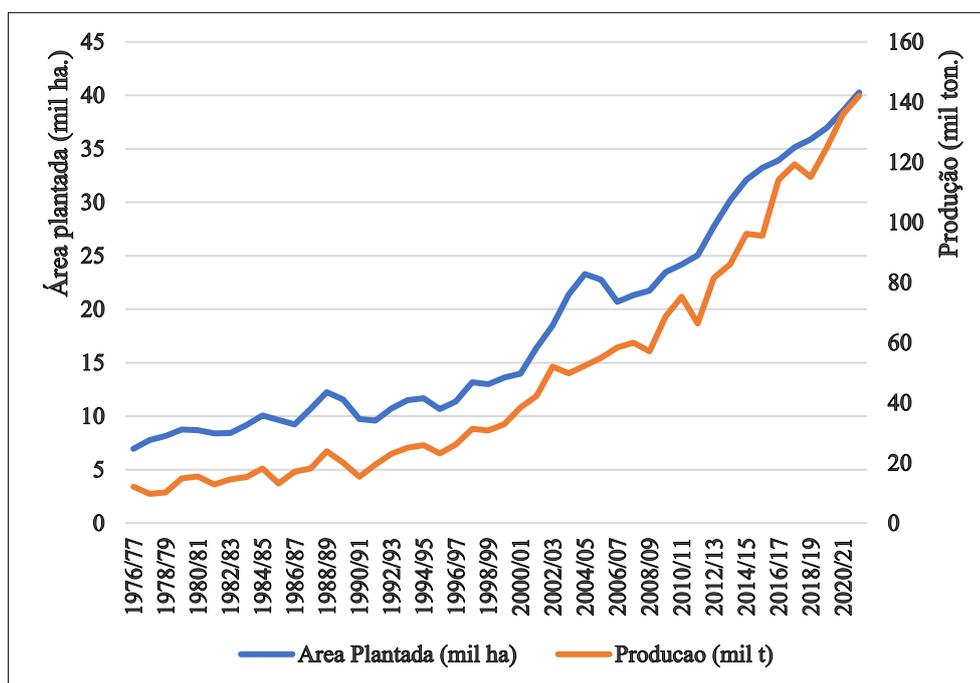
Essa ampliação do setor primário-exportador encontra uma contrapartida na indústria de transformação no Brasil. Sua participação no PIB brasileiro saiu dos quase 30% em 1980, para 11% em 2016. Com relação ao setor de serviços, existe uma grande preocupação quanto a velocidade de transição da economia brasileira, dada a rápida queda da indústria (ESPÓSITO, 2017; SALAMA, 2016).

Tal fenômeno acaba sendo interpretado como uma possível armadilha, caracterizando como um processo de reprimarização da economia iniciado nos anos 1990, quando se evidenciou o esgotamento do Processo de Substituição de Importações. Com a recente crise mundial, de acordo com Rodríguez (2009) há um aprofundamento deste processo à medida que a maioria dos países latino-americanos se converteram em espaços atrativos para o investimento estrangeiro no setor primário.

De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), as exportações do setor do agronegócio somaram, em 2017, US\$ 217,74 bilhões. O setor foi responsável por 44,1% da pauta exportadora e dos 10 principais produtos exportados, 7 são produtos do agronegócio, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Destes, a soja e o farelo de soja, carne de frango e bovina, açúcar bruto, celulose e café, somam 28,6%.

A produção agrícola é explicada ou por um incremento de produtividade ou por incremento de área. Apesar destes números recordes, os recentes dados levantados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 2020 têm demonstrado que o setor de commodities agrícolas vive um dilema.

A produção soja, um das principais commodities agrícolas, concentra 75% de sua área cultivada e 77% da produção na região Centro-Sul do Brasil. Os dados têm revelado que nos últimos 40 anos, muito desse sucesso do crescimento, especialmente da soja, deve-se mais à expansão da área cultivada do que pela própria produtividade.

Gráfico 2: Área Plantada x Produção (Soja) 1976-2021

Fonte: CONAB (2021)

Essa expansão vem desde meados dos anos 1970 e tem se alastrado a áreas marginais, ou seja, àquelas áreas onde a infraestrutura produtiva e logística se tornou um gargalo para o crescimento do setor, principalmente a partir dos anos 2000. Em números, enquanto a área cultivada vem sendo multiplicada por 4,8, a produtividade atinge um patamar de 1,6 nos últimos 40 anos. Ou seja, o principal produto de exportação atualmente no país, teve um aumento de 378,5% da área cultivada e 64,2% de produtividade, comprovando, em termos técnicos, que a expansão extraordinária desse setor é resultado da primeira variável. Segundo a CONAB, o intervalo de produtividade tem se mantido entre 2,5 e 3 mil kg/ha nos últimos dez anos, ainda que os resultados de pesquisa têm apontado um potencial atual da soja que se situa acima de 8 mil kg/ha⁶¹.

Neste sentido, o modelo primário-exportador vem aumentando vertiginosamente seu peso econômico e político nos determinantes do crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. Para além da demanda e da dinâmica do comércio global destes produtos e de sua comercialização como instrumentos de investimento no mercado futuro, outras questões institucionais colocam em debate este modelo de desenvolvimento como capaz de ser, no longo prazo, sustentável para os avanços sociais necessários ao País.

⁶¹ Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

Dadas as premissas anteriores, o período de crescimento até os anos 1970 puxado pelo financiamento externo para consolidar um Processo de Substituição de Importações (PSI), seguido pelo alto endividamento brasileiro marcado até o início dos anos 1980, por conseguinte, o período de transição política com uma alta instabilidade econômica, desenham o processo de estabilização da economia ao longo dos anos 1990, colocando em xeque a capacidade do País em apontar um novo processo de desenvolvimento.

Com a aprovação da Constituição de 1988, juntamente com novo modelo político e governança das políticas públicas, couberam às políticas macroeconômicas, no primeiro momento, buscar medidas para a retomada do crescimento dada pela abertura da economia, controle da inflação, privatização, melhora fiscal e novos marcos regulatórios. Em tal transição, entre a urgência de recuperação do Estado brasileiro e a rápida abertura comercial do país, foram desenhadas as bases de um novo ciclo de crescimento puxado pelo consumo, construção civil e pelo início de um novo superciclo de commodities, de acordo com Erten e Ocampo (2012) muito influenciado pela demanda chinesa e seu crescimento econômico vertiginoso.

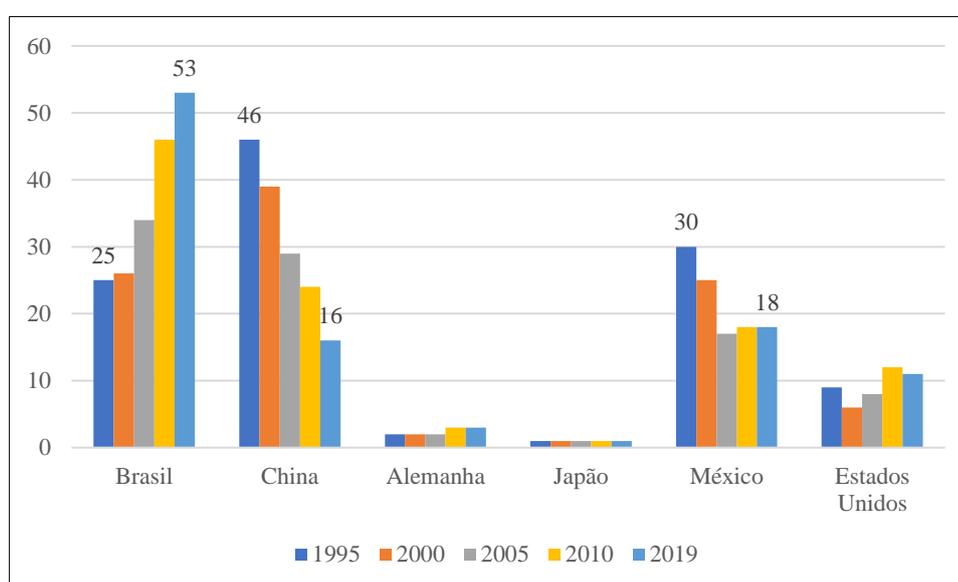
Ainda no mesmo período, no âmbito político, ressurgia uma classe política e um setor econômico que foram preteridos no período pré-ditadura, os grandes produtores rurais e o setor primário-exportador, criando-se a Frente Ampla Ruralista na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e se consolidando como Frente Parlamentar da Agropecuária em 2002. Isso é reflexo do direcionamento do desenvolvimento econômico e social que o País buscava nos anos anteriores. O estímulo ao nascimento de uma burguesia industrial com o PSI, juntamente com os esforços das políticas macroeconômicas, buscava manter patamares no qual a política cambial favorecesse a exportação de bens manufaturados e, no seu bojo, mudanças institucionais importantes como a proposta da reforma agrária.

O boom de financiamento externo que absorveu a economia nos anos 1970, estava direcionado a criar um mecanismo endógeno de desenvolvimento orientado pelo Estado, no qual centrou esforços em projetos de crescimento da infraestrutura e setores chaves da economia com a tentativa de “abrir a caixa preta”, criando espaço para o crescimento da indústria de transformação. O resultado técnico foi um aumento da complexidade econômica da economia brasileira neste período.

Exaurida a capacidade de financiamento, dá-se início ao colapso da economia nos anos 1980. A indústria nacional, além dos fatores acima citados, sofre na década seguinte por uma forte concorrência dos bens manufaturados produzidos no leste asiático, que se estende

atualmente. O impacto disso se agrava a partir da crise de 2008 quando a indústria nacional sucumbiu à concorrência internacional, fazendo com que a demanda por bens industriais fosse totalmente atendida por importações. Por um lado, a falta de estímulos ao setor industrial brasileiro – aquele capaz de absorver mão-de-obra e aumentar o salário real - vislumbrado o crescimento expoente do setor agrícola, coloca em desmantelo a diversificação e complexidade econômica do país mais recentemente.

Gráfico 3: Posição no Ranking de Complexidade Econômica



Fonte: Atlas of Economic Complexity

Podemos observar no Gráfico 3 a perda da complexidade econômica do Brasil, México e países selecionados. De acordo com o ranking do Atlas of Economic Complexity, o Brasil ocupava a 25ª posição em 1995, subindo para 53ª em 2019. Já o México subiu 12 posições no ranking, saindo da 30ª posição para a 18ª no período analisado. Além disso, enquanto o Brasil possuía um Índice de Complexidade Econômica (ICCE)⁶² de 0,86 no ano 2000, em 2019 o ICE atingiu 0,10. No mesmo período, para o caso mexicano, o ICE foi de 0,90 para 1,31.

⁶² O Índice de Complexidade Econômica (ICE) é uma classificação de países baseados na intensidade de diversificação e complexidade da cesta de exportação. Países que abrigam uma grande diversidade de conhecimento produtivo, sob a ótica da complexidade produtiva, são capazes de produzir uma grande diversidade de produtos sofisticados, aqueles de média e alta intensidade tecnológica. Neste sentido, a complexidade das exportações de um país é utilizada para prever os níveis atuais de renda ou, em setores que o país excede as expectativas para o nível de renda, prevê-se que o mesmo experimente um crescimento mais rápido no longo prazo e, portanto, o ICE se torna uma medida útil do desenvolvimento econômico. Disponível em: <[The Atlas of Economic Complexity \(harvard.edu\)](http://The Atlas of Economic Complexity (harvard.edu))>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

O setor primário-exportador ressurgiu, portanto, à medida que o Brasil perde sua capacidade de concorrer no mercado internacional de bens manufaturados, perde sua capacidade de incorporação de bens de capital, de criar um ambiente de inovação de longo prazo em tecnologia de ponta para o mercado consumidor de bens manufaturados. Dentre outros fatores, a infraestrutura consolidada nas décadas anteriores e o colapso da economia frente à concorrência internacional e crescimento de outras economias, expõe o Brasil novamente a sua especialização produtiva baseada num setor de rendimento de escala decrescente, o setor primário-exportador.

Em curso, o Brasil vem se tornando um dos maiores produtores de commodities, tendo em 2019⁶³, pela primeira vez na história, ultrapassado a produção e a produtividade da soja se comparada aos EUA. Entretanto, a melhoria da técnica do plantio dada a inovação do setor se mostra limitada a um setor exclusivamente voltado para a demanda externa, cuja a tecnologia empregada se limita ao incremento da área de plantio e de baixa incorporação tecnológica, dependente da estabilidade do sistema capitalista, pois, a priori, os superciclos de commodities são dependentes do comportamento do preço do petróleo, já que estes determinam o crescimento mundial no curto prazo, que por sua vez, determinam o nível de demanda de commodities não-petrolíferas, alterando os preços destes bens.

Por ter expandido para áreas marginais, ou seja, dado o aumento da produção do agronegócio ser devido ao incremento de novas terras, o setor precisou constantemente de uma infraestrutura logística que atendesse a demanda dos produtores para garantir a competitividade da produção. A competitividade sempre foi questionada pelo alto custo do transporte e das perdas. Para garantir essa competitividade, a governança das políticas de infraestrutura tem um impacto importante para entender o dinamismo do modelo de desenvolvimento.

Em suma, enquanto a competitividade do setor se torna dependente dos investimentos em infraestrutura logística, a mesma depende da capacidade do Estado articular os esforços para a sua construção. O Brasil então dependeria de bases institucionais, não somente da formalização de projetos de Estado - que garantissem a execução do projeto no longo prazo - dentro da lógica dos riscos do investimento no sistema capitalista. É dizer, as políticas estariam

⁶³ “Com supersafra em 2020, Brasil retoma o trono mundial da soja”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-08/com-supersafra-em-2020-brasil-retoma-o-trono-mundial-da-soja.html>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

voltadas para consolidar uma governança aonde o interesse público estivesse direcionado no longo prazo (GOMIDE; PEREIRA, 2018)

Os sinais que o mercado internacional dá são o resgate do interesse do financiamento em projetos de longo prazo para o Brasil e demais países exportadores de commodities. Ainda que os preços das commodities tenham caído de forma geral nos últimos anos, o interesse se explica pela queda da volatilidade dos preços de commodities, tornando-os mais previsíveis. Tal efeito pode ser explicado por duas frentes: 1) a desaceleração controlada da economia chinesa, estabilizando os preços das commodities no curto prazo e 2) o crescimento da produção de gás e de petróleo de xisto nos Estados Unidos. Este último é determinante não somente para os preços do petróleo, mas para toda a formação de preços dos demais produtos (BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016; CARVALHO; KUPFER, 2011; MORCEIRO; GUILHOTO, 2020).

Para manter tal peso na balança comercial brasileira e no mercado internacional, é necessário manter também as bases institucionais, políticas e econômicas para a consolidação do setor. Isto é, não basta a inovação no setor para manter a competitividade e a alta produtividade, mas também a dependência da demanda externa, das garantias de política cambial favorável à exportação, do acesso ao crédito e ao financiamento do longo prazo, das estratégias do mercado financeiro que negociam o risco da produção, da securitização do risco, bem como, do constante aprofundamento das técnicas produtivas, da relação com instituições de pesquisa, da incorporação de bens de capital e tecnologia da inovação, de forma a se criar endogenamente e, por fim, de uma infraestrutura produtiva que consiga superar os gargalos que limitam o máximo retorno possível do negócio.

Dadas as dinâmicas recentes do desenvolvimento brasileiro e suas limitações abordadas acima, as implicações e hipóteses que podemos levantar são:

1) Embora o modelo primário-exportador tenha conseguido êxito de crescimento dos últimos anos e aumentado a sua produção, a inovação que ele é capaz de gerar é particular ao próprio ramo, concentrando-se no setor do agronegócio, cujo dinamismo é centrado no ganho de produtividade de um bem com escala decrescente, dependente da demanda externa e da estabilidade do comércio internacional;

2) Ainda que o agronegócio atinja patamares de inovação com produtividade fora da curva, deverá haver constantemente o esforço das políticas macroeconômicas para proteger o setor que é de alta competição no mercado global, dada a facilidade de entrada de novos concorrentes;

3) A infraestrutura produtiva se compreende e se consolida como necessária ao desenvolvimento, porém parece estar diretamente relacionada com as necessidades do setor primário-exportador, isto é, uma maior produtividade e ganho de escala depende de um atendimento da infraestrutura produtiva adequada, sobretudo, de transportes, que comporte todo o ramo produtivo;

4) Assim, a própria dinâmica do comércio internacional pressiona o modelo de desenvolvimento, portanto, é de fundamental importância uma mudança institucional que possibilite adequar a competitividade do setor primário-exportador com a capacidade de inovação da economia brasileira de forma que retome sua complexidade econômica.

Em suma, o setor primário-exportador é hoje bastante importante para a manutenção e o resgate do crescimento econômico do País. Existem diversos caminhos e métodos para se construir um desenvolvimento sustentável de longo prazo com uma menor vulnerabilidade possível. A experiência internacional e os diversos estudos realizados têm destacado um importante peso que a inovação possui como mecanismo pelo qual se pode assegurar as bases para um crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. A ênfase na exclusividade de um setor produtivo pode criar armadilhas que já são conhecidas historicamente, entretanto, quanto mais tempo levar para fazer as mudanças institucionais necessárias, maior será o atraso e a dependência do país.

3.4 O PROCESSO DE MAQUILIZAÇÃO DA ECONOMIA MEXICANA

Enquanto a reprimarização se caracteriza como um processo que consiste em um modelo de desenvolvimento apoiado na produção e exportação de commodities agrícolas e bens primários, a maquilização se caracteriza como um processo no qual as indústrias se especializam na montagem de produtos manufaturados semiacabados. Há, neste sentido, a presença maior de industrialização, porém, é necessário um aprofundamento sintetizado na origem desse processo, as motivações e os efeitos às economias nacionais que o experimentaram e ainda experimentam.

Entre meados da década de 1940 e 1980, as economias latino-americanas experimentaram um processo de industrialização sob forte influência da CEPAL, aliado à abundância de recursos naturais e uma sequência com governos permissivos à inflação. O resultado foi um crescimento econômico mais caracterizado como “milagre econômico”. No

caso mexicano, por exemplo, a manutenção de uma política de estímulo à exportação de produtos agrícolas, perpetuando a dependência, teve como consequência a valorização cambial, elevando a importação de bens industrializados e, internamente, elevando os preços dos produtos agrícolas. A década de 1980, portanto, apresentou um aprofundamento do quadro inflacionário e uma grande perda da renda real se reduzindo a um terço.

O aumento do preço do petróleo na década anterior resultou num *boom* na produção e exportação deste bem, garantindo um aumento das reservas públicas. Por outro lado, as importações - com exceção do setor agrícola - aumentaram gradativamente e os produtos não derivados do petróleo foram impactados de duas formas: redução da competitividade e diminuição dos preços no mercado internacional. Assim, tal década marca a economia mexicana dependente das exportações de petróleo, um parque industrial extenso e pouco diversificado, baixa capacidade de competição internacional, endividamento do Estado e insuficiência nos financiamentos de novos projetos (MADDISON, 1992; SANTAELLA, 1998 apud SILVA JÚNIOR, 2016).

A indústria maquiladora de exportação (IME) já existe a quatro décadas e é importante para o setor manufatureiro mexicano. Sua importância se dá pela geração de emprego, pela ampliação da oferta de bens manufaturados para exportação e pela capacidade de induzir avanços tecnológicos. As maquilas se caracterizam pela capacidade de integrar novas etapas na montagem dos bens manufaturados e cada vez mais intensivos em conhecimento.

Anteriormente restritas de forma geográfica, sobretudo às fronteiras norte, as maquilas têm se expandido ao longo do território nacional, gerando emprego, renda e aprendizagem cada vez mais em regiões distantes da fronteira. Contudo, segundo Puyana (2008) não existe consenso na definição de maquila. É possível considerá-las sob um conceito aduaneiro com tratamento tributário preferencial, ou podemos defini-las através da sua relação com o processo de acumulação de capital em nível internacional.

Desde sua implementação nos anos 1960 e fortalecimento nos anos 1970, faz-se necessário descrever mudanças ocorridas no cenário econômico mexicano e internacional. No contexto mexicano, a crise da dívida e a aplicação dos programas de estabilização econômica, e o dismantelo do modelo de substituição de importações e a abertura para a liderança das exportações com mudanças importantes em direção ao estímulo aos dois segmentos da atividade manufatureira. No contexto internacional, a revolução das comunicações e a digitalização, juntamente com a aceleração e intensificação dos processos de fragmentação da

produção global que impulsionou a competitividade entre todos os países com abundância de mão de obra, atraindo os segmentos produtivos provenientes dos países industrializados. E ainda, o fim, da outorga do tratamento privilegiado às maquilas a partir do Tratado do Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), que implicaria, gradativamente, numa mudança no ambiente institucional e normativo no qual se desenvolveu a maquila mexicana.

Apesar do crescimento da América Latina nas décadas de 1950 e 1960 ter sido acompanhado de aumento do emprego, a partir da segunda metade da década de 1960, a produção industrial continuou crescendo em ritmo crescente, mas com estagnação da força de trabalho empregada na indústria. Nesse ponto, as pessoas começaram a falar sobre uma "estagnação dinâmica" (TREJOS, 2008).

Neste sentido, é válido destacar que o crescimento do produto - mesmo com o aumento do emprego - não é necessariamente sinônimo de crescimento dos salários e redução da pobreza: ambos os processos respondem a dois momentos diferentes e a duas situações diferentes, de modo que ambos não possuem uma relação causa e efeito, isto é, a maior criação de riqueza não tem nada a ver com apropriação ou distribuição dela, destarte, pode acontecer mesmo com o aumento da pobreza.

Argüello (2002) compara a “maquila” como um sistema de produção na ótica da terceirização internacional, isto é, uma empresa domiciliada no exterior se estabelece em um país ou subcontrata empresas nacionais para transformar insumos e matérias-primas importadas ou mesmo produzir serviços que, de forma parcial ou total, destinar-se-ão exclusivamente para exportação, onde muitas vezes ficam localizadas em zonas francas.

Visando acabar com a estagnação econômica, o México seguiu as orientações do Fundo Monetário Internacional e buscou uma inserção mais eficiente e competitiva no mercado internacional, sendo as reformas baseadas em políticas macroeconômicas ortodoxas⁶⁴ que surtiriam efeito entre os anos de 1986 e 1989. As mudanças ocorridas entre esses anos, saindo do petróleo para manufaturas, mudando a estrutura da pauta exportadora, deveu-se pelas indústrias maquiladoras (ARÉVALO, 2010).

⁶⁴ De acordo com Arévalo (2010), as quatro políticas de maior impacto para a economia mexicana, estabelecidas pelo Consenso de Washington e adotadas também por outros países latino-americanos, foram: a) estímulo ao desenvolvimento de um mercado financeiro eficiente para suprir as necessidades de capital no curto e no longo prazo; b) ampliação do processo de privatização; c) flexibilização da legislação trabalhista, e d) facilidades à entrada de capital estrangeiro.

Em contrapartida, as maquiladoras dividiram a balança das exportações entre um setor moderno voltado para o mercado externo e um setor interno precário, pouco produtivo e intensivo em trabalho. Tal razão se deveu ao surgimento gradativo de uma dualidade econômica-produtiva no México. Enquanto as maquilas se instalaram na região norte do país, principalmente as indústrias do ramo automotivo, as indústrias tradicionais permaneceram nas regiões central e sul do país, sendo as principais representantes do setor manufatureiro. Destarte, acabaram por gerar uma *gap* técnico-produtivo entre as regiões, ao passo que o aprimoramento tecnológico ou maior eficiência do trabalho nas indústrias manufatureiras para o mercado interno não encontram competidores estrangeiros (ARÉVALO, 2010).

O que se fez então neste intervalo da década de 1980 foi transferir o patrimônio público para a administração privada sob a concepção dos ideais ortodoxos que buscavam eliminar o gigantismo do Estado e a redução do déficit público, ainda que apenas 10% do déficit público mexicano era representado pelas indústrias estatais (ARÉVALO, 2010). Ora, a crença nos pressupostos clássicos nos ganhos com vantagens comparativas ricardianas levou a uma total desestruturação da economia mexicana e dependência de importações, pois a especialização incompleta gerada pelas maquilas e a quebra da produção interna nas cadeias produtivas, levou a uma extinção de diversas empresas, sobretudo aquelas ligadas ao setor público.

A maquilização, portanto, é um processo de deslocamento do capital produtivo para o nível internacional, que localiza certas etapas da produção fragmentada em espaços onde o trabalho de baixa remuneração é acessível – direta ou indiretamente -, muito mais do que ele poderia ganhar nos polos originais das operações das atividades corporativas, na qual a capacidade de reação é limitada, especialmente por causa da forte repressão dos sindicatos e da permissividade das autoridades de controle (TREJOS, 2008).

O caráter dual que passou a ter a economia mexicana no final da década de 1980 foi impulsionado pelo TLCAN ao permitir uma maior abertura da economia. A derrubada das tarifas protecionistas e das restrições ao livre comércio acabou resultando em três efeitos: i) aumento do investimento externo direto, intensificado pela desnacionalização da economia mexicana; ii) redução do estoque de capitais dentro dos EUA; e iii) concentração dos investimentos externos diretos na região norte do México, ao longo de toda fronteira com os EUA. Tornando-se clarividente que as relações comerciais entre México e EUA se davam pelos custos de produção e de mão-de-obra serem bastante inferiores que nos EUA a ponto de compensar a transnacionalização das indústrias estadunidenses (SILVA JÚNIOR, 2016).

Segundo Arévalo (2010), o acordo do TLCAN proporcionou, no início da década de 1990, um maior acesso ao mercado estadunidense, promovendo um crescimento de 4% ao ano do PIB mexicano (1994-2001). Embora o aparente benefício postergasse os efeitos da crise de 1994, o que o acordo fez foi transferir as decisões sobre a prioridade do investimento industrial e as políticas industriais do México para os EUA. Logo, as maquiladoras, que retratam um processo de industrialização, em seu ínterim, resguardam elementos fundamentais de processo de desindustrialização. De acordo com Dussel (2000):

Todo lo descrito nos lleva a una curiosa paradoja: mientras que las empresas exportadoras (particularmente las extranjeras) establecidas en México realizan actividades de menor intensidad de capital desde una perspectiva global, en el contexto de la economía mexicana las mismas actividades son de alta intensidad de capital. Esto explica su discreta participación en el empleo y también su reducida capacidad de arrastre para absorber una parte significativa del aumento de la población económicamente activa. De igual forma, y como se examinó en varios casos en el documento, los salarios reales de las actividades altamente exportadoras, como es el caso de la electrónica, son en términos absolutos superiores a los de la media de la economía mexicana. Sin embargo, y considerando su limitada participación en la economía en su conjunto, no son suficientes para elevar los salarios de la economía total. Es más, los salarios reales en estas actividades exportadoras han disminuido desde 1994. Desde esta perspectiva, las exportaciones en México no se asocian necesariamente con aumentos significativos en el empleo y los salarios reales en el conjunto de la economía e incluso en las actividades más dinámicas. De hecho, la economía mexicana desde 1994 no se ha recuperado en forma significativa con respecto al PIB por habitante y a salarios reales. Estos aspectos tendrán que ser analizados con mucho más detalle en el futuro (DUSSEL, 2000, p. 85).

O rompimento das cadeias produtivas nacionais, a substituição das indústrias nacionais pelas maquiladoras atraídas pelo aumento da competitividade gerado pelos baixos salários, a predominância do capital financeiro sob o produtivo, a dependência financeira, tecnológica, a diminuição do emprego industrial – devido à automatização industrial - proporcional ao emprego total da economia, a demanda maior por mão-de-obra menos qualificada, são alguns dos efeitos que nos levam a compreender a precoce desindustrialização do caso mexicano, principalmente após o acordo do TLCAN (ARÉVALO, 2010; ESQUIVEL; RODRIGUEZ-LOPEZ, 2003; GUILLÉN, 2012; PUYANA, 2015; QUINTANA; SOTO, 2014; SALAMA, 2012).

De acordo com Trejos (2008), existe três visões distintas ou mesmo antagônicas sobre a capacidade de contribuição das maquilas para o desenvolvimento. A primeira visão, a versão governamental, – e das bases sociais que o apoiam - defende a maquila como necessária para gerar crescimento e superar o subdesenvolvimento. De acordo com a autora, esta visão se aproxima de uma análise neoliberal no sentido em que o investimento e o comércio de exportações conduzem ao crescimento, facilitam a introdução de tecnologia e à geração de emprego, também à melhores salários e à redução da pobreza.

A segunda visão é compreendida que a indústria maquiladora deve ser analisada a partir do seu impacto em dois pontos: no desenvolvimento tecnológico e integração vertical da indústria e das relações de trabalho capazes de se manter competitiva. No primeiro ponto, as maquilas são aproveitadas por empresas estrangeiras que tomam a vantagem de custos reduzidos de produção sem permitir a integração vertical da indústria com as plantas industriais nacionais, porque o marco da regulação das maquilas impedem a utilização de insumos nacionais. Além disso, não induzem à pesquisa, desenvolvimento e inovação. No segundo ponto, os baixos salários são pré-condição à instalação de indústrias maquiladoras estrangeiras e, portanto, acabam se constituindo como uma forma de perpetuar a pobreza e a desigualdade.

Por fim, a terceira visão que considera a criação de indústrias maquiladoras como resultado da expansão do capital transnacional ou da perda de produtividade dos centros industrializados e, neste sentido, faz-se necessário diferenciar os atores envolvidos na sua dinâmica. De acordo com Trejos (2008), a maquila se torna um ator social subordinado à lógica da acumulação de capital transnacional, por causa do efeito da repressão sindical e permissividade política das instituições fiscalizadoras, como estratégia para reduzir os custos de mão de obra.

Destarte, a maquila não se constitui uma estratégia sólida de desenvolvimento no longo prazo, porque as relações de trabalho que caracterizam a indústria maquiladora sugerem que sua produção é dada por uma busca constante de extração de excedentes com maior intensidade do trabalho. Segundo a autora, há também uma crescente perda dos direitos trabalhistas e falta de espaço que possibilite promoção ou qualificação. Ademais, as maquilas não permitem o acúmulo de conhecimento técnico, nem contribui para o *spillover* (transbordamento) tecnológico.

Segundo Schatan (2008), quando da mudança fiscal com aumento de impostos sobre a indústria maquiladora, percebeu-se o afastamento de novos investimentos e,

consequentemente, as empresas estabelecidas no México foram forçadas a instalar suas novas fábricas ou linhas de produção em países mais receptivos ou generosos do ponto de vista tributário. Diante disso, o autor revela que os representantes da indústria maquiladora no país teriam atribuído parte do colapso do dinamismo no início dos anos 2000 ao regime tributário das maquilas entre os anos de 1999 e 2002.

Neste sentido, os representantes da IME argumentaram em 2003 por uma defesa da reforma da Lei do Imposto de Renda promovida pelo Congresso mexicano. Neste sentido, Schatan traz à luz que, para além das considerações técnicas, o regime tributário é resultado de processos políticos e no equilíbrio entre o interesse privado e o público, perde-se de vista o limite entre o técnico e o político, já que nesta disputa pesa o poder de barganha dos grupos representados.

Ao avaliar as mudanças do regime tributário em 2003, Schatan busca compreender se tais mudanças buscaram corrigir o regime tributário com a suposição de ser mal desenhado tecnicamente e oneroso para a indústria maquiladora ou se, dada a recessão do período que, segundo o autor, nada tinha a ver com os impostos, os representantes exerceram lobby fiscal para proteger privilégios fiscais que defendiam como direito adquirido.

O autor supracitado conclui que a recessão mexicana entre 1999 e 2002 teve uma forte correlação com a recessão dos Estados Unidos, entretanto a maior queda de estabelecimentos de indústria maquiladora no período se deu nas pequenas fábricas e em sua maioria de capital nacional. Aqueles estabelecimentos que concentram investimento estrangeiro direto (IED), alocado nas grandes empresas e de maior produtividade tiveram uma perda menor. Ademais, mostrou-se uma alta volatilidade do emprego das indústrias maquiladoras, sobretudo da indústria nacional que seria mais frágil para suportar os efeitos recessivos do mercado norte-americano e que, neste sentido, o regime tributário relativo aos estabelecimentos com investimento estrangeiro não teria responsabilidade significativa na contração da indústria maquiladora no período avaliado.

Schatan vai além ao traçar que a atual estrutura do regime tributário da maquila é independente do ciclo econômico e identifica a maquila como atividade de baixo risco, portanto, margens de lucro moderadas. Entretanto, quando ocorre uma recessão, o imposto relativamente baixo que antes era pago, passa a sofrer maior pressão para reduzir ainda mais a carga tributária.

De acordo com Osório et. al. (2020), o resultado é que não há uma melhoria do bem-estar social dos trabalhadores, os ganhos tecnológicos foram muito poucos e há bastante volatilidade dada a conjuntura internacional.

Assim, como resposta a essa especialização produtiva e divisão internacional do trabalho aplicada à América Latina, a possível saída encontrada para o desenvolvimento da região é possibilitar “melhores” caminhos que a integrem econômica e produtivamente. Os megaprojetos de investimento em infraestrutura acabam se tornando instrumentos de uma política voltada para uma maior indexação econômica da América Latina frente ao comércio internacional. Em outras palavras, os projetos nacionais de desenvolvimento e suas políticas públicas de investimentos em infraestrutura produtiva para a região parecem desenhar uma indução de reprimarização e maquilização, ao passo que engendram medidas que permeiam a industrialização a partir da construção de corredores de exportação de bens de baixo valor agregado ou exportação de manufaturas que, em sua maioria, buscam atender ao mercado externo à região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história econômica da América Latina merece um esforço em ser lida sem generalizações. As variedades geográficas, climáticas, ambientais e de recursos naturais delinearão uma gama de culturas diferentes e, ademais, a partir dos processos de colonização, de migração e de inserção em um sistema econômico, geraram-se mudanças que nos põe no compromisso de entender toda sua complexidade.

A heterogeneidade da região, entretanto, alcança percurso econômico e social com características bastante semelhantes. E se é válida uma divisão do mundo em status e padrões de desenvolvimento, certamente, ela não faz parte - em seu conjunto - do pequeno e seleto grupo de países desenvolvidos. Níveis basilares de qualidade de vida, educação e saúde, a rotineira desigualdade e pobreza, remontam a um tempo em que ela se encontra descompassada perante o globo. Sua capacidade de mudança está atrelada não só intrinsecamente - de suas políticas e reformas internas -, mas também dependente de um sistema que exige um esforço de desenvolver tecnologia e criar inovações - sejam políticas, sociais, técnicas de produção, dentre outras - capazes de solucionar os problemas que costumam persistir.

Verdade também que a América Latina pôde experimentar ciclos de crescimento e desenvolvimento que propiciaram melhorias nos âmbitos social, político e econômico, embora a sua estrutura produtiva esteja sempre reproduzindo características de forma duradoura. Uma série de transformações após o fim das grandes guerras mundiais inseriram a América Latina em um outro patamar no cenário internacional. Não somente nas relações entre os diversos países (internos e externos à região), mas também no campo científico e ideológico, pela busca do desenvolvimento da região a partir de seus determinismos e desdobramentos.

A região se posicionar num entremeio do sistema, faz-nos pensar que o seu padrão de reprodução social e material está atrelado a uma especialização produtiva baseada na exploração de recursos naturais e mão-de-obra. Em outras palavras, nestes ciclos de expansão e de crescimento se encontram, para além de uma investigação de sua inserção econômica, uma compreensão de sua formação política, social e das relações de poder que aqui se constituíram, dentro de uma herança ibérica que se resguardam e se moldam até os dias atuais.

Desde a década de 1990, percebemos um aumento do processo de dependência dos países periféricos latino-americanos em relação aos países centrais, sobretudo por sua estrutura na balança de pagamentos, cujo modelo de inserção no comércio internacional se dá por

produtos primários, de baixo valor agregado ou produtos cuja o agregado de inovação é oriundo das economias capitalistas mais desenvolvidas. O resultado tem se apresentado como um maior estreitamento da relação de subordinação entre periferia e centro.

O atual estado de aprofundamento da especialização produtiva no Brasil e no México, respectivamente, reprimarização e maquilização, tem sido alvo de inúmeros estudos sobre os efeitos dessa retomada das vantagens comparativas ricardianas na esfera do comércio internacional e de quais os limites impostos por essa via de crescimento e desenvolvimento econômico. Muitas dessas análises se baseiam na discussão do curto prazo, referenciando-as como resultado exclusivamente da má gestão de políticas macroeconômicas.

O trabalho abordou a questão da especialização produtiva sob a ótica do longo prazo, tecendo uma crítica à construção teórica neoclássica da economia e de como seus postulados teóricos acabaram centrando a análise sobre o indivíduo, preterindo a análise sobre os aspectos da sociedade, sua formação política, econômica, filosófica, cultural, científica e religiosa e como resultado de suas integrações conduzem a um arcabouço institucional particular.

Por entender as instituições como elementos centrais na análise da compreensão do desenvolvimento das sociedades, foi necessário fazer um breve levantamento histórico da formação da Península Ibérica, desde os primeiros povos constituintes, até as fases da romanização da cultura ibérica ao período da Reconquista. Foi possível perceber que nesse processo histórico, foram construídos os elementos que dariam base à formação de uma identidade à medida que os povos originários ibéricos retomavam os territórios da península. O próprio processo de retomada e expansão territorial, foi constituindo os hábitos mentais e traços desses povos que tiveram forte intercâmbio cultural e científico.

À medida que se expandiam para além do continente, os países ibéricos, Portugal e Espanha estavam construindo uma trajetória política-institucional inovadora o suficiente para aumentar os ganhos na relação colônia-metrópole. Daí, portanto, constrói-se a ideia do capitalismo ibérico, cujas instituições e ações dos indivíduos revelaram dinâmicas específicas, que seriam distintas do capitalismo industrial na versão anglo-saxã. No capitalismo ibérico se destaca o peso maior do Estado que orientava o ritmo de expansão econômica, através das inovações institucionais, dos ornamentos jurídicos e da formação do estamento burocrático.

Dentro dessa estrutura em que se desenvolveram os países ibéricos, a transição do capitalismo ibérico pré-industrial para o capitalismo industrial britânico encontrava as barreiras de substância institucional, no que seria um tipo de *lock in* schumpeteriano. As inovações que

ocorriam estavam na esfera de reforçar a própria lógica do capitalismo ibérico, tornando a transição para produção de bens manufaturados cada vez mais tardia e dependente da essência patrimonialista da qual se tornaram os Estados.

O processo de industrialização dos países latino-americanos acabou seguindo a mesma lógica de dependência do Estado, resultado da herança institucional com as quais as ex-colônias. O estruturalismo cepalino reforçava a ideia do Estado como agente econômico que alavancaria a industrialização, tornando-se peça essencial na composição da figura do empresário inovador. Tal visão schumpeteriana assumida no capitalismo industrial, coloca a empresa como força motriz, enquanto na versão do capitalismo ibérico pré-industrial, o Estado se torna a engrenagem por sua capacidade alavancar financiamento do setor privado, de construir empresas estatais, de distribuição de renda e de redução da desigualdade. Em suma, o Estado assume o papel da dinâmica da inovação endógena.

Neste sentido, o resgate do institucionalismo histórico se mostrou ferramenta essencial para entender os mecanismos de produção e reprodução do capitalismo ibérico. E de fato, as instituições ibéricas nos dois impérios trouxeram resultados positivos para o crescimento econômico e expansão peninsular. Todavia, também adequados para uma sociedade cujo desenvolvimento foi baseado na guerra e na conquista, eles também tinham um potencial destrutivo considerável. Em outras palavras, as regras do jogo foram conformadas por estruturas que levaram tanto à apropriação quanto à destruição da riqueza.

Com isso, o trabalho objetivou analisar os processos de especialização produtiva no Brasil e no México sob a perspectiva do institucionalismo histórico considerando a trajetória de longo prazo do desenvolvimento capitalista dos países ibéricos. Observou-se que o modelo de desenvolvimento e inserção no comércio internacional daqueles países apresenta resultados que aprofundam a desigualdade e a dependência tecnológica, num modelo baseado nas vantagens comparativas, advindo das políticas neoliberais, sobretudo do início dos anos 1990, afastando o Estado como indutor das inovações públicas necessárias para o crescimento econômico que vise o caráter distributivo de renda e redutor das desigualdades.

A categoria de capitalismo ibérico foi utilizada para entender os recentes processos de desenvolvimento econômica dos países supracitados. Portanto, abre-se uma nova agenda de pesquisa que considere o capitalismo ibérico como categoria capaz de explicar as outras experiências de desenvolvimento que também foram resultados da colonização ibérica a partir da análise do institucionalismo na economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, R. C. Progress and Poverty in Early Modern Europe. **The Economic History Review**, v. 56, n. 3, p. 403–443, 2003. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/3698570.pdf?refreqid=excelsior%3A1e00586e0fdef3b4c79db463788778d7>>. Acesso em: 4 jul. 2019.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. **Los señores del Ganado: Arqueología de los pueblos prerromanos en le occidente de Iberia**. Madrid: Akal, 2003.
- ANDREOTTI, G. C.; SERRANO, B. M. **Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano**. Málaga: Servicio de Publicaciones y Divulgación Científica de la Universidad de Málaga, 2004.
- ARÉVALO, A. L. G. **La desindustrialización em la manufactura mexicana**. México: Universidade Autônoma do México, 2010.
- ARGÜELLO, G. F. Una primeira aproximação a la indústria maquiladora: generalidades e experiências internacionais. **Apuntes de Economía**, n. 26, p. 64, 2002.
- BACKHOUSE, R. **História da Economia Mundial**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- BARBOSA, A. de F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 269–306. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331>.
- BÁRCENA, A.; PRADO, A. **Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en {América} {Latina} y el {Caribe} a inicios del siglo {XXI}**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2015.
- BENDALA GALÁN, M. La Génesis De La Estructura Urbana En La España Antigua. **Cuadernos de Prehistoria y Arqueología**, v. 16, n. 1989, 1989. Disponível em: <<https://revistas.uam.es/cupauam/article/download/1380/1355>>.
- BENVENISTE, É. **Vocabulario de las instituciones indoeuropeas**. Madrid: Taurus, 1983.
- BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. **Desenvolvimento, vicissitudes e desigualdades: uma história econômica da {América} {Latina} desde a independência**. [S.l.]: Secretaria Geral Ibero-Americana, 2010.
- BETZ, H. K. How does the German Historical School fit? **History of Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 409–430, 1 set. 1988. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/hope/article/20/3/409-430/27852>>.
- BICALHO, M. F. B. Crime e Castigo em Portugal e seu Império. **Topoi**, n. 1, p. 224–231, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/sPxG4WzXp5NzrkFysykgSfS/?format=pdf>>.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. v. 1. p. 13–68.

_____. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). . **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. p. 13–68.

BIRMINGHAM, D. **História Concisa de Portugal**. Série hist ed. São Paulo: Edipro, 2017.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. 4^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. **Metodologia da Economia ou como os economistas explicam**. 1^a ed. São Paulo: EDUSP, 2016.

BOXER, C. R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BREDOW, S. M. S.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. **Economia e Sociedade**, o artigo traz considerações importantes sobre a análise de variáveis como o preço das commodities, investimento estrangeiro em carteira e investimento direto estrangeiro.também ajuda com gráficos e referências importantes que dialogam com aos argumentos da minha tese, v. 25, n. 3(58), p. 695–731, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? **Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, v. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doença.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Texto para Discussão IE/Unicamp**, n. 200, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/?format=pdf&lang=pt>>.

CARLOS BRESSER-PEREIRA, L. Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização. **Cadernos FGV Projetos**, v. 5, n. 14, p. 68–73, 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.19.Câmbio_doença_holandesa-FGVProjetos-mudada.pdf>.

CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 124, p. 618–637, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/07.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

CAVALCANTE, C. M. Estado, Instituições e Desempenho Econômico: os olhares de North, Chang e Evans. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 47, p. 378–403, 2020.

CHAVANCE, B. **La economía institucional**. Ciudad de México: Fondo De Cultura Economica, 2018.

CLARK, G. **Um Adeus às Esmolas: uma breve história econômica do mundo**. Lisboa: Bizâncio, 2008.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência

teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, v. 19, n. 36, p. 25–45, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10664/6299>>.

COSTA, R. da. **A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, L. F.; PALMA, N.; REIS, J. The Great Escape? The contribution of the empire to Portugal's economic growth, 1500-1800. **European Review of Economic History**, Existe um texto resumo deste artigo:, v. 19, n. 1, p. 1–22, 2015. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ereh/article-abstract/19/1/1/2754564>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DISNEY, A. R. **A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807, Volume 1: Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DUARTE, T. M. Dom Afonso II e as cortes portuguesas de 1211: Uma Proposta de Reorganização da Vida Cotidiana da Sociedade Portuguesa. **Revista do NIESC**, v. 5, p. 137–150, 2005.

DUSSEL, E. **El Tratado de Libre Comercio de Norteamérica y el desempeño de la economía en México**. . Ciudad de México: [s.n.], 2000. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/25453>>.

ELY, R. T. The American Economic Association 1885-1909. 1910, New York: American Economic Association, 1910. p. 47–111. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3000023?seq=1#metadata_info_tab_contents>.

ERTEN, B.; OCAMPO, J. A. **Super-cycles of commodity prices since the mid-nineteenth century**. . New York: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/papers/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ESPÓSITO, M. Industrialização brasileira, diversificação produtiva e consolidação da dependência externa: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **História econômica & história de empresas**, v. 20, n. 2, p. 439–473, 2017. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/478>>.

ESQUIVEL, G.; RODRIGUEZ-LOPEZ, A. Technology, trade and wage inequality in México before and after NAFTA. **Journal of Development Economic**, v. 72, n. 2, p. 543–565, 2003.

ESTRABÃO. **Geografía Libros III-IV**. 169. ed. [S.l.]: Biblioteca Clásica Gredos, 1998.

FAJNZYLBER, F. Competitividad internacional: evolución y lecciones. **Revista de la CEPAL**, v. 36, p. 7–24, 1988.

_____. Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2. p. 851–886.

FAORO, R. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FITZ, F. G.; MONTEIRO, J. G. **War in the Iberian Peninsula, 700-1600**. New York: Routledge, 2018.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 89–105, 2003. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/90-6.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2018.

GARCÍA Y BELLIDO, A. La latinización de Hispania. **Archivo Español de Arqueología**, v. 40, n. 115–116, p. 3–29, 1967. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcf19b3>>.

GERSCHEKRON, A. **O atraso econômico em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

GOMIDE, A. D. Á.; PEREIRA, A. K. **Governança da Política de Infraestrutura: Condicionantes Institucionais ao Investimento**. [S.l.: s.n.], 2018.

GRIMMER-SOLEM, E. **The Rise of Historical Economics and Social Reform in Germany 1864-1894**. [S.l.]: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <<https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780199260416.001.0001/acprof-9780199260416>>.

GUILLÉN, A. México, ejemplo de las políticas anti-desarrollodel consenso de Washington. **Estudios Avanzados**, v. 26, n. 75, p. 57–76, 2012.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. **The Building Blocks of Economic Complexity**. , n° 186. Cambridge: [s.n.], 2009. Disponível em: <<https://growthlab.cid.harvard.edu/files/growthlab/files/186.pdf?m=1434036190>>. Acesso em: 5 maio 2018.

HIRSCHMANN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

HIRST, M. E. **Life of Friedrich List and selection from his writings**. London: Cornell University Library, 1909.

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HODGSON, G. M. O que são instituições? In: SALLES, A. O. T. (Org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP, 2017. p. 121–158.

KAPP, K. W. A natureza e a relevância da Economia Institucional. In: SALLES, A. O. T. (Org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP, 2017. p. 223–247.

KOSSOK, M. Common Aspects and Distinctive Features in Colonial Latin America. **Science & Society**, v. 37, n. 1, p. 1–30, 1973. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40401689%0A>>.

KROTZ, E. **La otredad cultural entre utopía y ciencia: un estudio sobre el origen, el desarrollo y la reorientación de la antropología**. Iztapalapa: Fondo de Cultura Económica, 2002.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LARA, S. H. **Ordenações Filipinas. Livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, J. **La civilización del Occidente Medieval**. Barcelona: Paidós, 1999.

LIST, F. **Sistema Nacional de Economía Política**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Carta Internacional**, v. 15, n. 3, 8 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029>>.

LÓPEZ-PORTILLO, J.-J. **The Expansion of Latin Europe, 1000-1500: Spain, Portugal and the Atlantic Frontier of Medieval Europe**. New York: Routledge, 2016.

MADDISON, A. **The political economy of poverty, equity, and growth: {Brazil} an {México}**. London: Oxford University Press, 1992.

MARQUES, A. H. R. de O. **Brevíssima História de Portugal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china, 2016.

MARTINS, C. E. O pensamento latino-americano e o sistema mundial. **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. .

MAYHEW, A. O início do institucionalismo. In: SALLES, A. O. T. (Org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP, 2017. p. 185–221.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latina-americanos. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 28–42, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/DxWvvnvThGXqwWN8FBkgVXqK/?format=pdf>>.

MENÉNDEZ PIDAL, R. **Historia de España**. Madrid: Espasa-Calpe, 1954.

MONEDERO, A. J. D. Los términos Iberia e Iberos en las fuentes grecolatinas: estudio acerca de su origen y ámbito de aplicación. **Lucentum** 2, p. 203–224, 1983.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. 835–860, dez. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182020000300835&tlng=pt>.

MORSE, R. M. **O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MUÑOZ, M. P.; CARRASCO RUS, J. L. Aspectos económicos de los pueblos prerromanos del área meridional de la península ibérica. **Boletín del instituto del Estudios Giennenses**, v. 98, p. 103–126, 1978. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2065174>>.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

NEWITT, M. D. D. **Portugal in European and World History**. London: Reaktion Books, 2009.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9780511808678/type/book>>.

OCAMPO, J. A. et al. **La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica**. Santiago del Chile: CEPAL, 2014.

OLIVEIRA, L. G. de. Developmentalism and the Latin American State : The “Statecentric Logic”. **International Journal of Science and Research**, v. 7, n. 9, p. 1242–1247, 2018.

_____. Expansão Cíclica da Economia Brasileira : um resgate da abordagem de demanda derivada de Wallich. **Revista de Pesquisa em Política Pública**, n. 1, p. 10, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14574>>.

OLIVEIRA, L. G. de; EBLING, M. Estado, crescimento e tecnologia na América Latina: uma reflexão sobre o capitalismo periférico latino-americano. In: CAVALCANTI, L.; PINTO, S. R. (Org.). . **América Latina na contemporaneidade: desafios, oportunidades e riscos**. Curitiba: CRV, 2015. p. 147–159.

OLIVEIRA, F. dos S. Bases do Nacionalismo Econômico em Friedrich List. **Análise Econômica**, v. 35, p. 185–207, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/57197/42801>>.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219–232, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/#>>.

ORTIZ-GRIFFIN, J.; GRIFFIN, W. D. **Spain and Portugal: A Reference Guide from the Renaissance to the Present**. New York: Facts On File, 2007.

OSORIO NOVELA, G.; MUNGARAY LAGARDA, A.; JIMÉNEZ LÓPEZ, E. La industria manufacturera en México: Una historia de producción sin distribución. **Revista de la CEPAL**, v. 2020, n. 131, p. 145–159, 31 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.un-ilibrary.org/content/journals/16820908/2020/131/7>>.

PALMA, J. G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. 2005, São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2005. p. 41.

PHILLIPS JR., W. D.; PHILLIPS, C. R. **História Concisa da Espanha**. Série Hist ed. São Paulo: Edipro, 2019.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, R. **Entrevista inédita a Prebisch (1985): logros y deficiencias de la CEPAL**. [S.l.]: CEPAL, 2001. v. 75.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). . **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**.

Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 69–136.

_____. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. p. 179–216.

PRÓSPER, B. M. **Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2002.

PUYANA, A. M. **La economía petrolera en un mercado politizado y global. México y Colombia**. México: FLACSO, 2015.

_____. **La maquila en México: los desafíos de la globalización**. México: Flacso-México, 2008.

QUINTANA, A.; SOTO, R. Tratado de Libre Comercio de América del Norte y desindustrialización en México. **Análisis**, n. 19, p. 28–57, 2014. Disponível em: <http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/19/pdfs/Soto-QuintanaOlaFinanciera19.pdf>.

REINERT, E. S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

RIHA, T. German Political Economy: The History of an Alternative Economics. **International Journal of Social Economics**, v. 12, n. 3/4/5, p. 2–248, mar. 1985. Disponível em: <<http://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb013991/full/html>>.

RODRIGUES DA CUNHA, M. D. Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. **História Econômica & História de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 45–83, 28 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/262>>.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RUCQUOI, A. **História medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SALAMA, P. Globalización comercial: desindustrialización prematura en América Latina e industrialización en Asia. **Comercio Exterior**, v. 62, n. 6, p. 34–44, 2012. Disponível em: <<http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=1328815>>.

_____. Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil. **Argumentum**, v. 8, n. 2, p. 127–139, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v8i2.13937>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

SALINAS DE FRÍAS, M. **Los pueblos prerromanos de la Península Ibérica**. Madrid: Akal, 2006.

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 4, p. 569–590, ago. 1995. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cje/article/1687117/The>>.

SÁNCHEZ, C. D. **Breve historia de la vida cotidiana de la Iberia prerromana**. Madrid:

Nowtilus, 2019.

SÁNCHEZ, M. R. Clientela, hospitium y devotio. In: MARTÍNEZ, A. J. (Org.). . **Celtíberos: tras las huellas de Numancia**. Soria: Diputación de Soria, 2005. p. 279–284.

SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. [S.l.]: Publicações Europa-América, 2003.

SCHATAN, R. La maquiladora de exportación en México. La disputa por los impuestos. In: PUYANA, A. M. (Org.). . **La maquila en México: los desafíos de la globalización**. Serie Dile ed. México: Flacso-México, 2008. p. 79–116.

SCHNEIDER, A. L. Charles Boxer e a Igreja Militante: raça, missão e império na expansão ibérica dos séculos XVI e XVII. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 65, 2 ago. 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/42334>>.

SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. Abingdon: Routledge, 2006.

SCHWARTZMAN, S. A Redescoberta da Cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 25, p. 191–203, 1989. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/morse.htm>>.

SENN, P. R. The German historical schools in the history of economic thought. **Journal of Economic Studies**, v. 32, n. 3, p. 185–255, jun. 2005. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01443580510611038/full/html>>.

SHIONOYA, Y. **The Soul of the German Historical School**. Boston: Springer US, 2005. v. 2. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/b100612>>. (The Soul of the German Historical School).

_____. The Theory of Ethical Economy in the Historical School. In: KOSLOWSKI, P. (Org.). . **The Theory of Ethical Economy in the Historical School: Wilhelm Rascher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and Contemporary Theory**. Studies in Economic Ethics and Philosophy. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 1995. p. 57–78. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-3-642-57801-4>>.

SILVA JÚNIOR, D. O. da. **Desindustrialização: uma leitura selecionada para Brasil e México**. Salvador: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2016.

SOARES, P. de T. P. L. Prebisch (1949): contestação à teoria econômica convencional e utopia reformadora? 2004, Uberlândia: [s.n.], 2004. p. 24.

SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). . **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2. p. 521–566.

SZMRECSÁNYI, T. Esboços da História Econômica da Ciência e da Tecnologia. In: SOARES, L. C. (Org.). . **Da Revolução Científica à Big (Business) Science**. Niterói: Hucitec, 2001. p. 155–200.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, p. 225–255, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a11n58.pdf>>. Acesso em: 28 abr.

2021.

TODOROV, T. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, p. 433–466, 2009. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cje/article-abstract/33/3/433/1690329>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. **Manufacturing Productivity, Deindustrialization, and Reindustrialization**. , nº 2011/57. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <www.wider.unu.edu>. Acesso em: 11 fev. 2020.

TREJOS, M. E. ¿Conduce la industria maquiladora al desarrollo de Centroamérica? In: PUYANA, A. M. (Org.). **La Maquila en México : los desafíos de la globalización**. Serie Dile ed. México: Flacso-México, 2008. p. 221–254.

VEBLEN, T. B. Por que a Economia não é uma ciência evolucionária? In: SALLES, A. O. T. (Org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP, 2017. p. 31–52.

VELASCO, I. M. P. Ordenações do Reino de Portugal. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, n. 89, p. 11–67, 1994.

WALLICH, H. C. Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do sibdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 215–228.

YUN-CASALILLA, B. **Iberian World Empires and the Globalization of Europe 1415–1668**. Singapore: Springer Singapore, 2019. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-981-13-0833-8>>.

_____. The peninsular economies and the impact of globalisation (ca. 1494-1700). In: BOUZA, F.; CARDIM, P.; FEROS, A. (Org.). **The Iberian World 1450-1820**. New York: Routledge, 2020. p. 189–210.

ZERON, C. A. R. de M. **Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)**. São Paulo: EDUSP, 2011.